



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO AMAZONAS: DE SUA GÊNESE
ÀS BASES EPISTEMOLÓGICAS**

ESTHER DA COSTA SILVA

MANAUS - AM

2022

ESTHER DA COSTA SILVA

**HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO AMAZONAS: DE SUA GÊNESE
ÀS BASES EPISTEMOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do
título de Licenciado em Geografia

Orientador: Profa. Ma. Susane Patrícia Melo de Lima

MANAUS - AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586h Silva, Esther da Costa
História do Pensamento Geográfico do Amazonas : De
sua Gênese às Bases Epistemológicas / Esther da Costa
Silva. Manaus : [s.n], 2022.
99 f.: color.; 30 cm.

TCC - Graduação em Geografia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.
Inclui bibliografia
Orientador: Lima, Susane Patrícia Melo de

1. Geografia. 2. Amazonas. 3. Teoria e Método.
4. Pensamento Geográfico. I. Lima, Susane Patrícia Melo
de (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III.
História do Pensamento Geográfico do Amazonas

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

ESTHER DA COSTA SILVA

**HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO AMAZONAS: DE SUA GÊNESE
ÀS BASES EPISTEMOLÓGICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a
obtenção do título de licenciado em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Ma. Susane Patrícia Melo de Lima

1º avaliador: Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa

2º avaliador: Profa. Dra. Mírcia Ribeiro Fortes

Manaus, 20 de maio de 2022

AGRADECIMENTOS

A toda minha família que me apoiou desde o momento em que passei no vestibular, especialmente a minha mãe, Moniky Menezes da Costa, meu pai, Jorge Diniz Matias da Silva, meus queridos irmãos, Sarah da Costa Silva e Isaac da Costa Silva, e a minha avó, Albertina de Nazaré Matias da Silva. Obrigada por todo o amor, carinho e acolhimento ao longo desses anos.

Ao melhor amigo e companheiro do mundo, Eduardo Henrique Freitas Braga. O método da minha teoria. Não está escrito o quanto foi essencial ter você por perto, parte disso também é seu. Obrigada por todo apoio, compreensão, ajuda e companheirismo nessa jornada. Obrigada por me oferecer abrigo nas maiores tempestades. Eternamente grata ao teu amor.

A minha orientadora, a dama da Geografia na Normal Superior, Susane Patrícia Melo de Lima, que desde a Iniciação Científica, em meados de 2018, contribuiu para o meu amadurecimento acadêmico. Agradeço pelos conselhos, paciência e dedicação comigo. Você é uma inspiração.

A Universidade do Estado do Amazonas – UEA e a Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEAM por oportunizarem a execução das minhas duas Iniciações Científicas e oferecerem todo o suporte para a conclusão dos meus estudos.

Ao Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional – NPUR da UEA, que fiz parte por todos esses anos e estive envolvida nas mais diversas atividades, tanto acadêmicas quanto técnicas. Agradeço aos líderes, professores Isaque Sousa e Susane Patrícia pela oportunidade de compor essa equipe.

A todos os professores que participaram do meu processo de graduação, especialmente o professor Isaque dos Santos Sousa que me coorientou nas Iniciações Científicas e a professora Ana Paulina Aguiar Soares. Ambos possuem um espaço especial no meu coração e são minhas referências.

Aos professores Ricardo José Batista Nogueira, Mírcia Ribeiro Fortes, Ana Paulina Aguiar Soares e Mauro Bechkman por disponibilizarem seu tempo e concederem as entrevistas e relatos que nortearam esse trabalho. Ao professor Francisco Evandro Oliveira Aguiar, que me recebeu em sua casa e emprestou sua tese para estudo e análise. Ao Sr. José Maria Monteiro Mendes, da Livraria Nacional, por aceitar conversar comigo, contribuindo muito para essa pesquisa.

Ao colega e professor Thiago Oliveira Neto, pela disponibilidade e gentileza em me receber na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, para fotografar documentos importantes que integram o trabalho.

Aos meus amigos inseparáveis, Matheus Vasconcelos, Kemya Andrade e Graciele Correia que estiveram do meu lado, sempre apoiando e ajudando. Esses estiveram comigo na saúde, na doença, na alegria e na tristeza, me fazendo rir nos momentos mais turbulentos da graduação. Vocês são para sempre.

Aos meus colegas de trabalho da Super, que acompanharam toda a saga de escrita desse TCC e compreenderam as minhas ausências, sempre muito pacientes e compreensivos, Jean Cláudio, Jorge Pimentel, Adílio Marques, Gabriele Santana, Eduardo Henrique e Glenda Bastos, obrigada por também acreditarem em mim.

Por fim, agradeço a todos que cruzaram meu caminho, que em nome não foram citados especificamente aqui, mas fazem parte dessa breve trajetória. Agradeço a todos os amigos e colegas dentro e fora do ambiente acadêmico. Agradeço a todos os familiares mais próximos, que com palavras ou gestos demonstraram carinho e atenção comigo, e acima de tudo acreditaram que seria possível uma calmaria depois de tanta tempestade.

“Ler significa reler e compreender. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura.”

Leonardo Boff

RESUMO

O presente trabalho busca compreender o pensamento geográfico amazonense em seus movimentos de transformação estabelecendo como temporalidade o início da década de 1980 até 2017. Nesse sentido, pensar a Geografia amazonense e sua consolidação implicou pensar a própria região amazônica e suas particularidades, que criaram condições para que as bases epistemológicas fossem definidas. A partir da institucionalização, o trabalho buscou pensar também os paradigmas e rupturas da Geografia brasileira que projetaram no trabalho, suas consequências. A escolha da análise perpassou pela compreensão das teses em suas teorias, métodos e conceitos predominantes, que assim, mostraram-se fundamentais para a apreensão do pensamento geográfico amazonense. Os eventos realizados e movimentos mais recentes também foram considerados, visto que o esforço de *pensar o pensamento* impõe aberturas à futuras pesquisas – por se tratar de uma Geografia constante, que se constrói e reconstrói a todo tempo. Ao final, verificou-se a articulação da Geografia local com o contexto nacional, ao reconhecer, de modo processual, a participação de instituições e personagens que ajudaram na formação da identidade geográfica do estado. Nesse sentido, o trabalho mostra-se potente ao capturar – extrapolando seu recorte – o pensamento geográfico no Amazonas e suas perspectivas de construção, não sendo, portanto, uma pesquisa periodicamente datada.

Palavras-chave: Geografia; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Pensamento Geográfico Amazonense; Institucionalização; Teoria e Método.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the Amazonian geographic thought in its transformation movements, establishing as temporality the beginning of the 1980s until 2017. In this sense, thinking about Amazonian Geography and its consolidation implied thinking about the Amazon region and its particularities, which created conditions for the epistemological bases to be defined. From institutionalization, the work also sought to think about the paradigms and ruptures of Brazilian Geography that projected their consequences in the work. The choice of analysis involved the understanding of the theses in their theories, methods and predominant concepts, which thus proved to be fundamental for the apprehension of the Amazonian geographical thought. The most recent events and movements were also considered, since the effort to think the thought imposes openings to future research - because it is a constant Geography, which is built and reconstructed all the time. In the end, the articulation of local Geography with the national context was verified, by recognizing, in a procedural way, the participation of institutions and characters that helped in the formation of the state's geographical identity. In this sense, the work proves to be powerful in capturing – extrapolating its scope – the geographic thought in the Amazon and its construction perspectives, not being, therefore, a periodically dated research.

Keywords: Geography; Federal University of Amazonas – UFAM; Amazonian Geographic Thought; Institutionalization; Theory and Method.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrevista com o professor Ricardo José Batista Nogueira, em 2021. _____	28
Figura 2: Entrevista com a professora Mírcia Ribeiro Fortes, em 2021. _____	28
Figura 3: Entrevista com a professora Ana Paulina Aguiar Soares, em 2021. _____	29
Figura 4: Histórico escolar (disciplinas do bacharelado). _____	46
Figura 5: Ata de Fundação da AGB Manaus com a assinatura dos presentes. _____	61
Figura 6: Manuscrito do Professor Falcão Vasconcellos sobre um breve histórico da AGB seção Manaus. _____	62
Figura 7: Logomarca da AGB seção Manaus. _____	63
Figura 8: Convite para a comemoração dos 30 anos da AGB seção Manaus, realizado no auditório do Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA/AM, 2012. _____	64
Figura 9: Carta aberta da AGB (primeira parte). _____	65
Figura 10: Carta aberta da AGB (segunda parte). _____	66
Figura 11: Carta aberta da AGB (terceira parte). _____	67
Figura 12: Notícia: “Amazonas terá 1ª semana sobre Geografia” do Jornal A Notícia, 1984. _____	69
Figura 13: AGB Realiza Encontro de Professores de Geografia, 1986. _____	71
Figura 14: Geógrafos se reúnem em Manaus, 1986. _____	72
Figura 15: Notícia: “Ensino de Geografia é discutido no encontro” do Jornal do Commercio, 1986. _____	73
Figura 16: Notícia: “Semana de Geografia este mês” do Jornal A Crítica, 1986. _____	76
Figura 17: Notícia: “Semana de Geografia este mês” do Jornal A Crítica, 1986. _____	77
Figura 18: Notícia: “Semana de Geografia este mês” do Jornal A Crítica, 1986. _____	78
Figura 19: Notícia: “Semana analisa a geografia crítica” do Diário do Amazonas, 1986. _____	79
Figura 20: Notícia: “Geógrafos brasileiros têm encontro em Manaus” do Jornal do Commercio, 1988. _____	81
Figura 21: Notícia: “José Aldemir Coordena SIMPURB” do Jornal do Commercio, 2005. _____	82
Figura 22: Capa do folheto de divulgação do SIMPURB realizado em Manaus, 2005. _____	83
Figura 23: Apresentação, objetivos e eixos temáticos do SIMPURB realizado em Manaus, 2005. _____	84
Figura 24: Apresentação do 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, ocorrido em 2012. _____	86
Figura 25: Programação do 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, ocorrido em 2012. _____	87
Figura 26: Minicursos ofertados no 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, ocorrido em 2012. _____	88
Figura 27: Banner do 2º Simpósio Nacional de Geografia Política apresentando o “Quadro de Goya”, 2013. _____	89
Figura 28: Banner do 2º Simpósio Nacional de Geografia Política apresentando a pintura “O Geógrafo”, 2013. _____	89
Figura 29: Banner do evento “1978, Quarenta Anos Depois: A Geografia da Crítica”, 2018. _____	90

LISTA DE SIGLAS

- AGB** – Associação dos Geógrafos Brasileiros
- APAAM** – Associação de Professores Profissionais do Amazonas
- BNDigital** – Biblioteca Nacional Virtual do Brasil
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBG** – Congresso Brasileiro de Geógrafos
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONSUNI** – Conselho Universitário
- CREA** – Conselho de Engenharia e Agronomia
- ENG** – Encontro Nacional de Geógrafos
- FAPEAM** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
- FFCSCJ/SP** – Faculdade do Sagrado Coração de Jesus de São Paulo
- FIDAM** – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia
- FSFCLL/SP** – Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena
- GEPECAB** – Grupo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICHL** – Instituto de Ciências Humanas e Letras
- IFCHS** – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
- IPAAM** – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- MEC** – Ministério da Educação
- NEPECAB** – Núcleo de Pesquisas sobre a Cidade e o Urbano na Amazônia
- NPUR** – Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional
- PAIC** – Programa de Iniciação Científica
- PARFOR** – Plano Nacional de Educação De Professores
- PCN** – Programa Calha Norte
- PPGF-USP** – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física pela Universidade de São Paulo
- PPGG** – Programa de Pós-Graduação em Geografia
- PPGH-USP** – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
- SEDUC** – Secretaria de Estado da Educação
- SEMEC** – Secretaria Municipal de Educação
- SIMPURB** – Simpósio Nacional de Geografia Urbana

SINPRO – Sindicato de Professores de Manaus

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UA – Universidade do Amazonas

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS	16
1.1 ALGUMAS OBRAS DE APOIO	16
1.2 CONSIDERAÇÃO ÀS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS DE THOMAS KUHN	18
1.3 OS PARADIGMAS E AS GEOGRAFIAS	20
1.4 A GEOGRAFIA NO BRASIL	23
1.5 ABORDAGEM METODOLÓGICA	25
2. A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA AMAZONENSE	30
2.1 A PRÉ-INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO AMAZONAS: UM PENSAMENTO NATURALISTA	30
2.2 A PRIMEIRA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	32
2.4 A GEOGRAFIA INSTITUCIONALIZADA	36
3. A EMERGÊNCIA DE UMA GEOGRAFIA CRÍTICA NO AMAZONAS	40
3.1 A GEOGRAFIA PELOS GEÓGRAFOS	40
3.2 BACHARELADO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO	45
4. DOS AUTORES E SUAS TESES	50
4.1 DESAFIOS DE COMPREENSÃO	50
4.2 O URBANO NA SELVA – JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA	52
4.3 O CLIMA EM UMA ANÁLISE MULTIESCALAR – FRANCISCO EVANDRO OLIVEIRA AGUIAR	54
4.4 VIVIDO E PERCEBIDO PELA CARTOGRAFIA MENTAL – AMÉLIA REGINA BATISTA NOGUEIRA	54
4.5 UMA GEOGRAFIA DO TERRITÓRIO – RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA	56
4.6 DESAFIOS HIDROGRÁFICOS – ADOREA RABELLO DA CUNHA ALBUQUERQUE	57
4.7 A TERRITORIALIDADE DAS TERRAS, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA – MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ	58
5. DOS ENCONTROS E OUTROS EVENTOS	60
5.1 A ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÃO MANAUS	60
5.2 PRIMEIRA SEMANA DE GEOGRAFIA	68
5.3 PRIMEIRO ENCONTRO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA	70
5.4 SEGUNDA SEMANA DE GEOGRAFIA	74
5.5 VIGÉSIMA SEXTA GESTÃO COLETIVA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS	80
5.6 NONO SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA	82
5.7 OUTROS EVENTOS	85
5.8 GRUPOS DE PESQUISAS	91
5.9 LIVRARIA NACIONAL	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS DE UMA GEOGRAFIA CONSTANTE	95
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

O curso superior de Geografia no Amazonas foi instituído do início da década de 1980, nos fins do Regime Militar, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, antiga Universidade do Amazonas – UA. Os estudantes, do então do curso de Estudos Sociais, optaram por cursar História ou Geografia, entretanto, pouco se conhece sobre esse período, a não ser aqueles que participaram. É sobre esse período que o atual trabalho pretende explorar, a partir dos relatos e contribuições daqueles que o viveram.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, o curso se consolidou, constituindo um importante corpo docente, o que proporcionou a organização de uma Seção Local da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, uma instituição representativa e cultural, que está intrinsecamente ligada a essa história como agente difusor do pensamento geográfico amazonense.

Além da análise histórica, busca-se elucidar, do ponto de vista histórico, as correntes de pensamento fundamentais que nortearam e norteiam o fazer geográfico atual a partir dos estudos e análises feitos das primeiras teses de doutoramento defendidas por geógrafos graduados no curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Para isso, parte-se da institucionalização do curso até o ano de 2007, onde na UFAM, o corpo docente alcança um nível de títulos que proporcionou ao curso, que antes era apenas de graduação, implementar a pós-graduação, com o curso de Mestrado em Geografia.

A partir disso, a escolha das teses se deu por serem de geógrafos que foram construindo sua carreira acadêmica no Amazonas, desde a graduação até a titulação de doutoramento, em um recorte temporal estabelecido entre a institucionalização do curso, na década de 1980 até 2007.

O ano de 2007 aparece e ganha destaque no trabalho como um marco temporal dentro dessa história, como a conclusão de um intenso processo de qualificação do corpo docente, que proporcionou e vem proporcionando a evolução do pensamento geográfico e sua difusão.

Vale elucidar que especialmente os trabalhos aqui analisados do professor Ricardo José Batista Nogueira e Amélia Regina Batista Nogueira foram com base em seus livros publicados, como produto da tese, quanto aos demais, foram usadas as teses integralmente.

Ressalta-se que essa pesquisa nasceu da proposta em construir, ou mesmo sistematizar a história do pensamento geográfico no Amazonas, uma vez que carece de fontes e bases concretas sobre o tema. Sendo assim, nesse processo, consideram-se os contextos e sujeitos que

estiveram presentes desde a institucionalização do curso de Geografia no Amazonas até a contemporaneidade. A pesquisa também é um desdobramento de duas Iniciações Científicas realizadas no ambiente da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no Programa de Iniciação Científica – PAIC, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEAM, realizadas no Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional – NPUR, que tinham o mesmo propósito, o estudo da história da Geografia amazonense.

Deste modo, o trabalho tem como objetivo geral discorrer sobre a história do pensamento geográfico no Amazonas considerando a institucionalização, suas bases teóricas, grandes temas e as categorias analíticas da geografia a partir dos teóricos. Objetivando, especificamente: i) discorrer sobre a história do processo de institucionalização; ii) identificar os temas e categorias que fizeram parte do fazer geográfico na história do pensamento geográfico amazonense pelos teóricos; iii) discorrer sobre o papel das instituições e eventos científicos na área da Geografia no Amazonas.

Buscou-se, portanto, basear a construção desse processo em leituras que abordassem a história da Geografia a fim de compreensão da ciência geográfica, não só mundial, mas também nacional. Para esse fim, foram considerados Andrade (2006) e Moraes (2007). Quanto às análises aqui apresentadas, as considerações e reflexões sobre método e teoria foram apreendidas com a leitura de Sposito (2004), obra norteadora das reflexões não só teórico-metodológicas sobre a Geografia, mas epistemológicas.

Quanto aos procedimentos, além do levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema, para os procedimentos metodológicos desta pesquisa, foi fundamental a análise de documentos, jornais e outros dados que serviram para compreender o contexto social, político, econômico e hegemônico no Amazonas. Com caráter qualitativo, esta pesquisa busca-se contribuir para o conhecimento a respeito do tema, que cabe o interesse por se tratar de algo ainda pouco investigado no meio acadêmico local.

À vista disso, pretende-se explorar o tema, identificando suas características, no que compreende os processos de sua evolução e especificidades. Também, recorreu-se aos relatos orais dos sujeitos que participaram da formação do pensamento geográfico amazonense, que como mencionado anteriormente, foram o caminho norteador dessa pesquisa, contribuindo para a constituição histórica, em que se recorreu a história oral enquanto metodologia.

Seguindo esses passos e linha de raciocínio, foram identificados processos, agentes, nomes, teorias, temas, e métodos, além de eventos que compuseram a história do pensamento geográfico no Amazonas. Ficou evidente a presença de uma Geografia Crítica que traçou um

perfil, ou atribuiu uma personalidade, ao curso de Geografia na Universidade Federal do Amazonas, muito bem fomentada pelos partícipes que fizeram parte dessa história, como os professores e os alunos (que hoje, muitos, compõem o quadro de professores), além da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Manaus.

Pela análise das teses, ficou evidente a presença da Geografia Crítica, que em sua maioria, apresentaram uma abordagem mais questionadora. Além disso, a construção de cada tese remete e reflete os movimentos e inspirações de cada um dos professores aqui considerados. A análise aponta ainda, as instituições nas quais os trabalhos foram desenvolvidos e por quem foram orientados, exprimindo a importância das instituições e profissionais na consolidação do pensar geográfico no Amazonas. Decerto, a existência desses trabalhos também se configura como um marco na evolução do pensamento geográfico no Amazonas e difusão deste.

Ainda se assinala que a pesquisa, mesmo que opte por contar uma história não-conclusa, possui algumas delimitações no que diz respeito ao seu objeto: a Geografia nascida na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ainda caminha em sua curta história, e por isso, não esteve em foco no desenvolvimento e análise dos resultados; além disso, o próprio recorte temporal, que estabeleceu o ano de 2007 como ano-limite. Após, sabe-se do desenvolvimento do fazer geográfico através da pós-graduação, especificamente a especialização em “Geografias da Amazônia Brasileira” (UEA) e o Doutorado em Geografia (UFAM). Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado é menos conclusivo e mais estimulante à História do Pensamento geográfico do Amazonas.

Por fim, o trabalho se divide em cinco capítulos. O primeiro concerne às questões teóricas e metodológicas do trabalho. O segundo trata da Geografia amazonense como instituição. O terceiro explora a emergência da Geografia Crítica no Amazonas. O quarto apresenta as análises teóricas e metodológicas das teses. E o quinto expõe a importância da Associação dos Geógrafos Brasileiro Seção Manaus e dos eventos realizados no Amazonas como difusores do pensamento geográfico amazonense.

1. EM MOVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS

1.1 Algumas obras de apoio

Sendo a Geografia uma ciência que trabalha com um universo de possibilidades para análises e discussões relacionadas ao homem e o meio que habita, se tornou plausível tratar os temas, conceitos, teorias e métodos em áreas determinadas tanto pela Geografia Física quanto pela Geografia Humana, apresentando diferentes abordagens e particularidades, que por sua vez, representam a maneira com que cada área realiza seus debates e análises a respeito de um determinado evento ou fenômeno através do “olhar geográfico”. Assim, para que cada uma dessas “Geografias” se fortalecessem, seja nas abordagens mais relacionadas à Geografia Humana ou Geografia Física, houve, portanto, dentro de um processo histórico, a evolução do *pensar* a Geografia filosoficamente e cientificamente.

Em seu contexto histórico, a Geografia – semelhante a muitas outras áreas do conhecimento – carrega momentos históricos de crises, rupturas e permanências à despeito de suas teorias, métodos e influências de cada momento deste processo, desde a pré Geografia¹ até uma Geografia institucionalizada, primeiramente na Europa e, bem depois, no Brasil, a partir da década de 1930. A narrativa da história da Geografia como ciência é muito bem explorada ao longo das páginas de literaturas específicas cujo propósito é discorrer sobre essa trajetória da Geografia como ciência, ou especificamente da Geografia brasileira, como se dedicou Ruy Moreira, por exemplo, em suas mais diversas obras que abordam não só a história da Geografia, como em *O que é Geografia?* de 1981 - considerado um clássico de leitura obrigatória para todos aqueles que ingressam no curso de Geografia -, como também o processo do pensar a Geografia, neste caso, mais relacionada ao contexto brasileiro, em sua coletânea de três volumes sobre *O pensamento geográfico brasileiro* de 2008.

Não só Ruy Moreira, mas Antônio Carlos Robert Moraes, em outra obra clássica indispensável, intitulada *Geografia, pequena história crítica* de 1981, traz uma síntese didática e simplificada da história da Geografia aos novos navegantes e aventureiros nesse universo. E mesmo que a obra, que data da década de 1980, não exponha, nem disserte sobre as correntes mais novas, como a Geografia Cultural, ainda assim é substancial, e aqui se faz menção, não só

¹ Aqui nos referimos a uma geografia não sistematizada, ainda não científica.

por sua contribuição aos estudos geográficos, mas também por ter sido norte e fonte de entendimento da Geografia como ciência para a construção e execução da ideia desse trabalho.

Outro geógrafo que pode ser considerado a fonte principal para a elaboração desse primeiro momento - capítulo - é Manoel Correia de Andrade em sua obra *Geografia, ciência da sociedade* de 1987, que fomenta as discussões históricas resgatadas na primeira parte desse trabalho, a fim de apresentar, brevemente, o histórico da Geografia como uma ciência já institucionalizada, desenvolvida a partir das ideias e concepções das principais escolas geográficas que a deram sustentação para que a Geografia se tornasse o que é hoje: as escolas alemã e francesa.

Uma menção que se faz necessária a nível de exemplo de como a Geografia vem sendo tratada e estudada, principalmente a Geografia universitária é o trabalho de Mônica Sampaio Machado, em sua obra *A Construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro*, onde elenca os principais momentos e características da Geografia institucionalizada como um curso acadêmico no Rio de Janeiro a partir do ano de 1935, resgatando desde a sua gênese, perpassando pela estrutura curricular, as principais contribuições dos docentes, correlacionando com o contexto do campo científico-disciplinar da Geografia na época, até a implantação do curso de pós-graduação, levando em consideração, inclusive, as contribuições das produções dos discentes. Essa obra, de fato, não aparece aqui como uma fundamentação direta para a construção do atual trabalho, mas como fonte de inspiração para futuros desdobramentos desta pesquisa.

Ainda sobre a Geografia no Brasil e suas atualidades, acredita-se aqui ser fundamental a menção e consideração à obra *França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso* de José Borzacchiello da Silva, que contribuiu principalmente na elucidação da intrínseca relação da Geografia francesa com a Geografia brasileira, sobretudo as influências da Geografia francesa (teóricos franceses, universidades francesas), na Geografia brasileira e como geógrafos do país europeu participaram desse movimento de inspiração e influência ao realizarem pesquisas, análises e reflexões sobre o Brasil, considerando os contextos históricos e até mesmo momentos da própria história de vida desses personagens. Entretanto, essa troca não é analisada somente a partir da movimentação ativa dos franceses, mas também dos brasileiros ao irem até a França e de lá, a partir de seus estudos, serem influenciados, talvez, e consigo, trazerem essas concepções francesas em seu retorno ao Brasil (SILVA, 2012, p. 31).

A partir dessas considerações, o atual trabalho busca, inspirado nas obras mencionadas, apresentar a história da Geografia no Amazonas, tendo como ponto de partida a sua

institucionalização como um curso universitário, que se justifica justamente por ser uma questão pouco analisada. Não só sobre métodos, correntes e categorias geográficas especificamente, mas também a maneira como estes se encontram e se desenvolvem nesse processo de pensar e ser Geografia no Amazonas. Isto é, a realização dessa pesquisa se dá a partir da falta de um estudo sistematizado que tenha como objetivo o resgate aos anos de uma Geografia amazônica.

1.2 Consideração às Revoluções Científicas de Thomas Kuhn

Pensar a ciência e a sua evolução é pensar um movimento contínuo de desmanchar e construir novamente o constante processo de conhecer. A fundamentação de um trabalho científico é mais do que uma escolha de caminhos a serem seguidos, para chegar-se em um determinado resultado - é um testemunho de uma época, de um estado da arte que foi sufocado pelos tempos, mas que aqui, buscaremos fazer um resgate.

Nesse sentido, compreender o movimento científico da Geografia no Amazonas é compreender um dado espaço-tempo que foi transformado a todo instante, mas que tem no seu passado - tentando ser apreendido aqui - suas respostas basilares. Assim, apoiando a leitura do objeto em questão na *Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn como base para interpretação e execução da ideia final do texto, faz-se necessário ao menos inicialmente, uma breve reflexão do que o filósofo, no início da década de 1960, propôs ao pensar a filosofia da ciência.

Em suma, há de se compreender o processo do *pensar geográfico* amazonense e seus pensadores, associando-o ao pensamento geográfico estabelecido como paradigma no Brasil e no mundo. A análise textual atravessa análises conceituais, teóricas e metodológicas, que ajudarão a compreender a Geografia amazonense a partir de seus fundamentos científicos - em seu momento de consolidação.

A obra de Thomas Kuhn repousa sobre uma reflexão do saber-fazer científico e de suas transformações internas, inerentes ao processo de transformação da sociedade. Inseparáveis, pensamento científico e processos sociais constroem uma ciência-testemunha, que é a expressão do momento histórico que nela se institui. Nesse sentido, permanências e rupturas tornam-se um elemento comum no pensamento científico dominante. A permanência é de certos conceitos, termos e até procedimentos - um conservadorismo científico? E a ruptura é

com antigos métodos e antigas concepções, que questionam verdadeiras instituições científicas: aplicação de conceitos, validação dos métodos e uma redefinição do próprio objeto de estudo.

Tomando esse par e dando-lhe a devida importância, pensemos: a ciência que se dá por um determinado período de tempo e que corresponde à sua época repousa sob um paradigma. Paradigma, nesse caso, é o estado do fazer científico: teorias, métodos, conceitos, temas, debates, princípios e usos ou utilidades (até mesmo se há ou não uma utilidade - como técnica ou como filosofia). Assim, os paradigmas “são a fonte de todos os métodos, problemas e normas de resolução aceitos por qualquer comunidade científica madura, em qualquer momento”. (KUHN apud JABUR et al., 2013, p. 28)

Ao estabelecer-se o paradigma, institui-se uma *ciência normal*. “Normal”, pois, obedece a um esquadro, uma medida que fecha em si as reflexões científicas vigentes. O momento de (re)definição do paradigma em direção à ciência normal pode ser definido como o período de evolução da ciência que compreende o processo e avanço das descobertas. Em fase de ciência normal é tempo de solucionar quebra-cabeças, fundamentados nas ideias e propostas fornecidas pelo paradigma posto, não propriamente buscando inovações, mas sim o aperfeiçoamento daquilo que já é tratado pelos debates científicos. Neste caso: “O resultado já é sabido de antemão, o fascínio está em como se vai chegar até ele”. (KUHN apud BARTELMÉBS, 2012, p. 355). É um tempo de “repouso” das ideias².

Mas o pensamento científico tem no movimento, no processo e na crise, sua natureza. O negativo do pensamento científico é, portanto, o momento estático, aquilo que não se move. O abalo de estruturas de pensamento e de modos de fazer a ciência criam novos paradigmas, e surge aqui uma anomalia, que incapaz de ser resolvida com determinadas teorias e métodos, sugere uma inovação. O ponto crítico da ciência é um ponto de ruptura entre o antigo e a novidade - uma destruição criadora³, nascida da exaustão da ciência normal.

Posicionam-se novas problemáticas que exigem novos conceitos, novas teorias, um novo vocabulário. Essa crise reivindica novos esforços da comunidade acadêmica para a solução das anomalias, mesmo que o paradigma não tenha sido completamente abandonado. A partir da crise, do surgimento das anomalias e dos esforços, surge então um novo paradigma -

² De modo algum, pensa-se aqui na ciência como algo genérico, onde há um pensamento uno, sem espaço para vertentes alternativas - o que na verdade, é uma crítica ao estruturalismo de Thomas Kuhn em sua obra, tratando em modo sequencial e sincrônico na ciência. Cabe aqui situar essa consideração, a fim de não haver um equívoco na leitura dos processos estudados por este trabalho.

³ Citada em a *Revolução científica e destruição criadora: relação entre a filosofia da ciência de Thomas Kuhn e o pensamento da economia por Joseph Schumpeter*. Por Mohamed Fayeque Parrini Mutlaq.

mesmo que o anterior não tenha sido completamente abandonado -, marcando um momento de revolução científica.

Como resultado, a recepção de um paradigma frequentemente faz necessária uma redefinição da ciência correspondente. Alguns problemas antigos podem relegar-se a outra ciência, ou serem declarados absolutamente 'não científicos'. Outros que anteriormente eram triviais ou não existiam sequer, podem converter-se, como um novo paradigma, nos arquétipos mesmos da realização científica de importância. E ao mudarem os problemas também o fazem muitas vezes as normas que distinguem uma solução científica real de uma simples especulação metafísica, de um jogo de palavras ou de um jogo matemático. A tradição científica normal que surge de uma revolução científica não é só incompatível, mas também, muitas vezes, realmente incomparável com a que existia anteriormente (KUHN apud JABUR et al., 2013, p. 28).

A incompatibilidade de um paradigma atual com seu anterior se dá tanto no plano científico quanto no plano ideológico. O escopo de ideias que circulam determinado pensamento científico pode se repetir, porém o conteúdo e as abordagens trarão diferentes perspectivas para um mesmo fenômeno. A ciência não deixa de ser uma coisa para se tornar outra coisa - ela se torna outra, mas parte dela ainda permanece sendo o que era antes, uma coexistência dialética que é facilmente confundida com o sentido de fim. Mas não há teorias ou métodos mortos - mas sim teorias e métodos que reluzem mais que outros, por existirem em um tempo em que estes são mais que novos, mas necessários.

Por fim, cabem aqui algumas observações: não existem paradigmas melhores ou piores, apenas oportunos àquilo que se propõe solucionar à época. Decerto que a busca por novos paradigmas altera o curso das pesquisas científicas que são necessárias, portanto, para a evolução da ciência, que por sua vez não é possível em um cenário de "repouso", como na ciência normal. Assim, a reflexão de Kuhn contribui para compreender as transições, transformações e revoluções que houveram e ainda ocorrem nos estudos geográficos, com novas formas de avaliar teorias e prosseguir com métodos, que dão origem a novas geografias.

1.3 Os paradigmas e as Geografias

A travessia dos paradigmas através de suas inúmeras crises internas forma Geografias - que se preocupam de diferentes modos em relação à apreensão dos objetos de análise. Uma Geografia quantitativa, crítica ou humanista se apegam todas ao mesmo lugar: o espaço. O ponto de partida sempre previamente definido não é garantia, contudo, de uma linearidade do modo de pensá-lo. As geografias que se consolidam distintamente uma da outra são construídas sob paradigmas muito conhecidos, facilmente reconhecíveis, como Sposito (2004) sistematiza.

Cada Geografia, paradigmática em si mesma, calca-se em epistemologias - um conhecimento sobre si mesmo. Ao que se propõe, reconhece-se a importância de considerar no desenvolvimento deste trabalho a epistemologia como “a ciência que estuda a produção de conhecimento científico: suas regras lógicas, seus problemas e sua relação com o contexto social” (BOLSHAW, 2015, p. 17).

O conhecimento da geografia científica pressupõe, portanto, um escopo epistemológico que dê conta de compreender processos sociais e naturais no século das transformações socioespaciais mais latentes - o século XX. A epistemologia geográfica, mesmo a mais antiga, em sua face mais tradicional, já nasce da crise: o mundo pós-guerra, as revoluções culturais sessentistas, a embrionária globalização e as mudanças nos modos de produção do capitalismo. A epistemologia, como Quintanilla (1996) conceitua, se:

Entendida dessa forma, a epistemologia faz parte da filosofia da ciência. Seus principais métodos de trabalho são a análise formal e a reconstrução sistemática da estrutura das teorias científicas, das relações entre as ciências e das operações do método científico, e a reflexão crítica sobre os dados proporcionados pela psicologia, a sociologia ou a história sobre a produção e o desenvolvimento do conhecimento científico (QUINTANILLA, 1996, p. 74).

A interdisciplinaridade é, no caso da geografia, seu elemento fundador - mas que lhe garante também uma originalidade e potência enquanto ciência parcelar. Os paradigmas de Thomas Kuhn são reconhecíveis no movimento do pensamento geográfico pois a própria Geografia indica seus momentos de crise através de suas várias redefinições e auto questionamentos no século passado - da quantitativa à crítica, principalmente.

Nesse sentido, dada a riqueza da Geografia e, especificamente, do seu cenário histórico nacional, foi preciso a escolha de alguns textos. Estes fundamentam-se em autores que discutem a epistemologia da Geografia e o Pensamento Geográfico – métodos, conceitos, momentos históricos e a evolução dessa ciência –, como Moraes (2007), ao tratar sobre a Geografia e sua sistematização, Andrade (2002), no que diz respeito ao processo de evolução da Geografia no Brasil, seus contribuintes e a atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e Sposito (2004), ao abordar os métodos dentro da Geografia.

A Geografia é uma ciência que se transforma à medida que a sociedade sofre ou provoca transformações. Sendo assim, para se debater a Geografia, é pertinente recapitular o passado e compreender contextos, tendências e modas pelas quais essa ciência já vivenciou e foi influenciada para assimilar o hoje e, provavelmente, o futuro. A ciência geográfica não nasceu de um dia para o outro. Assim como outras áreas do conhecimento, a Geografia passou por um longo processo de sistematização e consolidação de suas bases teórico-científicas. Tais bases

são identificadas nas chamadas “escolas geográficas”, entretanto, para o estabelecimento dessas escolas, muitas teorias, bases científicas, métodos e metodologias foram postas por personalidades que se dedicavam à ciência e à pesquisa. Todavia, é primordial mencionar dois grandes nomes presentes na História do Pensamento Geográfico, responsáveis pela sistematização da ciência geográfica, o pré-paradigma, e por inspirar aqueles que viriam a contribuir com essa ciência: Alexander von Humboldt e Karl Ritter.

Sobre isso, Moraes (2007) assinala que:

A obra destes dois autores compõe a base da Geografia Tradicional. Todos os trabalhos posteriores vão se remeter às formulações de Humboldt e Ritter, seja para aceitá-las ou refutá-las. Apesar das diferenças entre estas – a Geografia de Ritter é regional e antropocêntrica, a de Humboldt busca abarcar todo o globo sem privilegiar o homem – os pontos coincidentes vão aparecer, para os geógrafos posteriores, como fundamentos inquestionáveis de uma Geografia unitária (MORAES, 2007, p. 63-64).

As contribuições de Humboldt e Ritter configuram um estágio de ciência normal nos estudos geográficos que por muito tempo permaneceram, claro, contribuindo para sua evolução. Além desses, o protagonismo de outro alemão, Friedrich Ratzel, colaborando com suas reflexões relacionadas aos seus interesses políticos, formaram a base da Escola Alemã da Geografia, se estabelecendo como os pais da Geografia Moderna (ANDRADE, 2002, p. 105).

Por outro lado, a Escola Francesa, formada na metade do século XX, fundada por Vidal de La Blache, sendo este inclusive discípulo de Ritter, defendeu a Geografia como a ciência natural dos lugares, e não social - concepção atribuída aos estudos de Ritter. La Blache, se contrapondo às ideias defendidas pela Geografia alemã, não descartava a possibilidade do meio exercer influências sobre a sociedade, entretanto, acreditava que o homem, “dependendo das condições técnicas e do capital de que dispunha, poderia exercer influência sobre o meio” (ANDRADE, 2002, p. 110), e a partir de seu ponto de vista, há a ascensão do possibilismo, que veio a ser a característica mais notável da Geografia francesa (ANDRADE, 2002, p. 110).

La Blache, em contraposição à visão positivista e evolucionista fortemente defendidas no século XIX, desenhou uma Geografia Regional pautada estritamente aos trabalhos de campo de análises clínicas, objetivando pequenas áreas, “levando em conta os aspectos físicos e a eles sobrepondo os humanos e econômicos” (ANDRADE, 2002, p. 111). Essa ideia se desenvolveu de tal modo que por muito tempo verberou como a verdadeira essência da Geografia - os estudos regionais -, pois havia a conciliação do meio físico com o meio humano, entretanto, essa concepção logo foi reavaliada e, então, houve o entendimento de que na Geografia Regional de La Blache não havia, exatamente, uma integração, mas sim uma justaposição dos elementos humanos aos naturais (ANDRADE, 2002, p. 111).

Admitindo que a região ou o meio físico é o suporte que o homem utiliza para viver, para fazer suas construções, para extrair os produtos de que necessita, Vidal de La Blache estimulou grande preocupação nos geógrafos com a descrição desse meio, das formas de utilização do mesmo e deu base à formulação da noção de gênero de vida ao esquema de trabalho (ANDRADE, 2002, p. 111).

O gênero de vida, outro conceito importante presente na obra de La Blache, é nada mais que a maneira ou atividades executadas com base nos costumes da sociedade, que se caracterizam como adaptações aos obstáculos promovidos pelo meio físico-geográfico. Evidentemente que essa concepção se atém à uma sociedade observada por La Blache no início do século XX, entretanto, sua visão possibilista que concebe um homem capaz de se superar e superar os desafios da natureza ao se adaptar e usar de recursos disponíveis à seu favor, foi crucial e abriu caminhos para a compreensão da sociedade contemporânea nos estudos geográficos.

1.4 A Geografia no Brasil

No Brasil, a Geografia recebeu diversas contribuições de outros países, mas a mais notória é a contribuição da Geografia francesa. Antes da institucionalização universitária dessa ciência no país, a Geografia já era tratada nas escolas como uma disciplina que tinha o objetivo de apresentar os aspectos mais naturais do espaço. Mas foi a partir da década de 1930, quando foi institucionalizado o primeiro curso de Geografia na Universidade de São Paulo, em 1934, que a Geografia brasileira começou a traçar sua história com um caminho firmado em teorias e métodos mais concretas, baseados nas tendências da Geografia francesa – visto que o quadro de professores do curso superior eram, em sua maioria, franceses ou formados na perspectiva mais tradicional. Nesse período, os nomes de Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines são fundamentais.

Nas décadas de 1940 e de 1950, observa-se uma grande influência francesa na geografia brasileira, mas ela apresentava nuances e divergências, conforme os trabalhos fossem produzidos nas universidades, visando à produção de teses, dissertações e comunicações para as reuniões científicas ou em instituições governamentais e de pesquisas, que tinham preocupações mais pragmáticas (ANDRADE, 2002, p. 73).

Logo, ao analisar a história da Geografia no Brasil, observam-se tendências que ganham ou perdem força em diferentes períodos e contextos - retornando à ideia de Kuhn, considerada no início. O exemplo mais significativo dessas rupturas é o quase abandono da perspectiva quantitativista da Geografia que ganhou força à medida que os geógrafos que a defendiam

“compreenderam que o uso da matemática e da estatística era inaceitável como fim, mas era de grande utilidade como meio” (ANDRADE, 2002, p. 75). Não houve, portanto, o abandono total do paradigma vigente na época, mas a concordância de que aquele não atendia à necessidade de explicar os fenômenos, principalmente sociais, daquele momento.

Partindo desse período, é importante considerar a quebra da tendência quantitativa da Geografia – conhecida também como teórica –, após uma crise teórica-metodológica, para dar espaço a uma tendência mais crítica e social. Esse momento, dentro da história da Geografia é crucial para que se entenda a forma de se fazer a ciência geográfica a partir do final da década de 1970, levando em conta os seus precursores (geógrafos estrangeiros), instituições como a Universidade de São Paulo – USP, a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Cabe aqui mencionar alguns momentos importantes, que representam o momento crítico da Geografia em um cenário mundial, mas que repercutem nacionalmente. O Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de 1978, realizado em Fortaleza, foi um lugar de revolução da Geografia brasileira. A participação estudantil e as reflexões sobre o papel social do geógrafo em um país de Terceiro Mundo⁴ como o Brasil, foram temas constantemente trabalhados e que até hoje ecoam nas discussões coletivas. E como bem caracterizou Ruy Moreira:

O 3º ENG ensejou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das idéias que precipitam a crise da ciência (MOREIRA, 1992, p. 29).

Esse momento foi, inclusive, um movimento de renovação da própria Associação de Geógrafos Brasileiros, AGB - entidade que promoveu o evento. Isso porque, após o evento, o que antes se caracterizava como uma instituição elitista, composta apenas por grandes nomes da Geografia - os catedráticos - como professores universitários e integrantes do governo, passou a receber e aceitar como membros tão ativos quanto, os estudantes de Geografia, o que ampliou seu quadro de associados. A atuação desses estudantes, impulsionados e inspirados pelos debates ia desde a realização de eventos até os novos conteúdos trabalhados pela Geografia na academia e conseqüentemente em seus trabalhos finais de graduação e pós-graduação (PORTO-GONÇALVES *apud* VERDI, 2013, p. 33).

⁴ A expressão “Terceiro Mundo” já não é comumente utilizada para se referir aos países desse grupo, que hoje se encontram sob o estigma de países “subdesenvolvidos” ou “emergentes”. Além disso, o tema do papel social do geógrafo nesse determinado contexto socioeconômico foi posteriormente tema de obra de Milton Santos.

Ainda, três obras foram fundamentais para a popularização e o estabelecimento de uma geografia crítica em território brasileiro, marcada pelo materialismo histórico como arcabouço metodológico: *Por uma Geografia nova*, de Milton Santos. Nesta obra, o autor baiano discorre a crise interna da Geografia como uma ciência entre o passado tradicional e o futuro mais radical - que progressivamente se põe em questão, pois as problemáticas do mundo contemporâneo assim exigem.

A novidade que a obra de Milton Santos traz é compartilhada com um dos livros mais populares entre os estudantes de Geografia do Brasil, no início dos anos 1980: *O que é a Geografia*, de Ruy Moreira. Um livro de dúvidas, caminhos e descobertas andantes a cada página, que teve grande papel na formação de licenciados e bacharéis de Geografia na década de lançamento e nas seguintes. Outros nomes como Douglas Santos e Roberto Lobato Corrêa se estabeleceram como estudantes pioneiros no movimento crítico da Geografia brasileira.

As duas obras nacionais alinharam-se à publicação de Yves Lacoste *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para entender a guerra*. Nesta obra, o autor francês inaugura o movimento crítico da Geografia mundial, ao questionar o papel do geógrafo e da Geografia como uma ciência instrumentalizada pelo estado. Perfeitamente contextualizada como o momento histórico local-global, a obra foi popularizada através de cópias entre os estudantes.

Não é exagero lembrar que tanto o evento de 1978 quanto o lançamento e discussões das obras aconteceram nos últimos anos da ditadura militar brasileira, marcada pela repressão do pensamento crítico e confrontador das ciências humanas em geral, mas especialmente da Geografia nascida da crise paradigmática do pós-guerra: a insuficiência da geografia quantitativa, resolvida em meras tabelas e cálculos de área.

1.5 Abordagem metodológica

No que concerne às definições dos procedimentos metodológicos e questões sobre método, Sposito (2004) traz uma discussão fundamental para quem estuda a Geografia como ciência, no que diz respeito aos seus conceitos, temas e teorias. A escolha da obra para fundamentar esse trabalho se dá pela reflexão que traz sobre método dentro da Geografia e o compromisso do autor com a comunidade geográfica brasileira, inclusive quando faz a ela uma crítica ainda válida aos dias atuais, sobre a negligência para “com a reflexão epistemológica do conhecimento, mas principalmente, com as bases que consideramos necessárias, especialmente aquelas que dizem respeito ao método e à teoria do conhecimento” (SPOSITO, 2004, p. 14).

Especificamente, na obra, atenta-se à questão do método e como este é trabalhado na Geografia. Para isso, o autor sistematiza as abordagens teórico-metodológicas da Geografia, em um quadro síntese identificando suas características e particularidades, diferenciando-as, são elas: (pesquisa) empírico-analítica, (pesquisa) crítico-dialética e (pesquisa) fenomenológico-hermenêutica. Estas, inclusive, contribuíram e foram essenciais para o entendimento básico das teses analisadas aqui presentes.

Quadro 1: Quadro informativo das teses analisadas na pesquisa

Professor(a)	Título	Universidade	Orientador(a)	Ano
José Aldemir De Oliveira	<i>Cidades Na Selva: Urbanização Nas Amazonas</i>	Universidade De São Paulo	Ana Fani Alessandri Carlos	1994
Francisco Evandro Oliveira Aguiar	<i>Análise Climática da Província Petrolífera de Rio Urucu (AM)</i>	Universidade de São Paulo	Magda Adelaide Lombardo	2001
Amélia Regina Batista Nogueira	<i>Percepção e Representação Gráfica: A Geograficidade</i>	Universidade de São Paulo	Maria Elena Ramos Simielli	2001
Ricardo José Batista Nogueira	<i>Amazonas: A Divisão da Monstruosidade Geográfica</i>	Universidade de São Paulo	André Roberto Martin	2002
Adorea Rabello da Cunha Albuquerque	<i>Aplicação de Técnicas Geoambientais Para Reabilitar Áreas Degradadas na Base Geólogo Pedro De Moura: Bacia Do Rio Urucu (Coarí-Am)”</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Antônio José Teixeira Guerra	2007
Manuel de Jesus Masulo da Cruz	<i>Territorialização camponesa na várzea da Amazônia</i>	Universidade de São Paulo	Ariovaldo Umbelino De Oliveira	2007

Com relação aos procedimentos, ressalta-se que a o trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica que, segundo Lakatos (2003), possibilita um contato com o que foi escrito sobre o tema, certamente publicado em artigos, monografias, dissertações, teses e livros – concebendo

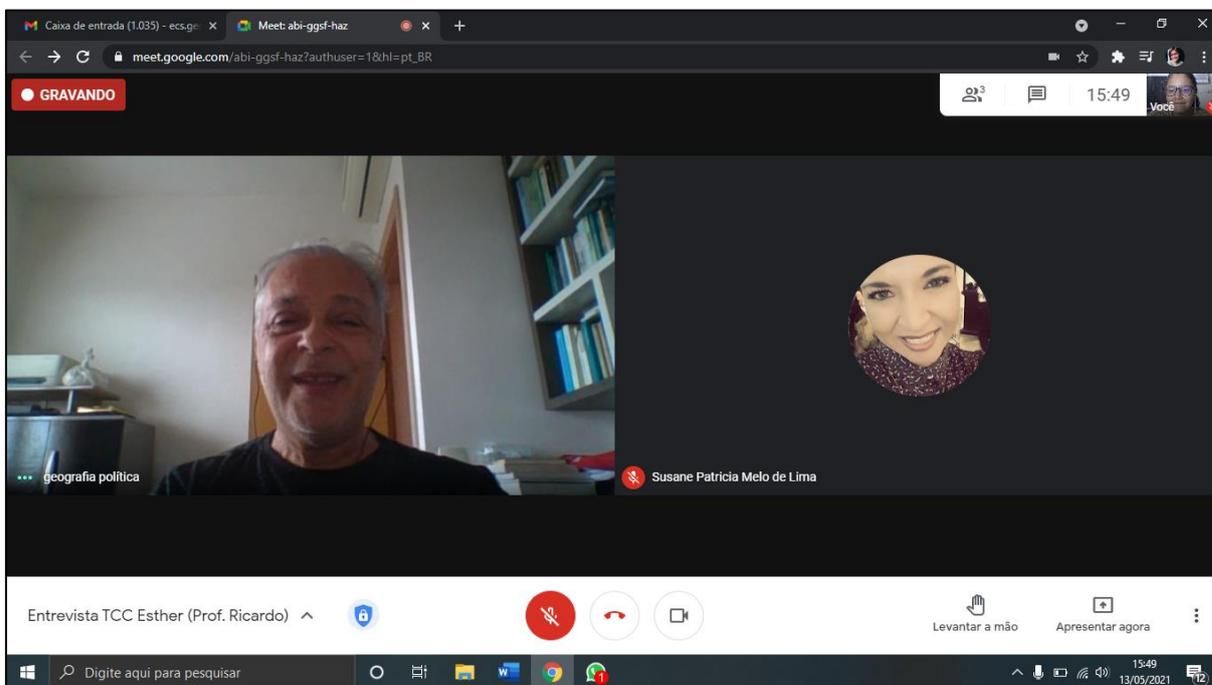
as fontes secundárias, que se configuram como as próprias teses analisadas que compõem os resultados. Sendo assim, de caráter qualitativo, busca-se contribuir para o conhecimento a respeito do tema, que cabe o interesse por se tratar de algo ainda pouco investigado no meio acadêmico.

Portanto, pretendeu-se explorar o tema, identificando suas características, no que compreende os processos de sua evolução e especificidades. Para Gehardt e Silveira (2009, p. 35), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, possibilitando, uma familiarização deste para com os que futuramente o estudarão. Por fim, também foi realizado o levantamento da bibliografia acerca do tema, identificando-o, e conseqüentemente, caracterizando-o. Neste caso, essa fase se ateve às questões mais basilares relacionadas à Geografia e sua história e à epistemologia, bem como as reflexões filosóficas que compreende a estrutura das revoluções científicas, pontuadas no início desse capítulo.

Além do levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema para os procedimentos metodológicos desta pesquisa, considerou-se fundamental a análise de documentos físicos ou online (páginas de internet, sites de instituições, vídeos públicos) disponíveis, consulta e leitura de jornais físicos ou eletrônicos com entrevistas, notícias antigas ou atuais e outros dados que auxiliem na compreensão do contexto social, político, econômico e hegemônico no Amazonas, que por sua vez ajudam na construção de um entendimento sobre a história da Geografia no Estado.

A história oral, enquanto metodologia, contada por sujeitos que participaram e participam da formação do pensamento geográfico amazonense foi enfatizada para aviltar tal pesquisa, tornando-se enlace primordial nos procedimentos. Nesse contexto, foram realizadas entrevistas despadronizadas e não dirigidas, dando total liberdade ao entrevistado para que este se pudesse se expressar da maneira que achou necessário, relatando aquilo que lhe foi conveniente, sem estabelecer diretrizes, portanto, “levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder” (LAKATOS, 2003, p. 197). Não obstante, cabe aqui dizer que a escolha das personalidades a serem entrevistadas não se deu propriamente pela sua importância (superior) a outros, mas sim por sua ação dentro do contexto investigado: Ricardo José Batista Nogueira (figura 1), Mircia Ribeiro Fortes (figura 2) (Docentes do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, UFAM) e Ana Paulina Aguiar Soares (figura 3) (Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas).

Figura 1: Entrevista com o professor Ricardo José Batista Nogueira, em 2021



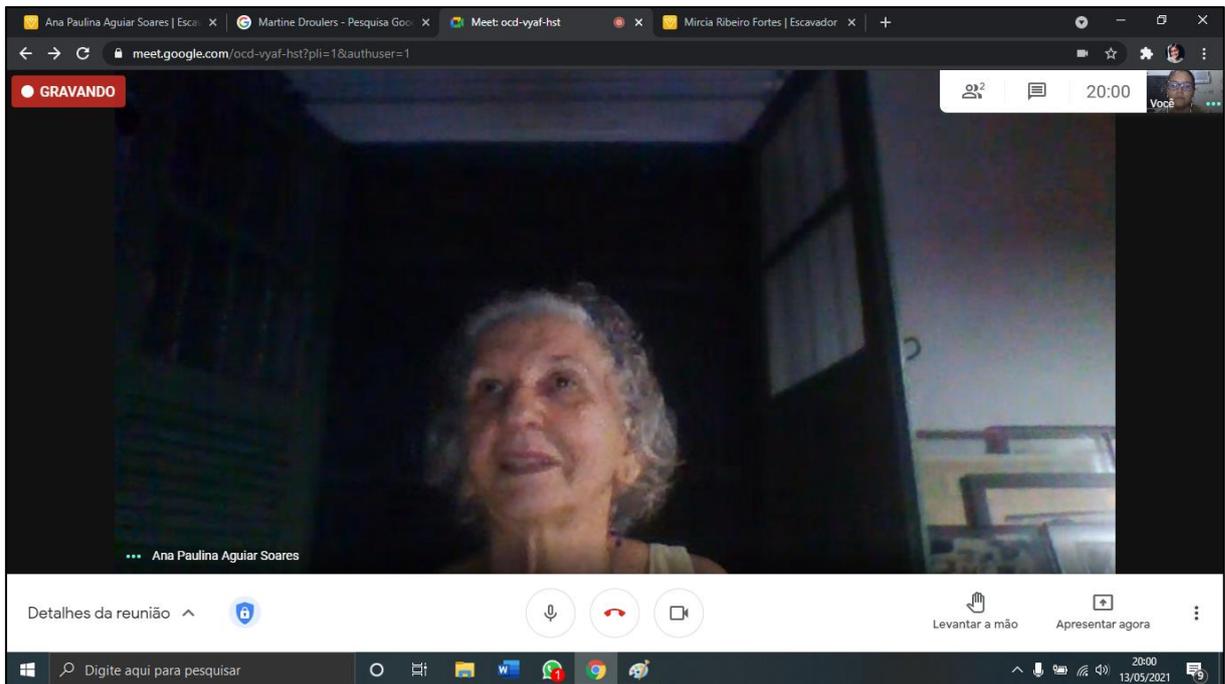
Fonte: Printscreen da plataforma Google Meet, via Google

Figura 2: Entrevista com a professora Mírcia Ribeiro Fortes, em 2021



Fonte: Printscreen da plataforma Google Meet, via Google

Figura 3: Entrevista com a professora Ana Paulina Aguiar Soares, em 2021



Fonte: Printscreen da plataforma Google Meet, via Google

Além desses, outros dois professores foram consultados no decorrer da estruturação deste trabalho, Mauro Jeusy Vieira Bechkman, ex-diretor da Associação de Geógrafos Brasileiros seção Manaus, e o professor Francisco Evandro Aguiar, ex-professor do Departamento de Geografia da UFAM, que inclusive cedeu a cópia original de sua tese para análise.

Por fim, como é sabido, a História do Pensamento Geográfico no Brasil é sólida, o que quer dizer que podemos identificar o seu início, evolução, crises e tendências. Entretanto, quando se pretende abordar a História da Geografia no Amazonas, as informações a respeito do tema são limitadas. Sendo assim, para auxiliar nessa questão, foi usado como apoio, fonte histórica e documental o livro “100 Anos UFAM” da Professora Rosa Mendonça de Brito que conta a história da Universidade Federal do Amazonas – onde institucionalizou-se o primeiro curso de Geografia do Estado na década de 1980, ainda sob administração do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL (BRITO, 2009, p. 315), atual Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS.

Entretanto, essa discussão está direcionada não apenas para a UFAM, mas também para todas as instituições que participaram ou participam do movimento histórico do *savoir-faire* geográfico amazonense, como o IBGE, a UEA e a AGB local, revistas acadêmicas, entre outras.

2. A CONSTRUÇÃO DE UMA GEOGRAFIA AMAZONENSE

2.1 A pré-institucionalização da Geografia no Amazonas: um pensamento naturalista

Acredita-se ser importante uma breve consideração sobre a pré-institucionalização da Geografia como um curso superior no Amazonas com base na pesquisa e reflexão feita por Souza, Sousa e Lima (2020), no artigo *Contribuições da Literatura Regionalista na Formação Do Pensamento Geográfico no Amazonas*. Tal consideração é pertinente para que fique claro que existe a consciência de que aspectos da ciência geográfica já eram usados em várias análises científicas por outras personalidades - não especificamente geógrafos.

Décadas antes da institucionalização de uma Geografia propriamente acadêmica no estado, pensadores e pesquisadores já haviam adotado a Amazônia como um objeto de interesse para as suas análises, fossem elas sociais, políticas ou naturais. Nomes como Euclides da Cunha e Djalma Batista foram protagonistas ao elencar as características tanto naturais quanto sociais da Amazônia. Especialmente, Euclides da Cunha se dedicou aos estudos e análises sobre as dinâmicas entre o homem e a natureza, entretanto, sua análise crítica ao ambiente em que o homem seringueiro estava inserido, com o estigma de “homem preguiçoso”, ganharam destaque, pois ao tempo, se posicionaram contra a concepção defendida desde os tempos da colônia (SOUZA, SOUSA, LIMA, 2020).

Já Djalma Batista, assim como Euclides da Cunha, também foi um grande pensador que pôs à mesa suas reflexões sobre o “modo irracional de exploração das riquezas e do povo amazônico” (SOUZA, SOUSA, LIMA, 2020, p. 256). Por fim, além desses, Souza, Sousa e Lima (2020) contemplam os chamados naturalistas⁵ em sua análise, como Walter Bates, Johann Baptist Spix e Carl Friedrich Martius, bem como Betty Meggers, que dedicaram as suas pesquisas às particularidades do Rio Amazonas, nas obras *Um Naturalista no Rio Amazonas*, *Viagem Pelo Brasil e Amazônia: a ilusão de um paraíso*, respectivamente.

Ainda em seu texto, os autores consideram momentos que compõem a história do Amazonas desde o período colonial que decerto contribuem para o pensar e fazer geográfico. Esses momentos vão desde a época onde a coroa era preocupada em manter a Amazônia para si devido a dependência da floresta, que provinha os recursos naturais que mantinham a economia, até o período do curto ciclo da borracha como fator determinante para o avanço da

⁵ Naturalista, segundo Leite (1994, p. 18), é “aquele que nos séculos XVIII e XIX dedicava-se ao estudo da história natural, ou seja, da natureza, compreendendo os astros, o ar, os animais, os vegetais e minerais da superfície e da profundidade da terra”.

exploração da região, proporcionando progresso e riqueza, entretanto, com rápido declínio na década de 1940, após a ascensão desse mercado na Ásia.

Assim, especialmente a partir da década de 1940, com concepções estabelecidas sobre uma Amazônia favorável ao desenvolvimento do país, mesmo com o curto período de glória da extração do látex, a “ideia de um espaço para extração de recursos naturais como insumo para o progresso” (SOUZA, SOUSA, LIMA, 2020, p. 257) estava enraizada, o que justificou, pelos anos seguintes, o avanço da ocupação do espaço amazônico através das ações do Estado, com a implementação da Zona Franca de Manaus em 1957, promovendo forte desenvolvimento econômico não só em Manaus, mas no Amazonas.

Entende-se assim que as mudanças pelas quais a região passou são decorrentes de períodos históricos, com temporalidades e espacialidades singulares, como tudo na Amazônia, e que vai desde a exploração de forma desmedida dos recursos da floresta, por aqueles que chegaram à região reivindicando suas riquezas, grandes porções de terras, imprimindo culturas estranhas a terra e aos povos nativos, passando pelo auge e declínio da borracha e chegando a contemporaneidade, com o período de fomento do desenvolvimento regional e a promoção de políticas desenvolvimentistas, sob a égide do mote “ocupar para não entregar” (SOUZA, SOUSA, LIMA, 2020, p. 268).

Para concluir, buscam em Aziz Ab’Saber – geógrafo formado na Universidade de São Paulo – e em Raimundo Moraes – autodidata interessado nos estudos da Amazônia, que concebeu a obra *Na Planície Amazônica* (1926) - outros elementos que ajudam a elucidar o processo de desenvolvimento de um pensamento geográfico no Amazonas antes da institucionalização do curso de Geografia. Os dois, tanto Ab’Saber quanto Monteiro, analisaram a cidade de Manaus e as suas particularidades. Ab’Saber, em *A cidade de Manaus* (1953), se dedicou a entender Manaus a partir das relações estabelecidas entre o homem - sociedade – e, principalmente, o meio físico-natural, como o relevo, o clima e a cobertura vegetal, além de atribuir o desenvolvimento da cidade e da região à localização dela, na confluência entre o Rio Negro e o Rio Solimões.

Já Raimundo Moraes, em seus ensaios românticos, precisamente na obra *Na planície Amazônica* (1926), de meados de 1920, não muito diferente dos autores já mencionados, dedicou-se a compreender as especificidades de uma Amazônia que à época era descrita com uma simplicidade que não à cabia, visto que em sua opinião, a Amazônia era um ambiente de realidades complexas (PAIVA, 2016). Nascido em Belém, Raimundo conhecia a imensidão da floresta desde cedo, entretanto, em seus ensaios, as pontuações científicas de outros viajantes e estudiosos da Amazônia não eram ignoradas, pelo contrário, o romancista não abriu mão das “referências a cientistas que percorreram a Amazônia com o objetivo de investigar sua fauna e

flora, como se a análise científica estivesse imune às ingerências da imaginação” (PAIVA, 2016, p. 231).

Outra análise que trazem é a contribuição de Mário Ypiranga Monteiro, em *Fundação de Manaus* (1948), onde relacionou a implantação da cidade ao momento comercial das especiarias amazônicas, onde esta se tornou um verdadeiro empório para o comércio internacional. Desse modo, consegue-se a partir dessas reflexões, então, notar os primeiros passos para o que viria a ser as discussões sobre a produção do espaço, não só em Manaus, mas no Amazonas.

Ao concluir, os autores defendem que tais contribuições ajudaram abrir caminho para o estabelecimento de um pensar geográfico no Amazonas, considerando que as obras partem de temas relacionados às particularidades da região - características ímpares do bioma amazônico - descrevendo minuciosamente os atributos físicos dos rios, relevo e do clima, atreladas aos aspectos sociais, especialmente influenciados pelo espaço físico e natural da floresta. Realizadas por um viés mais positivista, as obras configuram, portanto, uma base teórica-metodológica de uma Geografia do Amazonas, pautada na “literatura regionalista que precede a Geografia enquanto ciência, tendo como principal ferramenta a paisagem, o bucólico, o incoercível da floresta” (SOUZA, SOUSA, LIMA, 2020, p. 260).

Como os clássicos que são, as obras determinaram as bases não só de uma Geografia do Amazonas, mas da Amazônia, influenciando e se tornando referências para além da região, ganhando destaque, inclusive, no âmbito nacional. Mesmo que as tendências teórico-metodológicas passem por rupturas, sofram alterações e em alguns casos deixem de ser fortemente privilegiadas, a depender do contexto histórico-científico, não há como negar que as obras analisadas pelos autores foram marcos para uma Geografia que futuramente, institucionalizada, seguiria seus próprios rumos, com pesquisas acadêmicas asseguradas em métodos e teorias próprios da Geografia a partir da década de 1980, no Amazonas.

2.2 A primeira universidade brasileira

O presente trabalho almeja, como um de seus objetivos, apontar os passos que levaram à institucionalização da Geografia no Amazonas como um curso universitário reconhecido oficialmente. Entretanto, antes, é imprescindível destacar a sua base, a sua casa, onde tudo começou: a Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Para essa exposição foi utilizada a obra *100 anos UFAM* (2009), idealizada pela professora Rosa Mendonça de Brito, amazonense de Carauari, pós-doutora em Filosofia, que em sua trajetória acadêmica dedicou seus estudos à Filosofia e à Pedagogia, além de honrar a história da UFAM em obras como *100 anos UFAM* (2009); *Da Escola Universitária Livre de Manaós à Universidade Federal do Amazonas: 95 anos construindo conhecimento* (2004); *A Faculdade de Educação no Contexto da Universidade Federal do Amazonas* (2006); e *Quinze Anos Passo a Passo: trajetória do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas* (2002).

Vale pontuar que o texto busca desenvolver uma breve linha histórica do estabelecimento dessa instituição, sem preocupar-se exatamente com os detalhes desse processo, mas com o objetivo de ambientação histórica da universidade. Entretanto, indica-se a obra a qual foi extremamente consultada para a elaboração desse fragmento, vital para o entendimento do processo do estabelecimento da UFAM como instituição acadêmica e transformadora da sociedade amazônica, *100 anos UFAM*, da professora Rosa Mendonça de Brito, que detalha e ilustra a evolução e progresso da instituição que, decerto, representa um dos personagens principais do processo de institucionalização da Geografia no Amazonas, uma vez que foi nela onde ocorreram as primeiras mobilizações e idealizações de um curso de Geografia no estado do Amazonas.

Antes de se tornar Universidade Federal do Amazonas, a UFAM vem de um processo de transformações - precisamente da transformação da Escola Militar Prática. A instituição, fundada no dia 10 de novembro de 1908 na cidade de Manaós, tinha como objetivo claro o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional militar, dividido em duas modalidades de cursos: preparatório e superior; enquanto as disciplinas eram: cavalaria, infantaria e artilharia. Após seis dias de sua fundação, em 16 de novembro de 1908, a Escola Militar Prática passou a se chamar Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, que foi finalmente instalada como instituição em 22 de novembro (BRITO, 2009, p. 27).

Após a transformação da Escola Militar Prática em Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, as ambições de seus líderes - entre eles, Joaquim Eulálio Gomes da Silva, Tenente-Coronel da Guarda Nacional, nomeado Diretor Geral Honorário e Perpétuo da Escola Universitária Livre de Manaós, além de idealizador e relator dos Estatutos - continuaram promovendo mudanças a curto prazo. Assim, em 17 de janeiro de 1909 a Escola Livre de Instrução Militar foi promovida à Escola Universitária, passando a se chamar Escola Universitária de Manaós, tendo Pedro Botelho da Cunha como Primeiro Diretor Geral. Desse

modo nascia, então, a primeira universidade brasileira, um marco na história de Manaus, do Amazonas e do Brasil, configurando um pioneirismo à região no que compreende o ensino superior.

Não é à toa que a UFAM detém um certificado do *Guinness Book*, expedido em 1996, de primeira universidade brasileira e além disso, à ela foi conferida a Medalha de Prata pelo Jury Internacional de Exposição de Bruxelas, considerando a academia como de utilidade pública, certificado na Lei nº 601 de outubro de 1909. Ademais, a Lei nº 3.454 de 6 de janeiro de 1918 concedeu idoneidade à Universidade de Manaós (BRITO, 2009, p. 21).

Quanto à sua estrutura, a Universidade de Manaós contemplou a Faculdade Militar, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Ciências e Letras, cursos que foram legitimamente instalados em 15 de março de 1910 pelo então Diretor Geral da época, Astrolábio Passos, após o afastamento de Pedro Botelho da Cunha em 5 de fevereiro de 1910 (BRITO, 2009). Quanto ao seu processo de ensino e aprendizagem, uma característica interessante dentro do processo de criação e história, naturalmente, é a influência europeia dos estudos aqui realizados, com a exigência de “que os livros ali utilizados e os conteúdos das disciplinas ministradas fossem quase todos importados da Europa” (BRITO, 2009, p. 43), além dos alunos terem como estudos obrigatórios o latim, francês e alemão.

Assim, se encontrava estabelecida uma Universidade que viria a enfrentar algumas dificuldades inclusive financeiras, visto que era oficialmente mantida pelo Governo do Estado, mas que entretanto “[...] superou a descrença e a desesperança de muitos. Com o empenho e a coragem de seus membros conseguiu caminhar em busca da concretização de seus propósitos educacionais” (BRITO, 2009, p. 55). Mesmo com seus percalços, a Universidade de Manaós conseguiu, ao longo de quatro anos, após a instalação de seus primeiros cursos, formar em torno de 56 alunos, número significativo para a jovem universidade, caminhando a curtos passos à excelência, em uma Manaós com menos de 50 mil habitantes (BRITO, 2009, p. 55).

Brito (2009) ainda traça uma linha histórica sobre os anos seguintes ao estabelecimento da Universidade, levando em consideração o contexto após a época áurea da borracha, onde o Amazonas passou por uma crise financeira que à medida que os investimentos aqui mantidos iam decaindo, prejudicando as instituições públicas, foram criando-se algumas instabilidades, afetando a Universidade de Manaós. Nesse cenário, tornou-se inviável manter a Universidade em alguns pontos, inclusive, por conta disso, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais foi desagregada da Universidade de Manaós, tornando-se autônoma. E esse evento, de certo modo,

marcou o início de uma desestruturação organizacional da Universidade, que enfraqueceu esta como instituição, seguido do fechamento de outras faculdades e unidades. Algumas faculdades perseveraram, como a Escola Agrônômica de Manaus, antiga Faculdade de Engenharia; a Faculdade de Farmácia e Odontologia, antiga Faculdade de Medicina; e a Faculdade de Direito, antiga Faculdade de Ciências Sociais. Porém, “O caráter de universidade perdido naquele momento, só seria resgatado 36 anos mais tarde com a criação da Universidade do Amazonas, em 1962” (BRITO, 2009, p. 57).

Quase 40 anos depois a Universidade do Amazonas foi criada através da Lei nº 4.069-A, em 12 de junho de 1962, assinada pelo presidente João Goulart, com todo o projeto escrito por Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, então Deputado Federal na época. Nesse contexto, vale ressaltar que o Amazonas estava passando por um cenário efervescente de transformações socioeconômicas, com a criação do Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia – FIDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Atrelado a isso, outro momento importante, segundo Brito (2009) é a reestruturação do Banco da Amazônia⁶.

Nesse sentido a UA é mais que uma universidade na metrópole amazônica, mas também um objeto de desenvolvimento territorial e social-científico - o que se alinha ao ideal político da época. Dado o contexto, o estabelecimento de um polo educacional na porção ocidental da região amazônica brasileira denota um incentivo à migração, colocando a cidade de Manaus como protagonista no norte do Brasil.

Entretanto, as atividades da Universidade só foram iniciadas após alguns anos, passadas, inclusive, várias reuniões com os membros do Conselho Diretor da Universidade, desde 12 de junho de 1962, data da primeira reunião, até 3 de julho de 1964, data da décima oitava reunião, onde foram estabelecidos definitivamente o reitor - Professor Anderson Andrade de Menezes; e o vice-reitor - José Augusto Teles de Borborema, empossados dia 23 de setembro de 1964. Além dessa importante decisão, “foi decidido que, para comemorar a data da criação da primeira universidade brasileira, a Escola Universitária Livre de Manaus, a Universidade do Amazonas seria instalada no dia 17 de janeiro de 1965” (BRITO, 2009, p. 74) com as faculdades de Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia.

Ainda segundo Brito (2009), no período de 1962 até 1976, a Universidade do Amazonas teve suas sedes em diversos prédios espalhados pelo Centro de Manaus, caracterizando-a como

⁶ O período compreende as décadas de 1950 e 1960, onde após o declínio do comércio da borracha, o Banco de Crédito da Borracha passa a se chamar Banco de Crédito da Amazônia S.A, já destinado a financiar o projeto de desenvolvimento da Amazônia Legal.

uma instituição de estrutura fragmentada, o que dificultava o intercâmbio entre cursos e disciplinas. Foi a partir de 1976, após a construção do Campus Universitário, projetado pelo arquiteto Severiano Mário Porto, em uma área de aproximadamente 6.004.222.70 m², que os cursos foram remanejados da área central da cidade para o novo espaço construído com a finalidade de concentrar todas as partes da instituição. Em exceção, as únicas unidades que não foram remanejadas e ainda permanecem com sede no mesmo lugar em que iniciaram são as Faculdades de Medicina e de Odontologia.

Finalmente, passados alguns anos de história e construção de um legado, por determinação da Lei nº 10.468 de 20 de junho de 2002, após um projeto de mudança de nome da instituição, proposto pelo Senador José Bernardo Cabral, a Universidade do Amazonas passou a se chamar Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que se estabeleceu ao longo de sua história como importante instituição responsável pelo desenvolvimento não só da cidade de Manaus, mas também no Amazonas. É inegável a participação da Universidade no processo de desenvolvimento socioeconômico da região, visto que dela saíram grandes professores, profissionais e intelectuais que ganharam notoriedade à nível nacional.

2.4 A Geografia institucionalizada

Para fundamentar a trajetória da institucionalização do curso de Geografia, faz-se necessário reconhecer seus precursores. Neste caso, a história aqui contada se baseia fielmente em relatos e entrevistas daqueles que viveram o momento histórico de institucionalização e criação do curso de Geografia, como o professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos. O professor, no dia 14 de novembro de 2018, concedeu uma entrevista aos então alunos de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da UFAM, Eduardo Henrique Freitas Braga e Thiago Oliveira Neto, semanas antes do evento que discutiu os 40 anos da Geografia Crítica no Brasil, em 21 de novembro de 2018, na própria UFAM.

Na entrevista, o professor Falcão – como é conhecido no meio acadêmico, especialmente entre os colegas da Geografia –, resgata um pouco da sua trajetória acadêmica e também de professor, relatando a vinda para Manaus e compondo o quadro de professores da UFAM. Entre essas e outras contribuições, a entrevista contribui para fomentar a construção histórica que se propõe no trabalho, principalmente no que diz respeito às colocações do professor Falcão aqui apresentadas.

Sabe-se que o Curso de Licenciatura em Geografia não foi criado isoladamente. A UFAM, na época Universidade do Amazonas - UA, contava com o curso de Estudos Sociais, que englobava os saberes geográficos e históricos. Entretanto, os métodos, teorias e conceitos tratados na ciência geográfica não eram contemplados em sua totalidade. Isso, decerto, gerou descontentamento em alguns professores do departamento, que na época se movimentaram para criar o que seria o primeiro projeto idealizador do curso de licenciatura em Geografia e também de História.

Um personagem marcante desse período é o professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, bacharel e licenciado em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense – UFF, em 1974. Foi ele que, em suas palavras, ajudou “firmemente a extinção desse arremedo de formação que era o Curso de Estudos Sociais, que afrontava contra o conhecimento geográfico e histórico, contribuindo no fomento da ideia e ação em favor da criação dos cursos de Geografia e História” (OLIVEIRA NETO; BRAGA; VASCONCELLOS, p. 300, 2020).

Na entrevista, o professor relata que mesmo com poucos professores específicos de Geografia, houve a mobilização para a criação do projeto, o qual esteve à frente junto de outros professores do departamento, como a professoras Lyres Balbi, Lígia Fonseca Hayer e Maria Salomé de Albuquerque Toledano, além dos professores João Renôr Ferreira de Carvalho e Roberto Monteiro de Oliveira. Vale destacar a importância desses nomes, visto que além de estarem diretamente ligados à idealização do curso de Licenciatura em Geografia, e serem os primeiros professores do curso responsáveis por formarem as primeiras turmas após a institucionalização, também contribuíram para o estabelecimento do curso de Licenciatura em História.

Foi assim, então, através do descontentamento e insatisfação dos professores da época, além do caráter superficial do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que foram dados os primeiros passos rumo à institucionalização do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, criado pela Resolução nº 04/80/CONSUNI do dia 14 de agosto de 1980. De início, o curso ficou ainda sob a responsabilidade e administração do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, o qual o curso de Estudos Sociais era vinculado. Em 24 de outubro de 1990, o curso foi definitivamente reconhecido pela Portaria nº 1.008/90/MEC.

Quanto ao Departamento de Geografia, foi apenas em 1986 que este foi criado, pela Resolução nº 015/86/CONSUNI. A partir disso, a administração do curso de Geografia passou

a ser responsabilidade do departamento, vinculado ao ICHL, atual Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS.

É interessante notar, ao observar a cronologia deste processo, uma certa urgência no estabelecimento de um currículo geográfico nas dependências da UFAM. Um dos professores fundadores - Falcão - tomou seu posto como docente da UA em 1978, e as primeiras movimentações para a estruturação do projeto do curso ocorreram em 1980. Nesse sentido, compreende-se que a preocupação com a formação de um curso especificamente de Geografia ocorre de modo contextualizado com as movimentações nacionais, compartilhando a preocupação com o ensino dos fundamentos geográficos e a consequente formação de profissionais da Geografia no Amazonas. Por isso é válido destacar os professores que estiveram participando desse processo, pois a sua formação foi baseada em fundamentos sólidos e profundos da ciência geográfica, e não superficialmente, como era feito na UA no curso de Estudos Sociais.

Dentre os professores que estiveram à frente da grande empreitada, foram citados Lyres Balbi, Lígia Hayer, Maria Salomé, João Renôr e Roberto Monteiro, além do professor Falcão. Dos seis docentes, apenas as professoras Lígia Heyer e Maria Salomé, juntamente aos professores Roberto Monteiro e Luiz Falcão Vasconcellos, eram licenciados em Geografia.

Lígia Heyer se graduou pela Universidade Federal do Pará – UFPA em 1971, anos depois doutorou-se pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – PPGH-USP, em 1997. A professora Maria Salomé graduou-se em Licenciatura em Geografia no ano de 1978 pela Faculdade do Sagrado Coração de Jesus – FFCSCJ/SP, onde também concluiu o bacharelado em 1981 e concluiu o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Física na Universidade de São Paulo – PPGF-USP, em 1997.

Quanto ao professor Roberto Monteiro, formou-se no ano de 1979 em Licenciatura em Geografia na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena – FSFCLL/SP, concluiu o mestrado na Universidade Estadual Paulista – UNESP-Rio Claro em 1984 e doutorado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo – PPGH-USP, em 1998. Já o professor Falcão, além do bacharelado, licenciou-se em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense – UFF em 1974. Alguns anos após, especializou-se em Geografia Humana na Universidade de São Paulo - PPGH-USP, em 1981.

Em relação à professora Lyres Balbi e ao professor João Renôr, ambos não foram propriamente graduados em Geografia, tanto licenciatura quanto bacharelado, entretanto, em suas trajetórias acadêmicas, a Geografia entrou como protagonista em seus processos de

especialização. A professora Lyres Balbi licenciou-se em Serviço Social pela Universidade do Amazonas em 1964, e concluiu o mestrado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE em 1979.

Já o professor João Renôr, apesar de ter graduação em História (bacharelado), também pela Universidade Federal de Pernambuco, concluída em 1973, rumou seus estudos inclinados à Geografia, com mestrado pelo Institut D'etudes Du Développement Economique Et Social, na Universidade de Paris, na França, em 1975 e doutorado pelo Institut Des Hautes Etudes de L'amérique Latine, também pela Sorbonne, inclusive orientado pelo professor Pierre Monbeig, um dos grandes nomes que ilustram a história da Geografia no Brasil.

Há de se concluir, portanto, ao analisar o perfil acadêmico dos professores a partir das instituições em que foram alunos e se especializaram em Geografia, que parte do descontentamento e insatisfação com o curso de Estudos Sociais tem base em suas trajetórias geográficas e da consciência que tinham sobre como a Geografia poderia ser trabalhada e melhor aproveitada dentro da Universidade do Amazonas, atual UFAM. Percebe-se um certo protagonismo da Universidade de São Paulo como instituição presente nesse processo de especialização de quatro dos seis professores apontados aqui, além da Universidade Federal de Pernambuco, uma das mais antigas universidades a implementar curso de pós-graduação em Geografia, especificamente a terceira (em 1976), ficando atrás apenas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (em 1972) e da Universidade de São Paulo (em 1971).

O roteiro distingue um pouco quando observamos a trajetória do professor João Renôr, que iniciou sua carreira acadêmica no Brasil, porém traçou um caminho diferente ao de seus colegas, continuando seus estudos e pesquisa em Sorbonne, na França. Ora, pode-se considerar que decerto o caminho pode não ter sido tão diferente assim, já que a Geografia francesa foi inegavelmente a grande influenciadora, senão o norte, da Geografia brasileira, principalmente onde tudo começou, na Universidade de São Paulo.

Esse breve resgate ajuda a elucidar as bases do curso de Geografia através daqueles que foram os pioneiros nesse processo de institucionalização, responsáveis por construir o curso de Geografia, e também de História, na UFAM, além de formarem os primeiros profissionais geógrafos do Amazonas, que posteriormente, após formados e também qualificados, retornaram à UFAM não mais como estudantes, e sim como docentes, dentre eles José Aldemir de Oliveira, Ricardo José Batista Nogueira, Amélia Regina Batista Nogueira, Adorea Rebello da Cunha Albuquerque, Francisco Evandro Oliveira Aguiar, Manuel de Jesus Masulo da Cruz, Mírcia Ribeiro Fortes, entre outros.

3. A EMERGÊNCIA DE UMA GEOGRAFIA CRÍTICA NO AMAZONAS

3.1 A Geografia pelos geógrafos

Antes de encerrar definitivamente o ponto sobre a importância e protagonismo dos professores que compuseram o primeiro quadro docente de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, é interessante retornar àquele que iniciou como grande nome de referência para construir esse tópico do trabalho, o professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos. Para isso, também serão utilizados fragmentos de uma entrevista realizada pela autora com o professor Ricardo José Batista Nogueira⁷, no dia 13 de maio de 2021 via *Google Meet*, em tempos de pandemia⁸.

O professor Ricardo Nogueira aceitou conceder a entrevista a fim de contribuir na composição desse trabalho, considerada fundamental por todo arcabouço histórico de sua trajetória como professor de Geografia e componente do quadro docente da UFAM até o presente. Além de comentar sobre a sua caminhada desde os seus tempos de aluno, como graduando em Administração e depois de Geografia, até os dias atuais já como docente, o professor Ricardo Nogueira, antes de fazer uma longa consideração ao professor Falcão, fez um resgate em memória sobre os professores mais marcantes em seus primeiros anos de UFAM, inclusive alguns já citados até aqui, e outros que vieram em seguida à medida que os anos passavam:

Nós conseguimos compor esse departamento de Geografia com oito professores. Talvez eu consiga relacionar todos os professores... O professor João Renôr Ferreira de Carvalho, que tinha doutorado em Geografia na França... O professor Roberto Monteiro de Oliveira... A professora Lígia Hayer, que depois foi pra UEA... A professora Lyris Balbi, que tinha mestrado na Federal de Pernambuco... O professor Roberto Monteiro tinha mestrado na Unesp de Rio Claro e depois fez o doutorado na USP... A professora Salomé Toledano que fez doutorado na USP, depois... Cinco. Depois, aí tínhamos o professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, o Falcão, que... O Falcão, ele não concluiu... Eu não sei agora, faz tantos anos... Ele saiu pra fazer o mestrado e não concluiu, e retornou para o departamento... Eu acho que ele havia ido para a USP. Aí depois ele conseguiu a transferência e foi embora para Uberlândia. E lá em Uberlândia, ele, depois de alguns anos, quando eu saí pra fazer o mestrado em 92, eu recebi o Falcão na minha casa lá em São Paulo porque ele ingressou no mestrado lá em São Paulo novamente. Então, o Falcão Vasconcellos. Aí tivemos o

⁷ O professor Ricardo José Batista Nogueira é professor titular na Universidade Federal do Amazonas, integrante do Departamento de Geografia, graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas e possui mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

⁸ A realização das entrevistas se deu em meados de 2021, e nesse momento, o mundo ainda passava por um momento crítico em relação a pandemia ocasionada pela COVID-19. Por esse motivo, a fim de assegurar a saúde de todos, as entrevistas foram feitas de modo *online*, via *Google Meet*, plataforma de reunião remota, que assegurou a realização do trabalho em tempos de convívio social. Assim, até as pesquisas científicas adotaram esta ferramenta como procedimento técnico para a efetivação das suas etapas.

concurso para Cartografia, que era uma área muito carente naquela altura. Quem iniciou ministrando as aulas de cartografia era um militar do exército e depois conseguimos uma vaga e entrou o professor Paulo Custódio, que depois saiu da universidade e eu acho que ele trabalha no IPAAM⁹. Seis, acho que mais ou menos seis. Quem mais? Aí depois, em 86 ou 87, ingressou o professor José Aldemir, porque o Aldemir ingressa, inicialmente no departamento de Ciências Sociais como professor substituto, aí depois abre uma vaga para Geografia e ele foi como professor colaborador para a Geografia e ficou lá, aí ficou em definitivo. Então esse era mais ou menos o quadro do departamento de Geografia no início ou meados da década de 80 (RICARDO NOGUEIRA, via Google Meet, 2021).

Ao fazer esse resgate, o professor Ricardo Nogueira elucida como o quadro dos professores de Geografia estava desde o início até meados da década de 80. Ainda, o professor cita o professor José Aldemir de Oliveira e o professor Paulo Custódio, que foi bem lembrado - e será retomada essa questão - pela professora Mírcia Ribeiro Fortes¹⁰. Especificamente sobre o professor Falcão, professor Ricardo Nogueira retorna:

Enquanto estudante, acho importante também dizer que fui monitor do professor Falcão Vasconcellos na disciplina de Geografia Regional e a partir do contato com o professor Falcão, foi que eu também, eu penso, que deu um apoio muito grande não só a mim, mas também ao grupo de alunos para estudar, para avançar na Geografia. E ele passava muita bibliografia pra gente, tipo, “olha, tem isso aqui, tem isso dali”... Ele tinha a coleção da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico, acervo particular que ele doou para a biblioteca do ICHL, está lá para quem quiser consultar. Ele passou pra gente, olha só, àquela altura, a cópia pirata de uma edição portuguesa do livro do Lacoste¹¹, imagina isso, em 84 e 85... [...] A leitura do Lacoste pra mim foi fundamental em meados da década de 80 e é a partir daí que eu começo, também a conhecer o pensamento clássico da Geografia. Então, aí, Esther, acho importante também dizer que a década de 80 foi muito fértil na produção de bibliografia no Brasil, de Geografia. Então, muita publicação, muito pensamento retido a partir do evento de 78¹² que nós tínhamos conhecimento a partir do professor Falcão que participou desse evento e aí ele falava pra gente o que foi o evento, quais foram as discussões predominantes no evento, os grandes embates desse evento e isso me estimulou a continuar na Geografia (RICARDO NOGUEIRA, via Google Meet, 2021).

As influências e sugestões do professor Falcão em relação à novas bibliografias e comentários sobre o evento de 1978 foram fundamentais na divulgação do pensamento geográfico na UFAM, como relata o professor Ricardo Nogueira nas entrevistas. Assim, evidenciamos a articulação intelectual - mesmo que indireta - entre as tensões na estrutura do pensamento geográfico mundial e brasileiro e a institucionalização da Geografia no Amazonas.

⁹ Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM.

¹⁰ A professora Mírcia Ribeiro Fortes é professora adjunta na Universidade Federal do Amazonas, integrante do Departamento de Geografia, possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas, mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo.

¹¹ Livro: Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.

¹² Evento: Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 1978, na cidade de Fortaleza.

A sua dedicação em distribuir “a famosa cópia pirata” da obra de Yves Lacoste, clássico da Geografia Crítica - que ainda não havia sido lançado no Brasil -, porém extremamente difundido no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) em 1978, evidenciou uma certa preocupação do professor em atualizar as percepções e concepções dos alunos acerca das discussões e debates que estavam em voga na época. Considerando que esse momento especificamente precede a institucionalização do curso de Geografia na UFAM, certamente influenciou no estabelecimento de uma identidade crítica do curso.

É importante considerar, entretanto, que essa institucionalização se desenrola em meio a um cenário político-social tenso, a partir da Ditadura Militar. Mesmo caminhando a passos lentos em direção à democracia com o fortalecimento do movimento das Diretas Já, as questões políticas, particularmente inclinadas às posições político-ideológicas de esquerda, não eram totalmente difundidas fora no ambiente intelectual e acadêmico, uma das características do ENG naquele tempo. Então, o ato de disseminar a obra de Lacoste aos seus alunos de graduação em meados da década de 1980 pode ter sido fundamental para o amadurecimento dos alunos que futuramente viriam a ser não só os professores do departamento de Geografia atual, mas também os professores que se estabeleceram na rede pública estadual ou municipal, bem como na rede particular.

Refletindo sobre o contexto social da época, com a Geografia mundial em crise, e o Brasil sob um regime autoritário militar, pode-se dizer que o curso ascende, também, dentro de uma concepção onde prevaleciam as ideias mais quantitativas, com influências do neopositivismo, mesmo culminando com uma perspectiva marxista que foi sendo propagada aos poucos pelos professores do curso à medida que o processo de democratização avançava no país, especialmente a partir de 1985. Atesta-se isso pela fala da professora Mírcia Fortes, que ingressou no curso de Licenciatura em Geografia no ano de 1988. Ao ser perguntada sobre a presença de uma Geografia Crítica na universidade em seu tempo, responde:

Se a gente for fazer uma linha do tempo, vai passar por isso: essa transição do período militar para um período mais democrático. A gente poderia trabalhar a Geografia de forma mais efetiva, poderíamos discutir mesmo os problemas do capitalismo, os problemas ambientais na Amazônia. Eu lembro que a gente discutia naquele tempo sobre a hidrelétrica de Balbina, dos problemas ambientais da hidrelétrica, desmatamento na Amazônia, o que o ensino da Geografia poderia trazer para o século XXI. A gente discutia também a questão dos livros didáticos já atrasados, o que eles traziam, o que eles discutiam. A questão do norte e do sul, de desenvolvimento e subdesenvolvimento a gente discutia também. Tudo em uma Geografia mais crítica mesmo. A nossa Geografia foi crítica (MÍRCIA FORTES, via Google Meet, 2021).

Em outro momento, quando questionada sobre o perfil didático dos professores, sobre recursos didáticos das aulas de Geografia e acesso ao conteúdo, a professora Mírcia Fortes

comenta sobre a utilização e leitura de livros inteiros, que eram realmente discutidos ao longo das disciplinas e retorna, mais uma vez, à presença da Geografia Crítica:

Então, todos passavam livros... Isso aí é interessante... todos voltados para a Geografia Crítica. Sempre trazendo essa discussão da Geografia Crítica, que na AGB foi forte nessas discussões do capitalismo. Nós líamos capítulos de Marx para discutir. [...] Era aquele momento de debates (MÍRCIA FORTES, via Google Meet, 2021).

Sobre isso, é interessante buscar em Moreira (1989) uma observação sobre a presença do marxismo na Geografia, apontando sua inserção como parte do terceiro momento na história do pensamento geográfico, reafirmando o relato da professora Mírcia Fortes. O autor afirma que naquele momento chega-se “[...] então ao atual momento, o da crise e renovação paradigmática, no qual a superação do velho e ambíguo entrecruzamento da Geografia com o marxismo aparece com irrefreável força” (p. 35).

Aproveitando o ensejo sobre o perfil dos livros utilizados naquela época (década de 1980) é interessante refletir o momento em que esses livros começaram a ser introduzidos aos alunos de Geografia da UFAM. É importante ressaltar que a década de 1980, período de institucionalização do curso, já estava refletindo as mudanças causadas a partir do evento de 1978, o ENG, que também pode ser considerado como o auge de todo um movimento que já vinha ganhando força nos anos anteriores à década de 1970.

É pertinente pontuar que antes do emblemático evento, precisamente no ano de 1976, o professor Nelson Werneck Sodré lança o livro *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*, que tem o papel de desmistificar a Geografia para além do que se pensava ser a ciência geográfica: um apanhado de análises descritivas dos lugares. Nessa obra, Sodré se dedica ao estudo político da ciência geográfica, considerando desde as suas influências primárias até os desdobramentos mais modernos, criticando a maneira com que se fazia Geografia sem considerar o caráter político e ideológico que essa ciência carrega. Assim, *Introdução à Geografia*, de Nelson Werneck Sodré, é uma das obras que sustentaram o movimento de Renovação da Geografia na década de 1970, que impulsionou a realização do evento de 1978.

Nessa mesma época o professor Milton Santos publica *Por Uma Geografia Nova*, em 1978, onde clama pela renovação dessa ciência ao refletir sobre a insuficiência das análises geográficas do período, que impediam a Geografia, por assim dizer, de evoluir em direção a uma ciência do espaço social como o espaço da cidadania, reconhecendo a Geografia como meio de transformação e revolução.

Outros dois personagens centrais desse movimento foram os professores Ruy Moreira e Antônio Carlos Robert Moraes, que publicaram no mesmo ano de 1981, *O que é Geografia?*

e *Geografia: Pequena História Crítica*, respectivamente. Ambos se consumaram como obras que caracterizam esse momento histórico e quase revolucionário da Geografia, onde o olhar mais crítico da ciência geográfica tomava mais força. Tanto *Pequena História Crítica* quanto *O que é Geografia?* propuseram fazer um resgate histórico desde a gênese geográfica, ou seja, sistematizando a história do pensamento geográfico, porém, considerando a contemporaneidade e o contexto social e político de seu tempo. Inclusive, em *Pequena História Crítica*, já consegue-se ter uma visão do autor sobre o próprio movimento de renovação da Geografia.

Todas essas obras, a partir do momento que foram sendo publicadas e difundidas pelo Brasil nos cursos de Geografia, criaram uma base substancial para o desenvolvimento da Geografia Crítica, e claro, não seria possível deixar de considerar as suas influências ao estudar o processo de institucionalização da Geografia na Universidade Federal do Amazonas. Inclusive, sobre isso, o professor Ricardo Nogueira comenta:

Toda a década de 80 refletiu muito as mudanças que aconteceram dentro da Geografia a partir do evento de 78, mas assim, não somente o evento de 78. Eu acho que o evento de 78 foi o estopim para tal, porque antes de 78 você tem o lançamento de um livro do Nelson Werneck Sodré, Introdução à Geografia, subtítulo: Geografia e Ideologia. Então já vinha, assim, sendo gestado dentro da Geografia brasileira as repercussões daquilo que estava acontecendo também na França, principalmente na França, porque praticamente, boa parte da matriz da Geografia brasileira é francesa. Isso se espalha por todo o Brasil. Então olha só, Lacoste publica um extrato do livro “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, numa coletânea de Filosofia, chamada História da Filosofia, ou História das Ideias Filosóficas, organizada por François Châtelet. O livro é publicado em português em 74 aqui no Brasil e em 76 é lançado o livro dele, a primeira edição na França. E aí você tem brasileiros geógrafos indo pra França desde a década de 60. [...] E aí eu penso que o livro do Lacoste traz uma mudança substancial pra Geografia mundial. Na Geografia brasileira nós estamos vivenciando, isso eu tenho pensado... Ainda não vi escrito mas deve ter... Eu penso que o sucesso do pensamento crítico do Brasil foi ajudado pelo momento vivenciado pela ditadura militar. Eu não sei... Talvez se nós não tivéssemos vivido uma ditadura, talvez aquele pensamento não fosse tão importante. Mas ele ganhou uma substância muito forte porque era um pensamento geográfico que vinha trazendo questionamentos muito fortes ao estado e às grandes corporações. E o Brasil estava vivenciando naquele momento uma ditadura militar. Então você tem o livro do Nelson Werneck Sodré de 76. Milton Santos vai lançar o livro “Por uma Geografia Nova” nesse período aí também. Depois você vai ter artigos sendo publicados em periódicos, espaços... A revista Vozes, final da década de 70, início da década de 80 já traz artigos do Ruy Moreira. Em 80 o Ruy Moreira lança “O que é Geografia?”. Em 82 ou 83 sai o “Geografia: Pequena História Crítica” do Antônio Carlos Robert de Moraes. Então assim, eu penso que esses quatro livros compõem o acervo fundamental para qualquer aluno de Geografia, não só a história do pensamento geográfico mas o momento que estava se vivendo para se produzir aquilo. Uma absorção, também do pensamento do materialismo histórico, uma inserção muito grande do marxismo... A Geografia começa a ganhar fôlego a partir daí, porque assim, esse pensamento ganha mais força no Brasil porque penso que é exatamente por conta da situação do Brasil naquele momento não somente política como econômica também. Um país, aspas, àquela altura, de terceiro mundo, depois que muda, um país emergente... E você tem nesse rastro publicações como “Geografia do Subdesenvolvimento” do Lacoste. “Geografia Ativa” [Pierre George, etc]... Então são livros que já vêm sendo produzidos e difundidos do Brasil ao longo da década de 70, e aí culmina com o evento em uma mudança substancial (RICARDO NOGUEIRA, via Google Meet, 2021).

A partir desses apontamentos, consegue-se delinear o caráter teórico e metodológico, até mesmo ideológico, do curso. Como mencionado anteriormente, levando em conta o contexto histórico que envolve o processo de institucionalização, a introdução à uma Geografia Crítica, os professores que atuavam na época, entende-se que o curso de Geografia não nasceu passivo às questões políticas, nem se manteve à parte das discussões que estavam em voga na Geografia nacional e internacional.

Então, é evidente que o perfil crítico e preocupado com as questões que envolvem a Amazônia de hoje é fruto de um esforço coletivo do passado que ainda se mantém firme atualmente, e que se fortalece à medida que cada conquista é concretizada ao longo dos anos, como a implementação do programa de pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Amazonas, inicialmente do mestrado e, posteriormente, do doutorado.

3.2 Bacharelado, Iniciação Científica e Pós-graduação

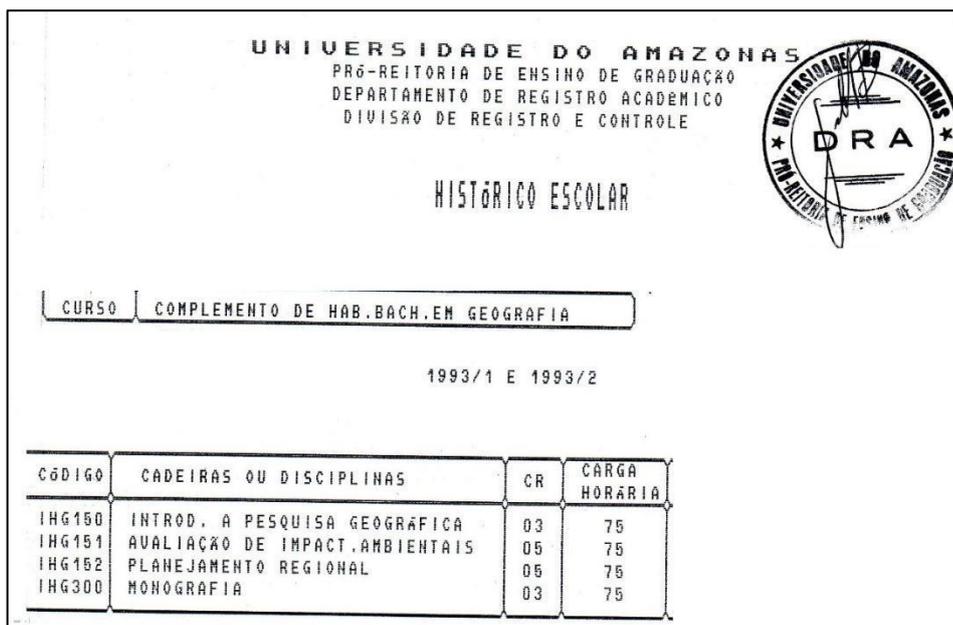
Até aqui houve a tentativa de um resgate histórico-temporal do curso de Geografia na UFAM, levando em conta os relatos de personagens que estiveram presentes nesse processo, além de relacionar ao contexto social que influenciou o amadurecimento teórico e metodológico do curso, de seus estudantes e professores, não só no Amazonas, mas também no Brasil. É claro, essa passagem não se encerra com a institucionalização do curso, visto que após esse processo, anos depois, ocorre a implementação do bacharelado e do programa de pós-graduação. A respeito disso, a professora Mírcia Fortes, que viveu intensamente esse período de mudança e implementação do bacharelado, expõe:

Teve uma comissão do departamento para fazer todo o levantamento do bacharelado, e a minha turma foi a primeira turma do bacharelado. Então nós participávamos da discussão porque nós queríamos o bacharelado. Nós fomos a primeira turma do bacharelado. Por isso que nós discutíamos sobre isso. Quais seriam as disciplinas, a carga horária... Eu gosto de falar sobre isso. A nossa turma foi a primeira turma do bacharelado, a nossa turma foi a primeira de iniciação científica também... [...] Nós terminamos a licenciatura em 92. Quando foi 93, foi criado o bacharelado. E aí, automaticamente, essa turma todinha migrava para o bacharelado. Mas não era obrigatório... Tanto é que era postilado. Eu tenho apostilamento no meu diploma. Eu não tenho diploma de bacharelado, apenas do diploma de licenciatura e atrás do meu diploma o carimbo de apostilamento do bacharelado (MÍRCIA FORTES, via Google Meet, 2021).

Deste modo, o bacharelado foi criado, então, pela Portaria nº 2.220/90/GR, referendada na Resolução nº 020/92/CONSEPE, de 11 de setembro, que passou a funcionar e ser ofertado como curso a partir do primeiro período letivo de 1993, como mostra o histórico da figura 4, e

segue institucionalizado até hoje na UFAM. Entretanto, em comparação ao curso de licenciatura, também por conta da oferta de vagas, o bacharelado não é tão procurado quanto, e percebe-se uma tendência dos alunos, ao se formarem bacharéis, prosseguir com a formação em licenciatura, tendo para além do diploma de bacharel, o de licenciado, diferentemente de como ocorreu na década de 1990 com a turma da professora Mírcia Fortes.

Figura 4: Histórico escolar (disciplinas do bacharelado).



CÓDIGO	CADEIRAS OU DISCIPLINAS	CR	CARGA HORÁRIA
IHG150	INTROD. A PESQUISA GEOGRÁFICA	03	75
IHG151	AVALIAÇÃO DE IMPACT. AMBIENTAIS	05	75
IHG152	PLANEJAMENTO REGIONAL	05	75
IHG300	MONOGRAFIA	03	75

Fonte: Acervo pessoal da professora Mírcia Fortes

Abrindo um parêntese, ao longo de seu relato sobre os primeiros passos da implementação do bacharelado em Geografia na UFAM, a professora Mírcia Fortes comenta algo interessante sobre a sua turma ser, também, a primeira a participar do projeto de Iniciação Científica, com bolsas ofertadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Sobre isso, sabe-se que para um curso de graduação, a Iniciação Científica, além de ser um aprimoramento acadêmico e intelectual, abre muitas portas para a construção de uma carreira científica, pois ao fazer parte de um programa de IC, o aluno é estimulado a seguir com os estudos, rumando a uma pós-graduação. Ainda, a professora associa a criação tanto do bacharelado quanto da implementação da Iniciação Científica ao avanço da tecnologia e como ela passou a ser utilizada nos estudos geográficos.

Então, assim, minha turma foi a primeira turma do bacharelado, muitos fizeram, e também a primeira turma para a iniciação científica. Quem orientou de início foi o Paulo Custódio, o Aldemir, o Masulo, a Adorea. No final da década de 80, início de 90 já começou a ter a tecnologia, já tinha computador, embora lento, já ajudava... Além do computador, começou a ter o uso de imagens de satélite, então a tecnologia

veio pra reforçar, eu penso, a criação do bacharelado, pelas questões ambientais. Os debates pelas questões ambientais e regionais eram muito fortes e então, com a tecnologia, com o surgimento da imagem de satélite e do geoprocessamento, nós iniciamos a iniciação científica. Eu gosto muito de frisar isso, eu fui a primeira aluna do departamento com iniciação científica em geoprocessamento (MÍRCIA FORTES, via Google Meet, 2021).

A professora Mírcia Fortes foi a primeira aluna do curso de Geografia na UFAM a trabalhar com sensoriamento remoto na Iniciação Científica, com trabalho intitulado “*Técnicas de Sensoriamento Remoto na Avaliação Ambiental do Distrito Agropecuário da Suframa*”. Ela recorda a importância da orientação e contribuição do professor Paulo Custódio naquele momento, visto que além de orientá-la, ele conseguia o material necessário para a realização de todas as análises das imagens de satélites, se deslocando até Brasília, coletando material e trazendo para Manaus, para assim então, serem interpretados pixels por pixels pela professora.

A implementação da Iniciação Científica marca um momento importante na história do curso de Geografia no Amazonas, não só por sua carga de importância acadêmica e científica para o avanço da ciência e desenvolvimento, mas também por se configurar como um marco no processo de evolução do fazer geográfico no Amazonas que aos poucos foi ganhando força. Certamente, o curso como qualquer um em fase inicial, não começou com a oferta de vagas para IC, especialização ou pós-graduação, nem com incentivos financeiros públicos ou privados, como lembra o professor Falcão: “Não existia amparo a pesquisa em nível estadual, e poucos e limitados eram os editais do governo federal, os quais canalizados para áreas específicas” (p. 308, 2020). Então, esses pequenos passos, mesmo que gradativos, fizeram uma diferença significativa para o estabelecimento e fortalecimento do pensamento geográfico amazonense.

Além da Iniciação Científica, a implementação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, que completa 15 anos em 2022, também foi um marco na história do curso. Para auxiliar na contextualização do momento em que o mestrado enfim é implementado, buscaremos nos relatos novamente do professor Ricardo Nogueira, que nessa época especificamente já era professor do departamento e esteve presente nesse progresso.

Ainda, é importante destacar que o processo de implantação da pós-graduação tem muito a ver com o nível de especialização e titulação dos professores do departamento. Logo, a implementação do mestrado inicialmente só foi possível por conta da dedicação e decisão de cada um dos professores seguirem com a carreira acadêmica e ainda assim, retornarem ao departamento. É interessante apontar que na década de 1990 não havia essa variedade de cursos de pós-graduação como hoje há no país. Diante disso, os professores de Geografia tinham

poucos caminhos a seguir em relação às instituições, tanto no nível de mestrado quanto de doutorado. Desse modo, em sua maioria, os professores do departamento rumaram à Universidade de São Paulo ou para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com relação a esse período, o professor Ricardo Nogueira faz um resgate em memória sobre seu tempo de professor e relembra alguns colegas que estiveram próximos.

É a partir daí com a formação desses professores, ou na Universidade de São Paulo ou na Federal do Rio de Janeiro que começam a surgir os programas de pós-graduação [Na UFAM], primeiro, claro, em nível de mestrado e posteriormente de doutorado. Então, a universidade vai gradativamente, não só investindo na formação dos professores dos seus quadros, mas ao mesmo tempo ampliando o quadro docente dos seus departamentos. [...] Então, eu lembro que no início da década de 90, o departamento de Geografia conseguiu contratar cinco professores. Entraram a professora Adoréa, professor Evandro, professor Masulo, professora Amélia e mais um outro que não consigo lembrar agora... Então isso permitiu, Esther... Que cada um de nós fosse tomando um rumo de especialidade, porque quando eu entro no departamento, eu assumi quatro disciplinas, então um dia era Geografia Urbana, no outro dia era Geografia Agrária, no outro dia era Geografia Regional, no outro sei lá. No outro semestre eram mais outras disciplinas... Então quando o departamento se expande, vai permitindo que cada um de nós fossemos nos especializando, buscasse um caminho, uma área para nos especializar. E é nesse sentido que a gente tem hoje, um corpo docente que eu diria, assim, com titulação e qualificação muito boa, e aí conseguimos criar o mestrado, o programa de pós-graduação em 2007, que é, mais ou menos, quando encerra o processo de titulação de praticamente de todos nós. [...] E aí tivemos como consultor o professor Ariovaldo¹³ que veio aí nos ajudar, dar dicas, apontar os problemas do projeto do mestrado, sugerir determinadas disciplinas, para dar uma cara mais amazônica ao programa de pós-graduação (RICARDO NOGUEIRA, via Google Meet, 2021).

A contar do ano de institucionalização do curso até a implementação do mestrado foram aproximadamente 25 anos. Nesse período, muitos professores passaram pelo curso, muitos daqueles que já estavam atuando quando o curso era apenas de Estudos Sociais e outros que vieram posteriormente, além, claro, dos ex-alunos do departamento que se tornaram professores após a conclusão da graduação e especializações, dos quais aqui foram citados alguns: Aldemir Aldemir, Ricardo Nogueira, Adorea Albuquerque, Amélia Regina, Manuel Masulo, entre outros.

O programa de pós-graduação começou com a nota mínima no Conceito CAPES¹⁴, 3, e cerca de dez anos depois, a nota foi ampliada para 4, o que possibilitou que os professores do departamento se mobilizassem para implantar o doutorado. Aprovado pela CAPES em 2018

¹³ Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um dos maiores e mais famosos geógrafos brasileiros, é professor doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, e atualmente compõe o quadro docente na mesma instituição como professor titular.

¹⁴ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, órgão do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Educação - MEC, é responsável por avaliar os programas de pós-graduação e reconhecer os cursos disponíveis nas diversas áreas acadêmicas e científicas, determinando pontuações de 3 a 5, sendo 3 a nota mínima e 5 a máxima para mestrado e 7, a máxima para doutorado.

com nota 4, o doutorado teve o lançamento do primeiro edital em 2019 para a composição da primeira turma que ainda segue em curso no período de escrita desse trabalho (2022).

Tanto a implantação da Iniciação Científica na década de 1990, quanto do mestrado e doutorado recentemente, se estabelecem como momentos importantes para a história do curso de Geografia no Amazonas, pois proporcionaram um avanço significativo no pensar a Geografia do Amazonas e, sobretudo no Amazonas, considerando que a implantação do doutorado é muito mais recente ao comparar com outros estados da região. Além do mais, o Norte, segundo dados apresentados no Anuário Brasileiro da Educação Básica¹⁵ (2021), é a região com menor número de doutores titulados no Brasil. O Amazonas, até 2019, contava com um quantitativo de 190 doutores em áreas afins, ficando atrás apenas do Pará, com 478.

Quanto aos programas de pós-graduação em Geografia no Amazonas, a UFAM foi a terceira a implementar o doutorado em Geografia, sendo as primeiras a Universidade Federal de Rondônia - UNIR, com doutorado em funcionamento desde 2015 e a Universidade Federal do Pará - UFPA, com doutorado em funcionamento desde 2016, ambas com nota 4 no Conceito CAPES.

Para concluir, a implementação do doutorado consolida toda a trajetória do curso de Geografia na Universidade Federal do Amazonas e fortalece ainda mais a importância social do curso na produção científica e intelectual, não só na área de Geografia, mas também das Ciências Humanas e na compreensão do espaço geográfico amazônico. Com o doutorado, o trabalho que já vem sendo feito desde o mestrado, que é compreender e analisar a Geografia criticamente, levando em consideração as características socioespaciais e peculiaridades só aqui apresentadas, não só contribui para a produção científica, mas amadurece o curso, formando profissionais capacitados na área para atuar no campo profissional e acadêmico, e que a longo prazo, disseminarão cada vez mais a Geografia de excelência que está sendo construída no Amazonas.

¹⁵ BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. São Paulo: Editora Moderna, 2021. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/index.html> Acesso em 15 de abril de 2022.

4. DOS AUTORES E SUAS TESES

4.1 Desafios de compreensão

O saber-fazer geográfico se alinha cientificamente aos aportes teórico-metodológicos próprios de cada pesquisador. Socialmente, fazer uma geografia é fazer em um lugar, em um determinado tempo, por um determinado ponto de vista, além de responder a determinados interesses.

Desse modo, a dimensão do científico não se separa da dimensão do social – e internamente, na dimensão do científico, teoria e método não se confundem, mas formam um amálgama naturalmente inseparável. Nesse sentido, ao compreender o momento sócio-histórico observado nos primeiros capítulos deste trabalho, compreendemos também o momento da Geografia como ciência, o que nos ajuda a localizar a geografia amazonense dentro desse processo maior.

O olhar que atravessa as escalas, como foi tentado aqui, permitiu desvendar certos pontos até então nas sombras das análises sobre a Geografia local – que em verdade, eram poucas ou quase inexistentes.

A investigação acerca do corpo docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas permite, mais que um mero levantamento nominal destes professores, uma singular contribuição à compreensão do pensamento geográfico amazonense da primeira geração – o que inevitavelmente permitirá, com muito mais facilidade, em futuros trabalhos, a identificação das gerações seguintes de professores geógrafos nas universidades do estado.

Desse modo, pensar nas pesquisas (teses de doutoramento, especificamente) é pensar na Geografia que se fez e que ainda se faz. Também, é pensar, como em uma viagem temporal, quais teorias e métodos permeavam no pensamento da Geografia local.

Cabe, primeiramente, identificar os professores por meio dos quais parte a análise:

O professor José Aldemir de Oliveira, um dos geógrafos mais conceituados do Amazonas, cursou Geografia na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e defendeu sua tese de doutoramento em 1994 pela Universidade de São Paulo intitulada *Cidades na Selva: Urbanização das Amazonas*. Orientada pela professora Dra. Ana Fani Alessandri Carlos.

O professor Francisco Evandro Oliveira Aguiar, geógrafo graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 2001 defendeu sua tese em Geografia Física pela Universidade de São Paulo, com o título *Análise Climática da Província Petrolífera do*

Rio Urucu (AM): Identificação de possíveis impactos no clima de uma área de floresta tropical sob processo de intervenção antrópica e seus reflexos em meso e macroescala. Com orientação da professora Dra. Magda Adelaide Lombardo.

A professora Amélia Regina Batista Nogueira graduou-se em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e prosseguiu com sua carreira acadêmica voltada à uma Geografia Humana, mesmo tendo sua dissertação e tese vinculadas ao programa de pós-graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo. Em 2001, a professora defende sua tese intitulada *Percepção e Representação Gráfica: A Geograficidade*, que foi orientada pela professora Dra. Maria Elena Ramos Simielli.

O professor Ricardo José Batista Nogueira, natural de Recife – Pernambuco, além de Administração, graduou-se em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e assim como seus colegas José Aldemir, Francisco Evandro e Amélia Regina, também rumou à Universidade de São Paulo, defendendo a dissertação e posteriormente a tese em 2002, intitulada *Amazonas: A Divisão da Monstruosidade Geográfica*, orientada pelo professor Dr. André Roberto Martin.

A professora Adorea Rabello da Cunha Albuquerque também graduou-se em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, porém, diferentemente de seus colegas, defendeu a sua tese intitulada *A Aplicação de Técnicas Geoambientais para Reabilitar Áreas Degradadas na Base Geólogo Pedro de Moura: Bacia do Rio Urucu (Coari-Am)* em 2007, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, orientada pelo professor Dr. Antônio José Teixeira Guerra.

Por fim, o professor Manuel de Jesus Masulo da Cruz, colega de todos os outros professores acima citados, é graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e defendeu no ano de 2007 sua tese de doutoramento intitulada *Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia*, orientada pelo professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

É importante assinalar antes da exposição das compreensões que, nesse momento, Sposito (2004) é utilizado como referência na elaboração de um quadro teórico geral, que em nada busca apreender a diversidade teórica e metodológica dos autores aqui analisados. Logicamente, analisando individualmente, suas especificidades de pesquisa escapam ao quadro teórico elaborado pelo autor. Porém, na busca de qualidades gerais, o posicionamento destes autores em seu quadro aparece como um recurso didático de compreensão das influências

teórico-metodológicas, não como uma redução de suas potencialidades individuais como pesquisadores.

4.2 O urbano na selva – José Aldemir de Oliveira

A tese do professor José Aldemir de Oliveira, “Cidades na Selva: Urbanização nas Amazonas” se localiza sob a Geografia Urbana Amazônica, mais especificamente o cotidiano urbano da Vila do Pitinga, no município de Presidente Figueiredo. O tema tratado na obra e o próprio vocabulário do autor revelam uma Geografia Urbana Crítica, que assume pressupostos teóricos e metodológicos lefebvreanos – influência expressiva da formação de sua orientadora, a professora Ana Fani Alessandri Carlos, que até os dias de hoje atua na investigação da produção do espaço e a consolidação de uma metageografia que atualize e supere a Geografia Crítica tradicional.

O professor José Aldemir, ao tratar do cotidiano e das suas transformações a partir da homogeneização do modo capitalista de produção, produz uma Geografia Amazônica que em nenhum momento se desarticula da Geografia Urbana nacional e internacional – seja pela atualidade dos conceitos mediados por ele, seja pela relevância na inversão de posição da Amazônia como objeto de estudo. O professor José Aldemir tenta se distanciar da clássica visão ambientalista e naturalista da região, e procura caminhar para uma visão social e humana da Amazônia, condizente com os temas mobilizados pelo autor de referência, Henri Lefebvre.

Em alguns trechos de seu trabalho, a noção de produção aparece evidenciando a influência marxista em sua análise. Em certo momento, Oliveira (1994) sinaliza que “é necessário verticalizar a análise visando compreender o processo que só tem sentido quando tomado no contexto dos vários elementos que se articulam para a produção do espaço [...]” (p. 7). Ao articular a produção do espaço ao processo de reprodução capitalista, o autor caminha por um trajeto consolidado dentro de uma geografia urbana crítica, que se utiliza de uma visão marxista-lefebvreana¹⁶.

A dialética é a âncora metodológica do trabalho do professor. É ela que permite – direcionada pelo rigor do autor – articulações que enriquecem e abrem novas perspectivas ao debate sobre o urbano amazônico. Além da articulação local-global, explorada através do processo de urbanização total da sociedade (feição da obra de Henri Lefebvre), outra articulação realizada por ele é entre o novo e o velho. Por se dedicar à compreensão do urbano em um lugar

¹⁶ Expressão utilizada por Maurício de Abreu, citada por Carlos (2004).

na Amazônia, o professor José Aldemir necessariamente traria o debate à tona, o que faz sem que haja uma separação grosseira entre processos antigos e modernos. Em verdade, o autor captura o momento, a transição, deixando o objeto de análise mostrar o que é do lugar e o que é do global.

A manifestação dessa característica da investigação e da exposição na tese do professor José Aldemir pode ser apreendida no tópico 3.2, “A produção do espaço novo e a população indígena”, onde tem-se uma reflexão acerca da territorialização indígena como elemento produtor do espaço tanto quanto o Estado como produtor – o que coloca o conteúdo socioespacial como centro da análise. Nesse momento, a dialética se dá pela observação de que o espaço é produzido e reproduzido por forças convergentes, nem mais nem menos fortes, apenas divergentes e partindo de lugares diferentes, mas obviamente reconhecendo a hegemonia estatal neste momento da história.

Oliveira (1994), inclusive, demonstra o objetivo de fugir de análises estereotipadas sobre a Amazônia que se consolidaram nas décadas de 1950-1990, que colocam o ambientalismo como norte, o que se pode perceber no seguinte trecho:

Em várias partes do trabalho, o processo de produção do espaço na Amazônia aparece como destruição da natureza, o que aparentemente pode caracterizar a análise como sendo nostálgica. No entanto, temos assinalado que o processo de reprodução do espaço envolve a articulação dialética entre o novo e o velho. O avanço de novas relações sociais de produção na Amazônia estabelece novas formas e conteúdos espaciais, impondo o novo e destruindo culturas, natureza e modos de vida. Esse processo se não é específico para a Amazônia, tem sem dúvida maior dimensão em decorrência da predominância da natureza e de culturas ainda não adaptadas a uma tendência de homogeneização que ocorre com o avanço do capital (OLIVEIRA, 1994, p. 180).

É claro, no trecho em destaque, a superação de uma visão neocolonial sobre a Amazônia, ultrapassando a análise ambiental territorial acerca da questão indígena na região, e alcançando o debate espacial sobre o modo de vida e a produção do espaço urbano como um espaço de conflitos entre o cotidiano das populações e o capital em busca de realizar seu processo de reprodução – o que se estende pelo tópico acima referenciado.

É nesse caminho teórico-metodológico e filosófico que o professor José Aldemir persiste durante todo o trabalho, marcado por forte consistência conceitual e mesmo de escrita. A redação de seu texto não é usualmente acadêmica no sentido da forma. A investigação e a exposição dos conceitos e das descobertas da tese estão presentes a todo momento, porém o processo de escrita e sua assinatura como escritor emergem durante a leitura de seu trabalho. A maneira poética e leve de sua dissertação confronta absolutamente o rigor positivista e mesmo

a tradição crítica da Geografia, dando originalidade à tese, que posteriormente foi publicada em livro¹⁷.

4.3 O clima em uma análise multiescalar – Francisco Evandro Oliveira Aguiar

Junto ao trabalho da professora Adorea Albuquerque, é a tese mais objetiva das 6 analisadas. A leitura do clima não pretende discutir os impactos sociais de modo aprofundado, mas aponta de forma bem direta. Por ser um trabalho de climatologia geográfica, a tese contém inúmeros gráficos e tabelas, a fim de demonstrar as dinâmicas de temperatura, entre outros aspectos climáticos que respondam à problemática do trabalho. Esta, aliás, é indicada no próprio título do trabalho, ao posicionar seu lugar de análise em uma província petrolífera.

É interessante, também, o uso da escala como ferramenta de análise, partindo de uma realidade regional para compreender o fenômeno em sua dimensão nacional e global. Novamente, o próprio título indica essa feição com a busca pelos “reflexos em meso e macroescala” da intervenção antrópica em uma área de floresta tropical.

A pesquisa do professor Evandro Aguiar rumo não apenas à Geografia Física como descrição dos processos naturais, mas ao fato de que a ação humana transforma o ambiente natural por uma justificativa geopolítica. Logo na introdução, o autor discute os problemas que um projeto de desenvolvimento na Amazônia pode desencadear ao meio ambiente, ao mesmo tempo que disponibiliza sua pesquisa como um instrumento de conhecimento e estratégia em conhecer a região Amazônica.

4.4 Vivido e percebido pela cartografia mental – Amélia Regina Batista Nogueira

A professora Amélia Regina Batista Nogueira, com sua tese “Percepção e Representação Gráfica: A ‘Geograficidade’ nos Mapas Mentais dos Comandantes de Embarcações no Amazonas” possui uma particularidade em relação aos seus pares USPianos (José Aldemir de Oliveira, Ricardo José Batista Nogueira, Manuel de Jesus Masulo da Cruz e Francisco Evandro Oliveira Aguiar): dentre os cinco, juntamente com o professor Francisco Evandro, faz seu mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física – PPGF, o que é curioso, dado os caminhos profissionais acadêmicos que toma posteriormente,

¹⁷ Cidades na Selva, 2000.

trilhando por uma perspectiva mais voltada à Geografia Cultural, e não em alguma temática da Geografia Física.

A escolha pela Geografia Física parece ser menos pela questão teórico-metodológica, e mais por uma questão temática: a Cartografia. Enquanto no mestrado (1992-1994) o tema proposto é o uso do mapa mental como recurso didático no ensino de Geografia, no doutorado (1998-2001) a cartografia vem junto da filosofia, e não mais da pedagogia.

A professora Amélia Regina estuda a navegação dos comandantes do Rio Amazonas-Solimões pela perspectiva da percepção do lugar, visto que o elemento que desencadeia a problemática da pesquisa é o fato destes fazerem seus percursos sem instrumentos de precisão como o GPS. Movidos pela experiência de subir e descer os rios, as paisagens que se constroem a cada ano movem a justificativa do trabalho na direção da fenomenologia geográfica.

O elemento que persiste na pesquisa de doutorado da professora Amélia Regina é, portanto, o cartográfico, que parece ser um eixo de discussões filosóficas que sustentam muito bem as pretensões fenomenológicas da professora Amélia Regina. Neste ponto, cabe uma observação: a geografia humanista cultural, tradicional nos Estados Unidos décadas antes, aparece no Brasil apenas na década de 1990, e ainda muito residualmente. Especialmente na Geografia da Universidade de São Paulo a fenomenologia surge, mas se mantém como um pensamento residual, que destoa das principais correntes teórico-metodológicas da Geografia Humana, assim como também (e principalmente) da Geografia Física – programa ao qual as obras de dissertação e tese pertencem.

O trabalho da autora, que usa da fenomenologia de Merleau-Ponty como pilar teórico-metodológico, corresponde ao que Sposito (2004) descreve acerca da relação sujeito-objeto dentro dessa concepção. O autor afirma que “no método fenomenológico, é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente. O objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado” (p. 38).

Tal reflexão corresponde ao apresentado pela autora no capítulo 3, no tópico “Sobre a ‘geograficidade’ dos comandantes de embarcações”, onde coloca:

[...] ao iniciarmos este trabalho, perguntávamo-nos: de onde parte a ciência? Como se deve olhar para o “objeto” pesquisado? Como devemos nos posicionar diante dele? Com tais questões, buscamos respostas em algumas posições levantadas por Merleau-Ponty. Ele nos leva a pensar na ciência como um conhecimento construído a partir das percepções vividas pelos sujeitos comuns e até pelo próprio cientista ou filósofo (NOGUEIRA, 2001, p. 128).

A relação entre a fenomenologia e os mapas mentais, propostos pela pesquisadora e realizados pelos comandantes, evidenciam um potente elemento de apreensão da realidade amazônica, ao passo que estes são a fonte das análises. É esse o movimento do método que a autora captura no sentido mais amplo, onde sujeito e objeto se mostram diferentes da relação estabelecida em outros trabalhos aqui analisados. Nesse sentido, “[...] a fenomenologia permite estabelecermos uma conexão com os mapas mentais: ciência da experiência que analisa o fato sob a luz da percepção; mapas mentais que são produtos da imagem percebida [...]” (LIMA E KOZEL, 2009, p.211).

4.5 Uma geografia do território – Ricardo José Batista Nogueira

Ainda nos uspianos, o professor Ricardo José Batista Nogueira, com sua tese “Amazonas: a divisão da monstrosidade geográfica” já demonstra no título um caminho diferente dos dois anteriores. Enquanto o professor José Aldemir se dedica ao espaço, considerando o lugar de uma perspectiva quase fenomenológica, mas sem abandonar o materialismo dialético, a professora Amélia Regina assume o lugar inteiramente fenomenológico, apoiando-se na cartografia “percebida”. Já o professor Ricardo José Batista Nogueira usa de termos como “divisão” para se referenciar ao território, distanciando-se da noção de produção e reprodução do professor José Aldemir (com referências a Marx e Lefebvre) e de percepção, da professora Amélia Regina (com referências a Merleau-Ponty e Eric Dardell).

No trabalho do professor José Aldemir o espaço (urbano) assume o protagonismo, com os professores Manuel Masulo e Amélia Regina também o espaço (rural e da percepção, respectivamente) possuem igual relevância teórica. Na tese do professor Ricardo Nogueira a categoria muda, e aqui chega-se ao território.

Aqui, o vocabulário muda em diversos aspectos. O uso de termos como “divisão”, “fronteiras”, “limites”, é bem mais frequente, e o uso de escalas “nacionais” ou “internacionais” demonstram a proximidade com o debate sobre a federação, e não mais com os lugares e o cotidiano.

Tal observação não significa dizer que a pesquisa do professor Ricardo Nogueira negligencia tais discussões - elas aparecem, em alguns momentos - porém a centralidade da pesquisa gira em torno do território e seus elementos constitutivos.

No decorrer do texto, o autor mistura bem as discussões sobre a geopolítica dos rios na Amazônia, além das características da população ribeirinha que se utiliza dele. É interessante a travessia temática em relação às condições naturais da região, que aqui, por questão de método, não soam como um naturalismo, mas como um elemento de territorialização do Estado - no presente momento e em antigos também, com regiões e territórios de outrora.

O professor Ricardo Nogueira apresenta o rio de modo diferente com que a Professora Amélia Regina apresenta - o primeiro enquanto território, fronteira natural; a segunda como lugar, espaço vivido. É nessas diferenças que a originalidade da tese aparece, demonstrando também relevância no sentido da Geopolítica brasileira, apreendendo no Amazonas - uma monstruosidade geográfica - um lugar de análise poderoso.

4.6 Desafios hidrográficos – Adorea Rabello da Cunha Albuquerque

Em sua pesquisa, a professora Adorea Albuquerque trata dos objetivos da pesquisa de forma clara e direta, seguindo procedimentos. Neste caso, a teoria funciona como um instrumento. A mudança de vocabulário em relação aos outros trabalhos é notável. Na tese da professora, a questão ambiental aparece de outra forma, e a relação homem-natureza se aproxima mais da Geografia analítica. A reflexão não é acrítica, porém bem menos carregada e preocupada, em comparação à tese do professor José Aldemir, surgindo mais como elemento final da exposição do que propriamente como elemento fundamental no desenvolvimento da redação.

No trabalho, a metodologia adotada é própria da hidrografia, com a “metodologia de bacias”, como a própria autora coloca. Nesse sentido, a pesquisa adota uma postura de distanciamento em relação ao seu objeto, posicionando-se fora de qualquer radicalidade, ou de procura pelos fundamentos do problema socioespacial - como é o caso de outras teses aqui analisadas.

Por muitos momentos, na tese, o “método” parece adquirir o sentido de técnicas, procedimentos que direcionam a pesquisa aos seus resultados objetivos. A própria organização dos tópicos do trabalho aparece em um sentido bem característico de uma Geografia positivista, obedecendo a uma totalidade fechada dos processos analisados.

O uso de experimentos, amostras e a definição dos objetivos da pesquisa corroboram com a abordagem empírico-analítica apresentada por Sposito (2004). O termo “diagnóstico”, amplamente utilizado pela pesquisa, é sintomático das pretensões teórico-metodológicas da

pesquisa, que busca por uma análise do problema da área de estudo, delimitada e fechada pelos procedimentos adotados. Compreende-se que o “diagnóstico” é menos revelador que a apreensão dos fenômenos socioespaciais pela dialética, porém, ao escolher tal caminho, cumpre sua função como um estudo do lugar.

4.7 A territorialidade das terras, das águas e da floresta – Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Também defendida no ano de 2007, a tese do professor Manuel Masulo envereda pela Geografia Agrária. Dentre as teses aqui analisadas, esta talvez tenha a dialética mais escancarada em sua redação - contrastando com maior sutileza e poesia que a do professor José Aldemir de Oliveira. Em sua pesquisa de doutoramento, o professor Manuel Masulo apresenta uma influência regional forte, assim como a leitura marxista dos processos de territorialização do campo na Amazônia. Não se prende às discussões sobre cadeia produtiva, mas pretende discutir os impactos do modo de produção capitalista na agricultura regional.

Em certo momento, Cruz (2007) assume a posição dialética como elemento central do desenvolvimento da pesquisa, o que pode ser confirmado pelo uso de autores como o Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Theodor Shanin - reconhecidamente marxistas - o que corresponde à abordagem histórico-crítica-dialética exposta em Sposito (2004).

O professor Manuel Masulo realiza alguns movimentos intelectuais interessantes acerca da dinâmica rural no Amazonas. O primeiro e talvez mais difícil, é o de estabelecer uma leitura geográfica do agrário desprendida de noções centralizadoras do debate. As próprias condições naturais dos rios e da floresta - que o autor investe bastante no decorrer da obra - assumem a carga de elemento produtor e produto das relações camponesas no Amazonas. Nesse sentido, o autor utiliza-se da expressão "camponeses-ribeirinhos" na tentativa de compreender este processo como algo particular, porém imbricado no universal.

Em um outro momento, movido pelas ricas descrições que faz durante todo o texto acerca do cotidiano amazônico, o professor compreende o espaço como um ente duplo - não apenas artificial ou humanizado, mas natural e humanizado, conjunção dada pelo saber-fazer do homem rural amazônico. Nesse ponto, Frémont (1980, p. 213, apud CRUZ, 2007, p. 130) aponta que “as paisagens inteiramente ‘humanizadas’ não deixam por isso de serem ‘naturais’” (p. 213).

As teses aqui apresentadas e analisadas compõem um grupo importante de professores que, através de suas pesquisas, construíram e constroem até hoje agendas de pesquisa baseada nas afinidades teórico-metodológicas de cada um. Nesse sentido, resta-nos compreender o papel da Geografia amazonense em seus momentos de discussão.

5. DOS ENCONTROS E OUTROS EVENTOS

5.1 A Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Manaus

Em seus mais de 40 anos de existência, o curso de Geografia na UFAM promoveu debates e discussões em eventos que marcaram a história e com certeza foram vitais para a evolução acadêmica e intelectual dos alunos e professores. Sobre isso, não é possível deixar de mencionar o papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros seção Manaus, que esteve à frente de basicamente todas as movimentações sobre tais eventos e debates.

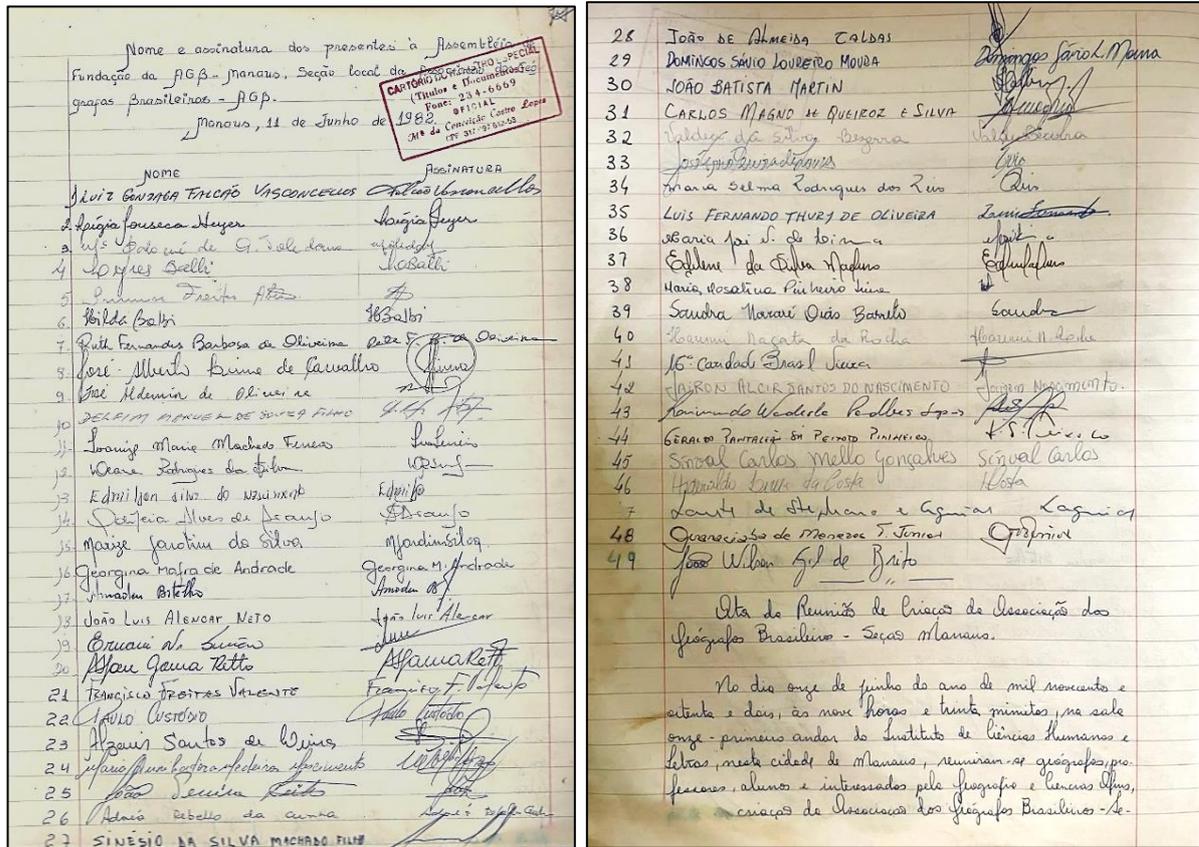
A AGB seção Manaus foi criada no dia 11 de junho de 1982. Sobre esse episódio, o professor Falcão relembra ainda na entrevista, estar à frente do processo de criação da seção Manaus juntamente aos professores José Aldemir, José Alberto, Ricardo Nogueira e Manuel Masulo.

[...] É importante assinalar que estivemos todos juntos na criação da Associação dos Geógrafos Brasileiro – AGB, Seção Manaus, cuja homologação aconteceu na Assembleia da AGB durante o V ENG – Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em julho de 1982, na cidade de Porto Alegre (OLIVEIRA NETO; BRAGA; VASCONCELLOS, 2020, p. 301).

Nesse contexto, a AGB seção Manaus era fundada sob a direção do professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, nas dependências do ICHL. No cargo de vice-diretor estava o professor Edmilson Lima do Nascimento e no cargo de secretária, a professora Ivanilze Maria Machado Ferreira, que era auxiliada pelo professor José Aldemir de Oliveira.

A Ata de Fundação da AGB (figura 5) mostra alguns nomes conhecidos de professores já citados anteriormente no decorrer desse trabalho. Assim, evidenciam mais uma vez a importância de cada personagem dessa história, que estiveram presentes em momentos que marcam a evolução da Geografia feita no Amazonas. Os documentos abaixo apresentam nomes como o próprio professor Falcão, Lígia Heyer, Maria Salomé Toledano, Lyris Balbi, José Alberto, José Aldemir, Paulo Custódio e Adorea Albuquerque.

Figura 5: Ata de Fundação da AGB Manaus com a assinatura dos presentes.



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

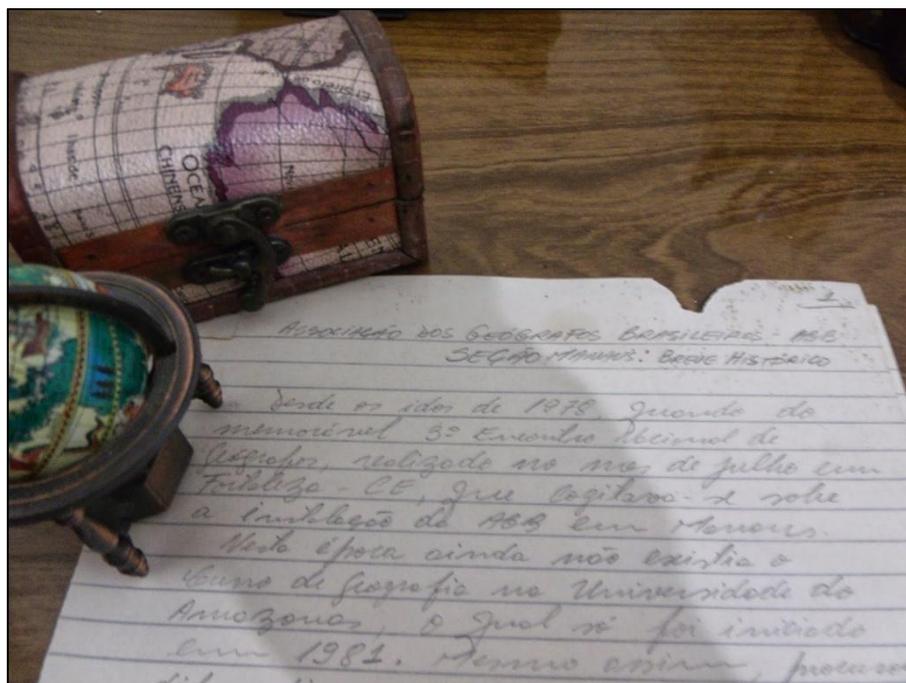
Hoje, a AGB seção Manaus está inativa, porém, muito conteúdo ainda está disponível em seu blog online¹⁸, à época atualizado periodicamente, desde 2011 até 2017 pelo professor Mauro Bechkman¹⁹. Explorando o site, obteve-se um fragmento de texto²⁰ escrito a próprio punho pelo professor Falcão, que foi digitado tal como o documento manuscrito (pequeno fragmento deste na figura 6), que elucida a história da AGB seção Manaus. Na época do texto, a AGB seção Manaus estava comemorando seus cinco anos de existência, que perdurariam por mais longos anos até a sua provisória suspensão em meados de 2015.

¹⁸ Blog AGB seção Manaus: <http://agbmanaus.blogspot.com>

¹⁹ Geógrafo licenciado pela Universidade do Amazonas, atual UFAM, mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia pela UFAM, foi diretor provisório da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Manaus no período de 2010 a 2014.

²⁰ Disponível em: <http://agbmanaus.blogspot.com/2015/01/agb-manaus-breve-historico.html>

Figura 6: Manuscrito do Professor Falcão Vasconcellos sobre um breve histórico da AGB seção Manaus.



Fonte: Blog da AGB seção Manaus. Fotografia por Mauro Bechkman, 2015.

O texto, escrito pelo professor Falcão na década de 1980, redigido na íntegra pelo professor Mauro Bechkman:

“Desde os idos de 1978, quando do memorável 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no mês de julho em Fortaleza-CE, que cogitava-se a instalação da AGB em Manaus. Nesta época ainda não existia o Curso de Geografia na Universidade do Amazonas, o qual foi iniciado só em 1981. Mesmo assim, procurou-se difundir a AGB e sua importância para o desenvolvimento da ciência geográfica e organização dos profissionais nessa área do conhecimento. Em 1982 com o amadurecimento da idéia e o surgimento de condições mais objetivas, tratou-se de constituir as comissões necessárias para a realização da assembléia de criação da AGB/Manaus. Além dos incentivos e orientações transmitidas pelas gestões anteriores, a direção nacional da entidade muito incentivou e orientou para os encaminhamentos necessários e, em junho de 1982 foi realizado ato de instalação da Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção Manaus, tendo sido aprovado o regimento interno com base nos Estatutos do da Entidade. No mês de julho de 1982 durante o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Porto Alegre (RS) foi realizada a Assembléia Geral Ordinária da Entidade, no final foi homologado o funcionamento da seção Manaus e da qual participaram dois representantes nossos. Daí em diante a AGB/Manaus passou a conquistar o seu espaço de atuação a nível local, e com toda sua modéstia e atuação discreta, hoje com cinco anos de existência é uma entidade respeitada e reconhecida no seio da categoria e da coletividade. A nível nacional a AGB/Manaus tem se feito representar em praticamente todos os eventos da entidade e em muitas das Reuniões da Gestão Coletiva sempre dando a sua contribuição e apoio na consolidação dos laços de união entre direção e seções locais no processo de fortalecimento da Entidade. A nível local, a AGB-Manaus tem nesses cinco anos de existência participado de muitas atividades desenvolvidas quer

por outras entidades ou mesmo por sua própria iniciativa. Tem sido convidada a participar e colaborar na organização de eventos como foi o caso do Seminário sobre Solo Urbano (A Manaus da Gente), promovido pela Arquidiocese de Manaus em 1986”.

*Manaus - junho – 1987
Falcão Vasconcelos*

Nesse sentido se estabeleceu, então, a AGB seção Manaus, que tinha como principal objetivo a defesa dos profissionais geógrafos, sempre atuando frente às questões relacionadas ao ensino de Geografia. Preocupados em manter o curso de Geografia a par das questões políticas e governamentais que porventura viessem a afetar o curso. O professor Mauro Bechkman, assim como o professor Ricardo Nogueira e a professora Mírcia Fortes, também concedeu seu tempo para contribuir com essa pesquisa²¹, e sobre a importância da atuação da AGB, Bechkman apontou:

Com o objetivo de divulgar a Associação, promovemos a comemoração de 30 anos da AGB Manaus no CREA (Conselho de Engenharia e Agronomia) com a premiação de geógrafos e personalidades. Foi reunido todo o acervo material da AGB Manaus. Creio que em 2010 às pressas, montamos uma comissão que foi até a Câmara Municipal de Manaus CMM pedir a retirada da lista de profissões a serem extintas de concurso público a Geografia. Entre as profissões a de Geógrafo estava inclusa e foi retirada diante de nossa ação junto aos vereadores. Também, foi criado um blog amador institucional para uma comunicação mais institucional. Recuperado junto ao cartório, o antigo registro da associação e sua ata de fundação. Reformamos a logomarca, incluindo o ano de fundação para mostrar o peso histórico da associação. A difusão científica não foi possível neste período pois a associação estava desativada e todos os seus documentos e registros na receita federal e junto a prefeitura e estado não estavam regulares e atualizados (MAURO BECHKMAN, via relato por escrito, 2021).

A logomarca (figura 7) a qual o professor Mauro Bechkman se refere está disponível no *blog* da AGB seção Manaus e estampa a capa de boas-vindas do site.

Figura 7: Logomarca da AGB seção Manaus.



Fonte: Blog da AGB seção Manaus

²¹ O professor Mauro Bechkman relatou em texto um pouco dos seus anos como diretor provisório da AGB seção Manaus. O seu relato foi contemplado neste trabalho na íntegra. Porém, diferente dos outros professores, o professor Mauro Bechkman enviou um documento por escrito com as suas considerações sobre a sua passagem pela AGB seção Manaus.

Em meio a esse cenário, consegue-se perceber que para além do caráter preocupado com os debates acadêmicos e intelectuais, os representantes da AGB eram verdadeiros militantes em prol da Geografia como profissão. Como relatado pelo professor, foi através da luta e persistência que os geógrafos não mais foram extintos de concursos. Isso, decerto fez toda a diferença naquele contexto, visto que se concretizado, esse seria um passo largo para a desvalorização da profissão, e consequentemente da ciência geográfica.

Figura 8: Convite para a comemoração dos 30 anos da AGB seção Manaus, realizado no auditório do Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA/AM, 2012.



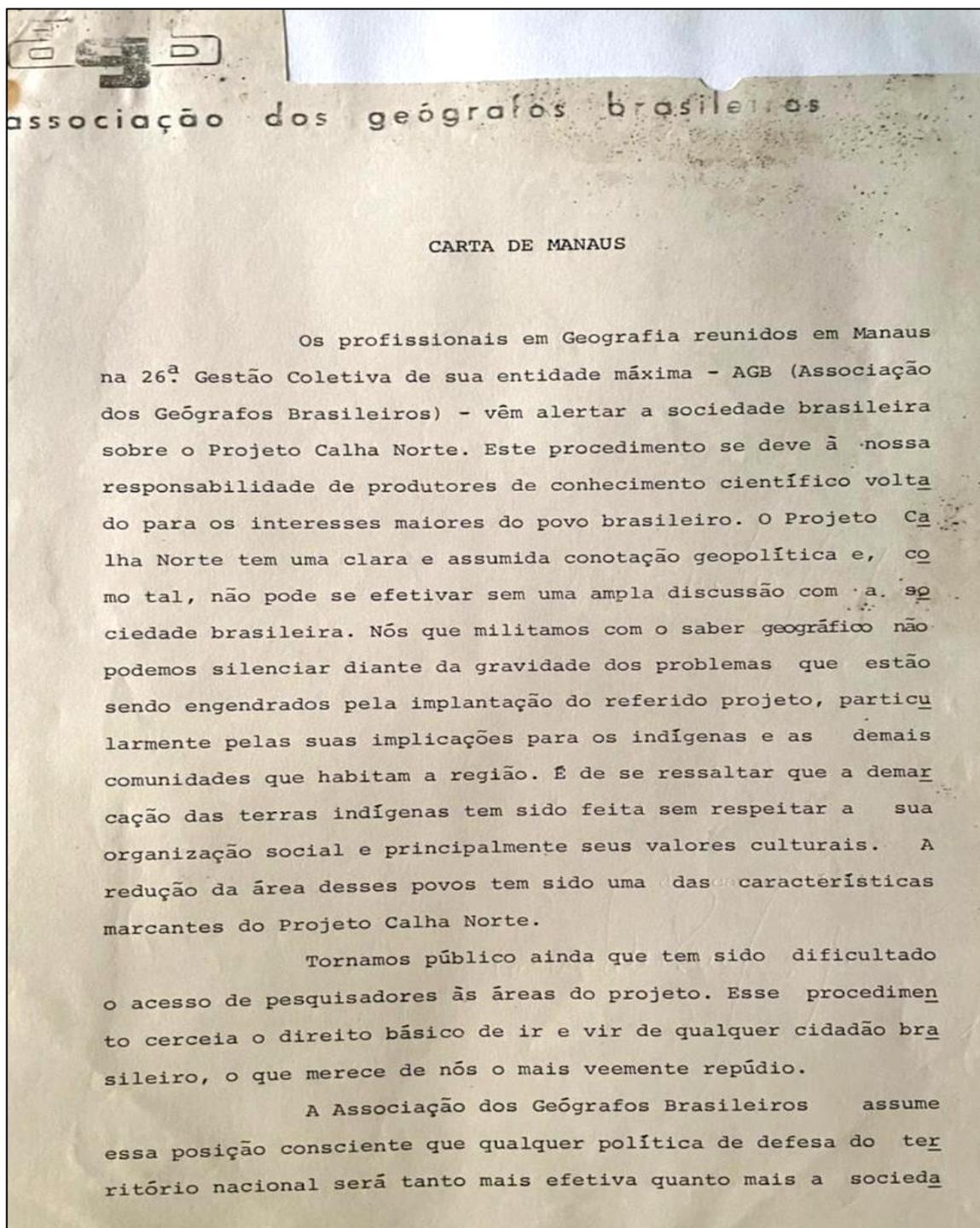
Fonte: Acervo AGB seção Manaus

A AGB estava para além de uma instituição apenas de profissionais geógrafos. Pelo contrário, a AGB seção Manaus não esteve atenta apenas às questões que envolviam as atividades da Geografia, mas também às questões políticas envolvendo a Amazônia. A associação estava à frente de questões como a preservação e conservação da natureza, proteção cultural das vivências e permanências dos povos originários da região amazônica, além de se contrapor ao argumento que caracterizava a região como um “vazio demográfico”.

Essas características são evidenciadas na carta a seguir elaborada em formato de manifesto da associação com relação ao progresso do Programa Calha Norte – PCN e, mais

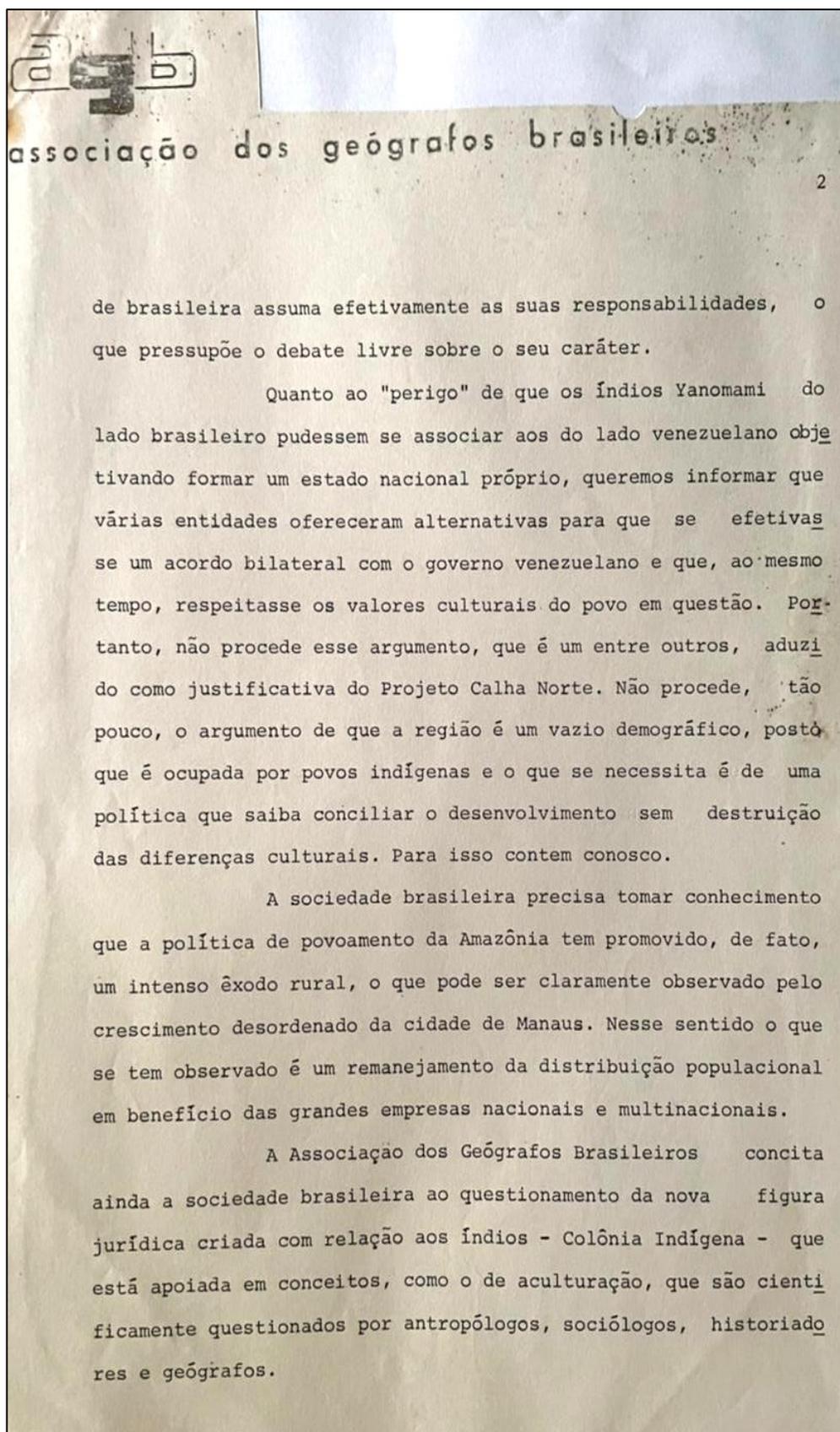
uma vez, indicam a preocupação com a ciência, especialmente com o curso de Geografia, ao atestar a falta de professores no curso e os malefícios dessa deficiência.

Figura 9: Carta aberta da AGB (primeira parte).



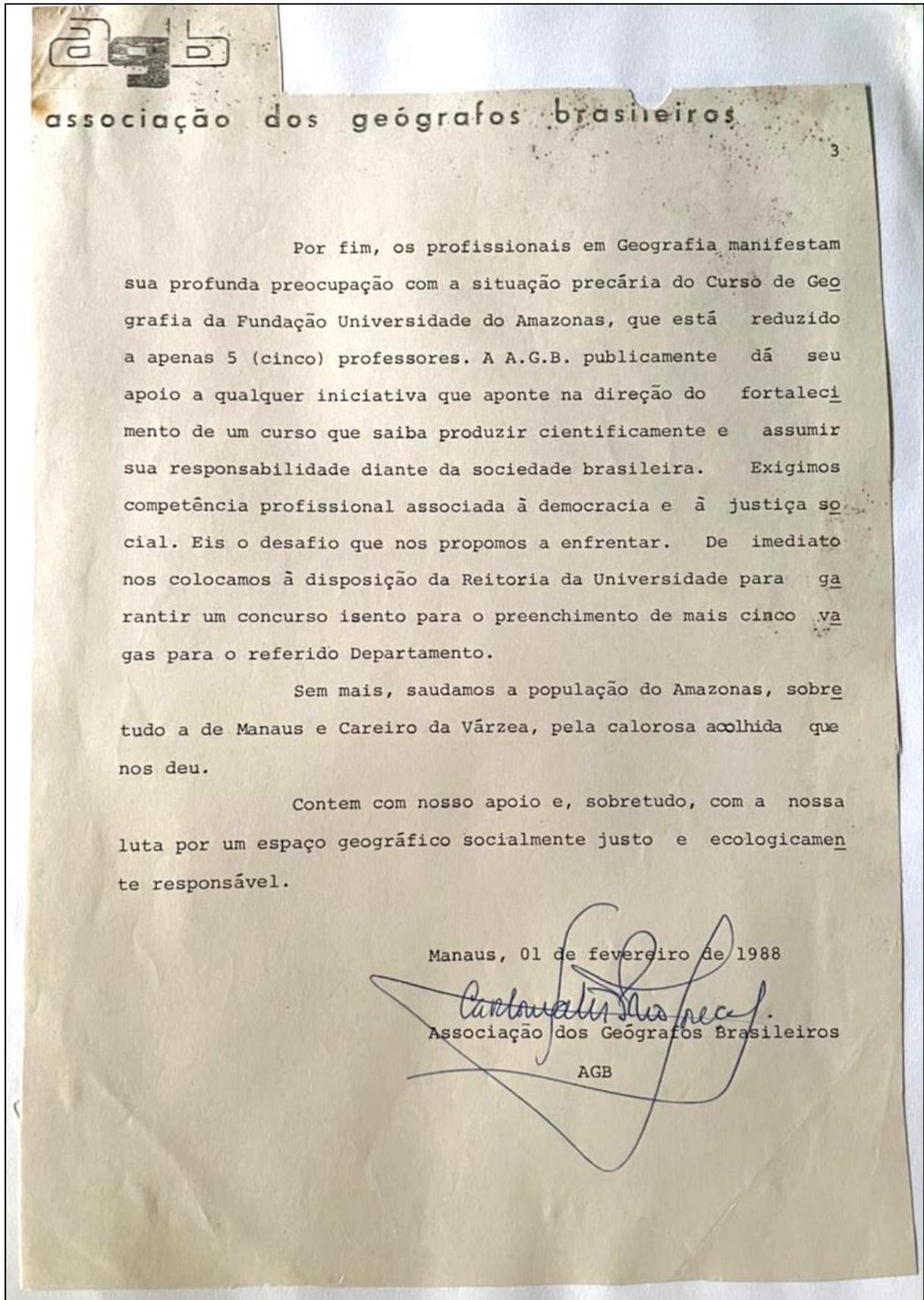
Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 10: Carta aberta da AGB (segunda parte).



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 11: Carta aberta da AGB (terceira parte).



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Considerando seu histórico e atuação, é de se esperar que no desenrolar de sua trajetória, a AGB seção Manaus esteve firmemente ligada à promoção de eventos que eram, inclusive, anunciados nos noticiários da cidade. Não é à toa que mesmo tendo se passado anos, a atuação da AGB ainda está viva na memória dos professores entrevistados, como lembra a professora Mírcia Fortes:

Na década de 80 até a década de 90 a AGB estava ali dentro, eu participei na AGB seção Manaus. A AGB estava dentro da Universidade. Da UFAM. Estava lá junto, nos eventos. Esses eventos eram do departamento, mas também com a AGB. A AGB era muito atuante. A AGB que trazia essas questões. E a AGB é lógico, era formada pelos professores do departamento, pelos alunos que eram associados (MÍRCIA FORTES, via Google Meet, 2021).

Além da professora Mírcia Fortes, em certo momento da conversa com o professor Ricardo Nogueira, com relação às movimentações da Geografia na promoção de eventos, levantando debates e discussões sobre temáticas em voga na época, o professor menciona a participação da AGB seção Manaus:

A década de 80 é muito fértil na produção de uma literatura científica na Geografia brasileira. É quando a AGB nacional lança a sua revista Terra Livre, em 86, no evento lá em Campo Grande. Acho que 87 teve o primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia em Brasília, então eu comecei a participar muito intensamente dos eventos nacionais e na organização da AGB local, que é o Falcão quem cria, juntamente com a turma anterior, o José Alberto, o José Aldemir, eu acho que Adorea também, e era a partir da AGB local que realizávamos esses eventos. Então isso foi muito importante, essa década de 80, pela grande quantidade de literatura teórica mesmo, de produção nacional na Geografia brasileira, e aí vem a década de 90 quando a universidade resolve investir na formação e na qualificação dos professores (MÍRCIA FORTES, via Google Meet, 2021).

Dentre os eventos importantes que a AGB seção Manaus promoveu, estão a Primeira Semana de Geografia do Amazonas, em 1984; o Primeiro Encontro de Professores de Geografia de Manaus, em 1986; e a Segunda Semana de Geografia do Amazonas, também em 1986.

5.2 Primeira Semana de Geografia

Anunciada pelo jornal *A Notícia*, no dia 9 de junho de 1984, em um sábado, a 1ª semana de Geografia no Amazonas era divulgada com título “Amazonas terá a 1ª semana sobre Geografia”, como demonstra a figura 12. O evento fora idealizado e organizado pela AGB seção Manaus, nos dias 12, 13 e 14 de junho, como tema “Geografia, Sociedade e Estado”, intimamente ligado ao 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em São Paulo, organizado pela AGB seção São Paulo em 1984, ocorrido do dia 14 ao dia 23 de julho daquele ano.

Figura 12: Notícia: "Amazonas terá 1ª semana sobre Geografia" do Jornal A Notícia, 1984.



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Em decorrência do tempo que ficaram guardados, alguns documentos da AGB seção Manaus, estão prejudicados, seja na tinta desbotando ou na falta de pedaços que provavelmente foram danificados pela ação do tempo, com influências da umidade, do armazenamento ou insetos. Nesse sentido fica difícil a visualização e leitura do conteúdo da imagem, então, faz-se necessário um breve resumo do conteúdo.

O folheto indica que a semana tinha como objetivo expandir o conhecimento daqueles interessados na realidade brasileira, relacionando a temática com as contribuições da Geografia. O evento foi significativo, pois ocorreu em um momento que recentemente tinham se formado profissionais geógrafos, oriundos da primeira turma do curso de Geografia na Universidade Federal do Amazonas. Como mencionado, o 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, que aconteceria no mesmo período próximo, foi dividido em sete eixos temáticos: o ensino de Geografia; a produção do espaço brasileiro; espaço e poder; questões ambientais; Geografia e planejamento; questões teóricas e metodológicas da Geografia e o profissional em Geografia.

Tais eixos englobavam as discussões que poderiam ser debatidas com o olhar da Geografia, caras à época e ainda atualmente. Portanto, observa-se uma influência direta, novamente, da Geografia que estava sendo feita no restante do Brasil, especialmente discutida em São Paulo, com eventos coordenados pela AGB seção São Paulo, no ambiente da Universidade de São Paulo.

Em Manaus, a 1ª Semana de Geografia trouxe os mesmos debates inspirados no congresso, com as seguintes mesas redondas: “Geografia e Planejamento – Aplicação da Cartografia” com o professor Paulo Custódio e o engenheiro cartógrafo Paulo César Pereira; “A questão Ambiental” com o professor Herbert Otto Roger Schubart, o professor Luiz Frederico Mendes Arruda e a professora Nice Ypiranga Benevides de Araújo; e a mesa “Geografia, Sociedade e Estado”, composta pelo professor Ernesto Renan de Freitas Pinto, o professor João Renôr de Carvalho, o professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos e o professor José William Vesentini.

5.3 Primeiro Encontro de Professores de Geografia

Em ordem cronológica, outro evento de importância ímpar foi o 1º Encontro de Professores de Geografia de Manaus. Sobre os documentos aqui apresentados (figura 13 e figura 14), disponíveis no acervo da AGB seção Manaus, não se sabe ao certo se foram notícias publicadas com a finalidade de divulgar o encontro ou foram textos escritos pelos componentes

da AGB com o intuito de documentar o evento, diferentemente da figura 15, uma notícia publicada no Jornal do Comercio, no dia 16 de março de 1986.

Figura 13: AGB Realiza Encontro de Professores de Geografia, 1986.

AGB REALIZA ENCONTRO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

A AGB-ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS-SEÇÃO MANAUS, com o apoio da APPAM-Associação de Professores Profissionais do Amazonas, SINPRO-Sindicato de Professores de Manaus, SEDUC-Secretaria de Estado da Educação, SEMEC-Secretaria Municipal de Educação e Centro Acadêmico de Geografia, promoverá nos dias 25, 26, 27 e 28 de fevereiro o " I ENCONTRO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DE MANAUS ", objetivando questionar o ensino da Geografia abrindo aos professores uma ampla discussão sobre a " GEOGRAFIA QUE SE ENSINA ".

O encontro terá lugar na Sala-14-1 da Faculdade de Medicina, ao lado do Auditório Dr. Zerbimi, com abertura às 8:00 horas dos dia 25.

Nestes quatro dias vários temas serão discutidos: " A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO", "A GEOGRAFIA QUE SE ENSINA", "O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA", "CURRÍCULO E CARGA HORÁRIA DE GEOGRAFIA".

Estarão participando deste encontro, como palestrantes: JANILDO CHAVES, geógrafo, membro da AGB-SEÇÃO RECIFE, ROBERTO MONTEIRO, Professor de Geografia da Universidade do Amazonas, PAULO VICENTE, geógrafo, Professor da Rede Estadual de Ensino e dois Técnicos da SEDUC.

É grande a expectativa dos professores, o que vem sendo demonstrada - pela intensa procura de inscrições. Para maiores esclarecimentos colocamos à disposição dos professores o telefone da AGB: 233-7998.

Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 14: Geógrafos se reúnem em Manaus, 1986.

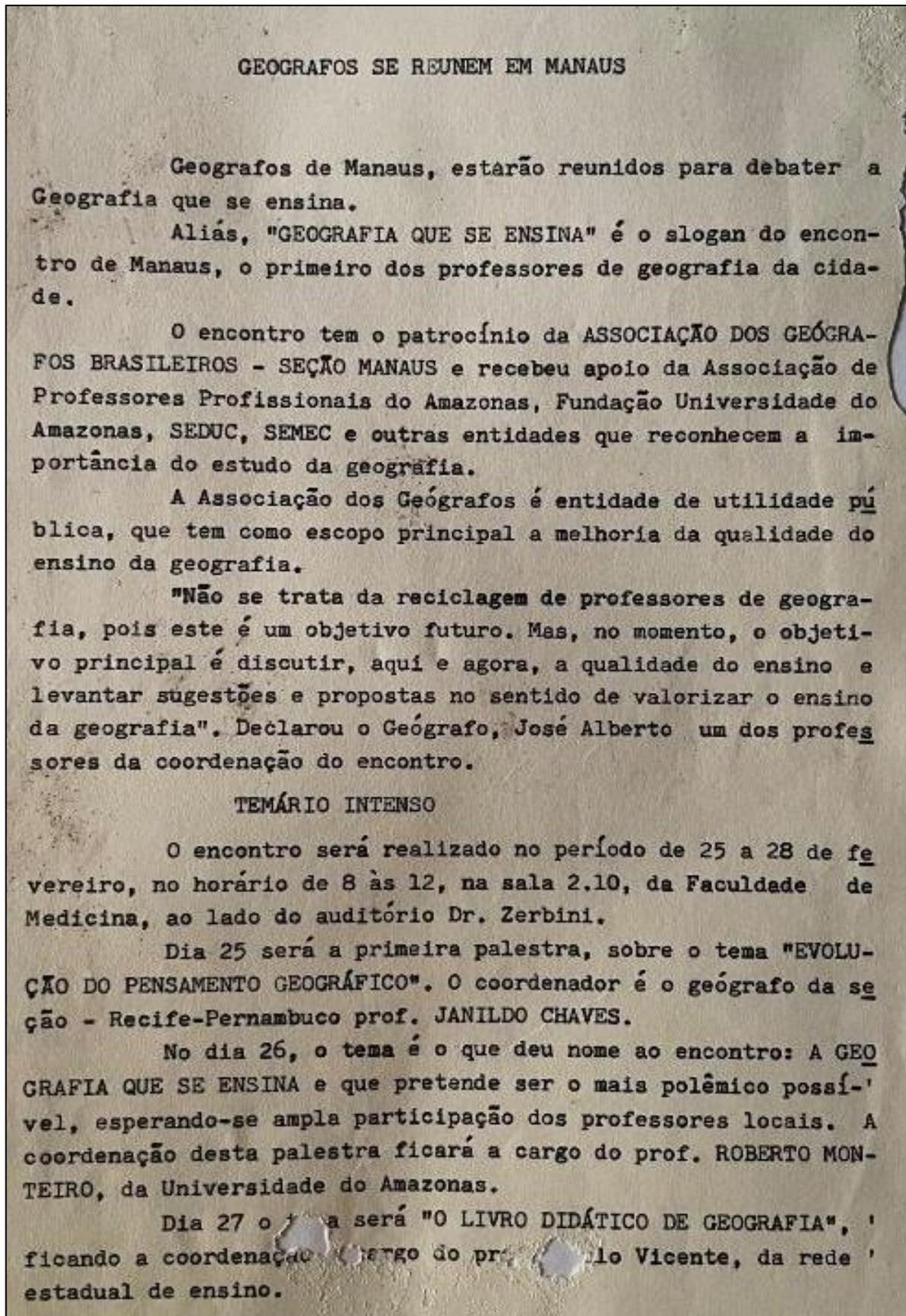


Figura 15: Notícia: “Ensino de Geografia é discutido no encontro” do Jornal do Commercio, 1986.



Fonte: Jornal do Commercio²²

O 1º encontro de professores de Geografia de Manaus pode ser destacado como um dos principais eventos da AGB seção Manaus daquele período. Realizado nos dias 25, 26, 27 e 28

²² A notícia foi extraída do site da Biblioteca Nacional Virtual do Brasil, no periódico Jornal do Commercio (AM), no período correspondente aos anos de 1980 a 1989. Disponível para consulta em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

do ano de 1986, no prédio da Faculdade de Medicina, teve como objetivo levantar a discussão sobre a Geografia que era ensinada nas escolas, dando a oportunidade de voz aos professores da disciplina.

O evento também contou com apoio da Associação de Professores Profissionais do Amazonas – APPAM, do Sindicato de Professores de Manaus – SINPRO, da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, e do Centro Acadêmico de Geografia, que evidencia a importância social que encontro tinha para com a sociedade de professores, visto que as secretarias estaduais e municipais apoiaram o evento, considerando a sua relevância.

Ao discutir o ensino de Geografia, o evento contemplou o debate sobre a questão do livro didático, a evolução do pensamento geográfico e o currículo e a carga horária da Geografia, com a mediação dos professores Janildo Chaves, Roberto Monteiro, Paulo Vicente, Cleide Monteiro Porto e Luciana Cunha.

Ao analisar esses documentos, é interessante perceber o caráter crítico e a preocupação dos organizadores do evento em promover um debate com fins para o progresso e evolução do ensino de Geografia, sem o receio de tocar em temas polêmicos, talvez, pelo contrário, o objetivo seria sim tocar em questões mais delicadas, buscando fortalecer a categoria de professores e profissionais em Geografia, incentivando a presença dos mesmos nos eventos e encontros, que se tornaram peças chave para a difusão do pensamento geográfico não só de Manaus, mas do Amazonas.

5.4 Segunda Semana de Geografia

Seguindo os passos da primeira semana de Geografia, a 2ª semana de Geografia promovida pela AGB também entrou para a história das atividades da associação, tanto por sua importância, tão significativa quanto a primeira, quanto pelas personalidades que estiveram presentes do evento, geógrafos brasileiros conhecidos nacionalmente por suas contribuições à Geografia e a difusão do pensar a Geografia.

Assim como os eventos anteriores, a 2ª semana de Geografia também foi divulgada e anunciada nos jornais de Manaus, como demonstram as figuras 16, 17 e 18. O evento ocorreu nos dias 27 a 30 de maio de 1986 e dentre os convidados, se destacaram a professora Rosa Mari Zenha, palestrando sobre "Geografia, habitação e a produção de moradias" e "Movimentos Sociais e Gestão do Espaço". Além da professora Rosa Zenha, o professor Ruy Moreira, um

dos geógrafos brasileiros de maior notoriedade no cenário nacional, ministrou uma palestra com a temática "Democracia e meio-ambiente". Por fim, para encerrar o evento, foi escolhido o tema "Geografia: O exercício profissional e prática na sociedade", onde estiveram presentes professores tanto da rede particular quanto pública de ensino, municipal e estadual.

Figura 16: Notícia: “Semana de Geografia este mês” do Jornal A Crítica, 1986.

Semana de Geografia este mês *A crítica 25.5.86*

Será realizado no período das 17 às 22 horas, dos dias 27 a 30 deste mês no auditório da Faculdade de Estudos Sociais, na Rua Monsenhor Coutinho, o encontro da 2.^a Semana de Geografia, com a participação de professores de renome nacional.

No dia 27, haverá palestra da geógrafa Rosa Mari Zenha, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que abordará o tema: “Geografia, Habitação e Produção de Moradias”. Às 19 horas no mesmo dia, será realizado um painel sobre o tema “Democracia e meio-ambiente” com o professor Ruy Moreira, da Associação dos Geógrafos do Rio, técnicos do INPA, do Codeama e da Associação dos Engenheiros Agrônomos.

Já no dia 28, realizar-se-á importante painel sobre “Movimentos Sociais e Gestão do Espaço”, este painel importante atual, terá a participação da geógrafa Rosa Mari Zenha, de São Paulo e da Federação da Agricultura do Amazonas, de professores do Departamento de Ciências Sociais da U.A. e do Sindicato das Assistentes Sociais do Amazonas.

No dia 29, será abordado o tema: “Geografia: O exercício profissional e a prática na sociedade”, dele participando geógrafos da Seção Manaus, da AGB, dos professores da rede particular de ensino, da rede estadual e municipal e ainda da Universidade do Amazonas.

Os coordenadores do encontro, estão convidando todos os professores de Geografia a participarem desse encontro que terá a participação de professores e pesquisadores de renome nacional.

Figura 17: Notícia: “Semana de Geografia este mês” do Jornal A Crítica, 1986.

Geógrafos de Manaus terão um seminário

Os geógrafos de Manaus estão desenvolvendo intensos estudos e debates sobre a profissão e o meio ambiente onde vivem. Nesse sentido, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Manaus estará realizando um seminário com uma série de palestras e painéis sobre temas variados ligados à questão espacial física e humana.

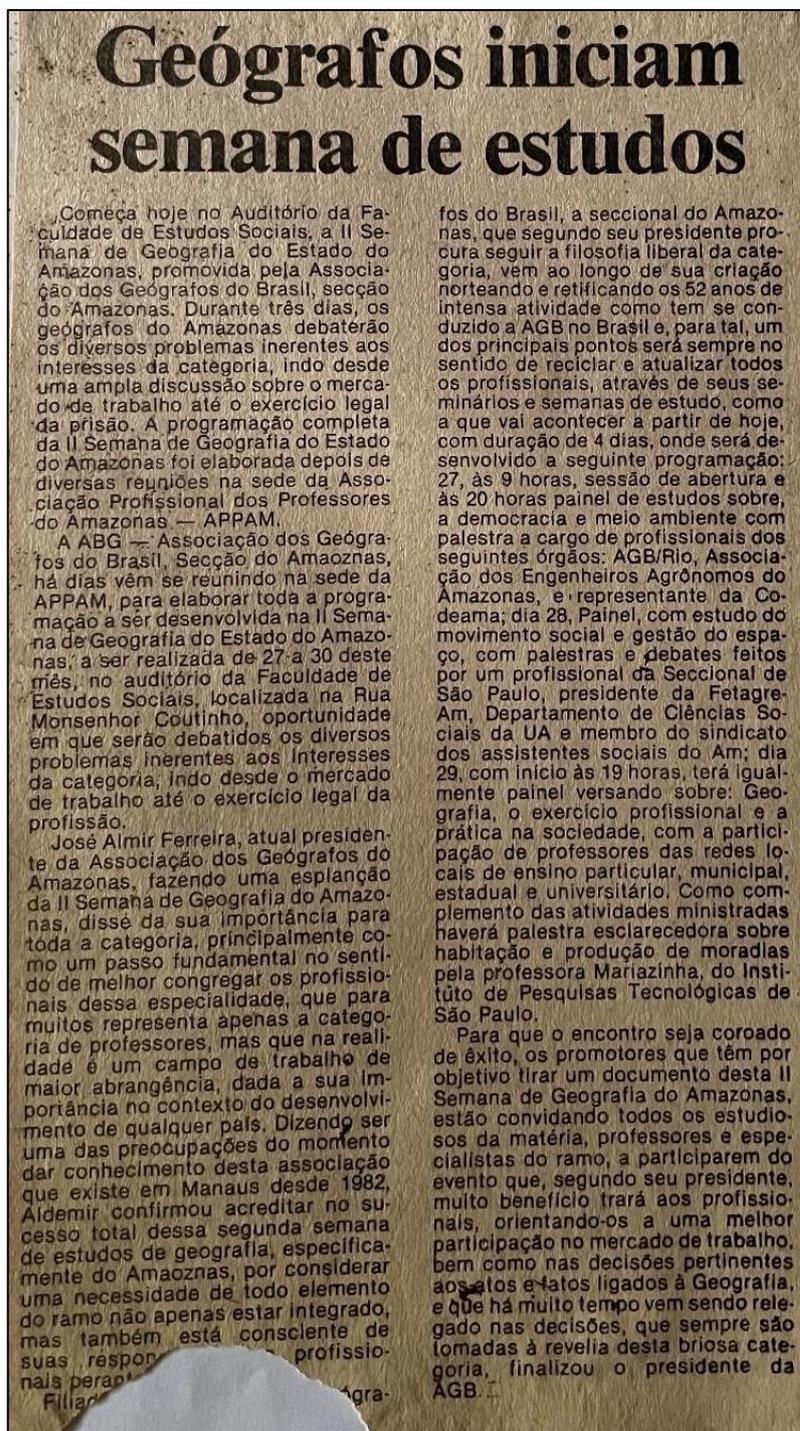
No período de 27 a 30 de maio em curso, na Faculdade de Estudos Sociais, à rua Monsenhor Coutinho no horário das 17 às 22 horas ocorrerá a 2ª Semana de Geografia, obedecendo ao seguinte tema: Dia 27 às 17 horas haverá palestra da Geógrafa Ros Mari Zenha, do Instituto de Pesquisa Tecnológicas de São Paulo sobre o tema "Geografia, Habitação e Produção de Moradias" às 19 horas do mesmo dia será realizado um painel sobre o tema Democracia e Meio Ambiente com o professor Fuy Moreira da Associação dos Geógrafos do Rio, Técnicos do INPA, do CODEAMA, e da Associação dos Engenheiros Agrônimos.

No dia 28 realizarse-á importante painel sobre "Movimentos Sociais e Gestão do Espaço" este painel, importante e atual, terá a participação da Geógrafa Ros Mari Zenha, de São Paulo da Federação da Agricultura do Amazonas de Professores do Departamento de Ciências Sociais da U.A. e do Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas.

No dia 29 ocorrerá o painel sobre o tema, Geografia: "O exercício Profissional e a Prática na Sociedade", dele participando, Geógrafos da Seção Manaus da AGB, dos professores da rede particular de ensino da rede estadual e municipal e alçada da Universidade.

Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 18: Notícia: “Semana de Geografia este mês” do Jornal A Crítica, 1986.



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

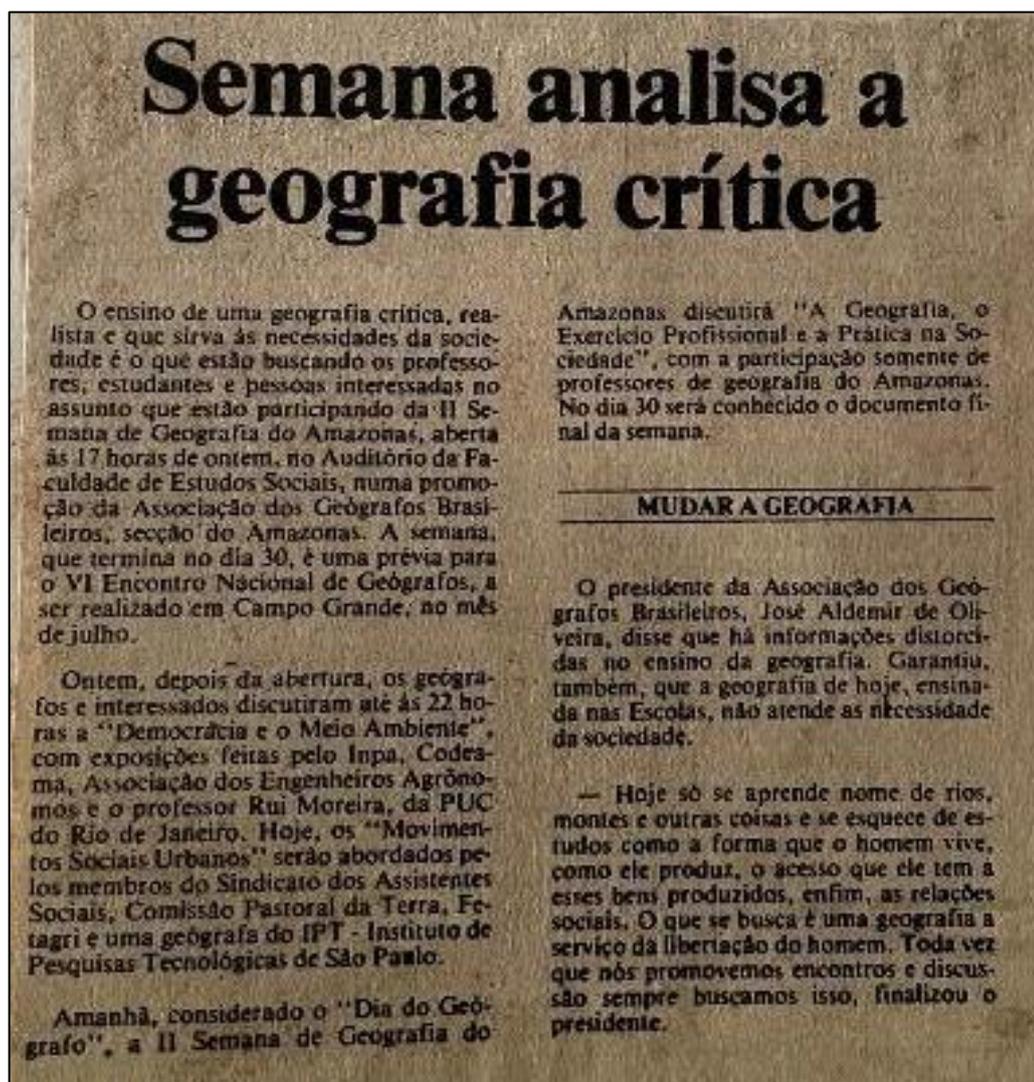
Diferente das duas outras notícias que anunciaram a 2ª semana de Geografia, o título da terceira (figura 19) já revela algo interessante ao mencionar a Geografia Crítica, caracterizando o evento. Na descrição, o jornal traz as informações sobre o evento e convidados, além do propósito da realização do evento, que é proporcionar um debate e discussão sobre o ensino de

Geografia nas escolas e fazer uma crítica a mesma. Portanto, o evento preocupou-se em quebrar com a tradição de repassar aos alunos apenas nomes de rios e montes, que em nada contribuía para o estímulo de um pensamento crítico e reflexivo sobre a sociedade dentro de um espaço geográfico, propósito da ciência geográfica.

Sobre isso, como consta no documento, o Professor José Aldemir de Oliveira, na época presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros seção Manaus, comentou:

Hoje só se aprende nomes de rios, montes e outras coisas e se esquece de estudos como a forma que o homem vive, como ele produz, o acesso que ele tem a esses bens produzidos, enfim, as relações sociais. O que se busca é uma geografia a serviço da libertação do homem. Toda vez que nós promovemos encontros e discussão sempre buscamos isso, finalizou o presidente (JOSÉ ALDEMIR, via Diário do Amazonas, 1986).

Figura 19: Notícia: “Semana analisa a geografia crítica” do Diário do Amazonas, 1986.



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Novamente, é possível identificar a partir desses documentos a importância da AGB naquele momento para com o ensino de Geografia. Além disso, a Geografia Crítica que já vinha sendo difundida no restante do país, precisamente na Universidade de São Paulo, já era tema nos eventos aqui realizados na década de 1980. Em verdade, pode-se caracterizar esses como sendo os primeiros passos dados por professores da época que levaram ao perfil acadêmico e teórico crítico que prevalece na Geografia realizada no Amazonas.

Finalmente, é interessante resgatar uma fala do professor Ricardo Nogueira na entrevista concedida exatamente sobre esses eventos, levando em consideração possíveis equívocos quanto as datas, o professor comenta:

Então trouxemos em 85 o professor Ruy Moreira, aí já foi muito relâmpago, ele veio muito rápido. Chegou durante a tarde, no dia seguinte falou pela manhã e já foi embora no outro dia e aí não foi muito bem visto porque não ficou mais tempo... Eu acho que talvez, assim... seja coisa de estudante [risos]. Aí nunca mais chamamos o Ruy Moreira, mas aí acho que foi um pecado nosso. Mas aí trouxemos o Douglas Santos... Então, tantos nomes da Geografia brasileira... Construimos um vínculo muito forte. Promovemos eventos voltados para os professores da rede estadual e municipal, eventos voltados exclusivamente à formação de professores. Trouxemos, eu acho que 86, o professor José William Vesentini quando estava lançando o seu primeiro livro, Geografia Espaço e Sociedade, que foi uma mudança total nos livros didáticos de Geografia. Então, tínhamos um envolvimento muito grande (RICARDO NOGUEIRA, via Google Meet, 2021).

A dedicação da AGB seção Manaus, juntamente aos professores e todos os profissionais da época, em promover eventos que satisfizessem as necessidades para o avanço do ensino de Geografia no Amazonas, trazendo geógrafos já conceituados no Brasil por sua contribuição teórica, é louvável. Portanto, ao desenvolver uma história da Geografia no Amazonas, é imprescindível destacar a atuação da Associação de Geógrafos Brasileiros, podendo então considerar que se não fosse por todo o seu envolvimento, talvez, a Geografia que se faz hoje, significativamente reconhecida, com geógrafos nacionalmente consagrados, não estivesse alcançado tais horizontes.

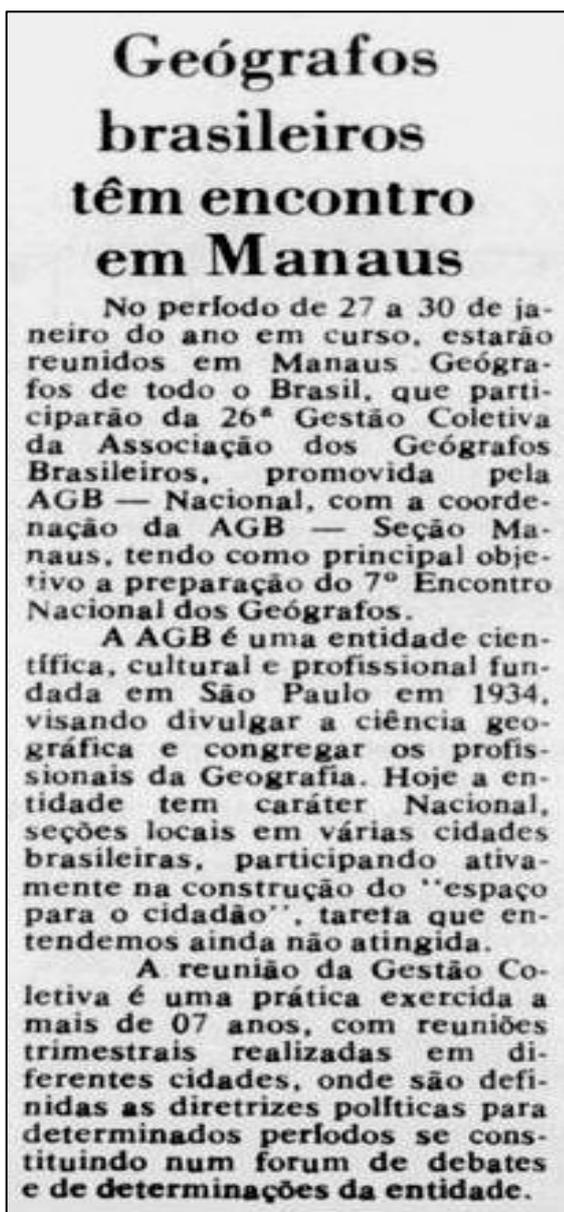
5.5 Vigésima Sexta Gestão Coletiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Além dos eventos voltados ao ensino de Geografia com a presença dos estudantes e professores realizados na década de 1980, a AGB esteve envolvida em outras ocasiões, uma em especial foi a reunião de vários geógrafos brasileiros na cidade de Manaus para discutirem a organização do 7º Encontro Nacional de Geógrafos, no período de 27 a 30 de janeiro de 1988. Também anunciada no Jornal do Commercio (figura 20), a 26ª Gestão Coletiva da Associação

dos Geógrafos Brasileiros foi organizada pela AGB nacional e coordenada pela AGB seção Manaus.

Os encontros objetivaram os debates e decisões sobre as diretrizes políticas da entidade, realizados em diferentes cidades brasileiras, de forma a ser democrático e acessível aos integrantes e diretores e cada uma das seções, e naquele ano, a seção Manaus, com seus 6 anos de existência, foi a anfitriã.

Figura 20: Notícia: “Geógrafos brasileiros têm encontro em Manaus” do Jornal do Commercio, 1988.



Fonte: Jornal do Commercio²³

²³ A notícia foi extraída do site da Biblioteca Nacional Virtual do Brasil, no periódico Jornal do Commercio (AM), no período correspondente aos anos de 1980 a 1989. Disponível para consulta em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

5.6 Nono Simpósio Nacional de Geografia Urbana

Um dos eventos mais emblemáticos e importantes da Geografia nacional é o Simpósio Nacional de Geografia Urbana, o SIMPURB. Em Manaus, o evento foi realizado pela AGB seção Manaus e pelo departamento de Geografia da UFAM, no ano de 2005, tendo como coordenador regional o professor José Aldemir de Oliveira (figura 21).

Figura 21: Notícia: “José Aldemir Coordena SIMPURB” do Jornal do Commercio, 2005.

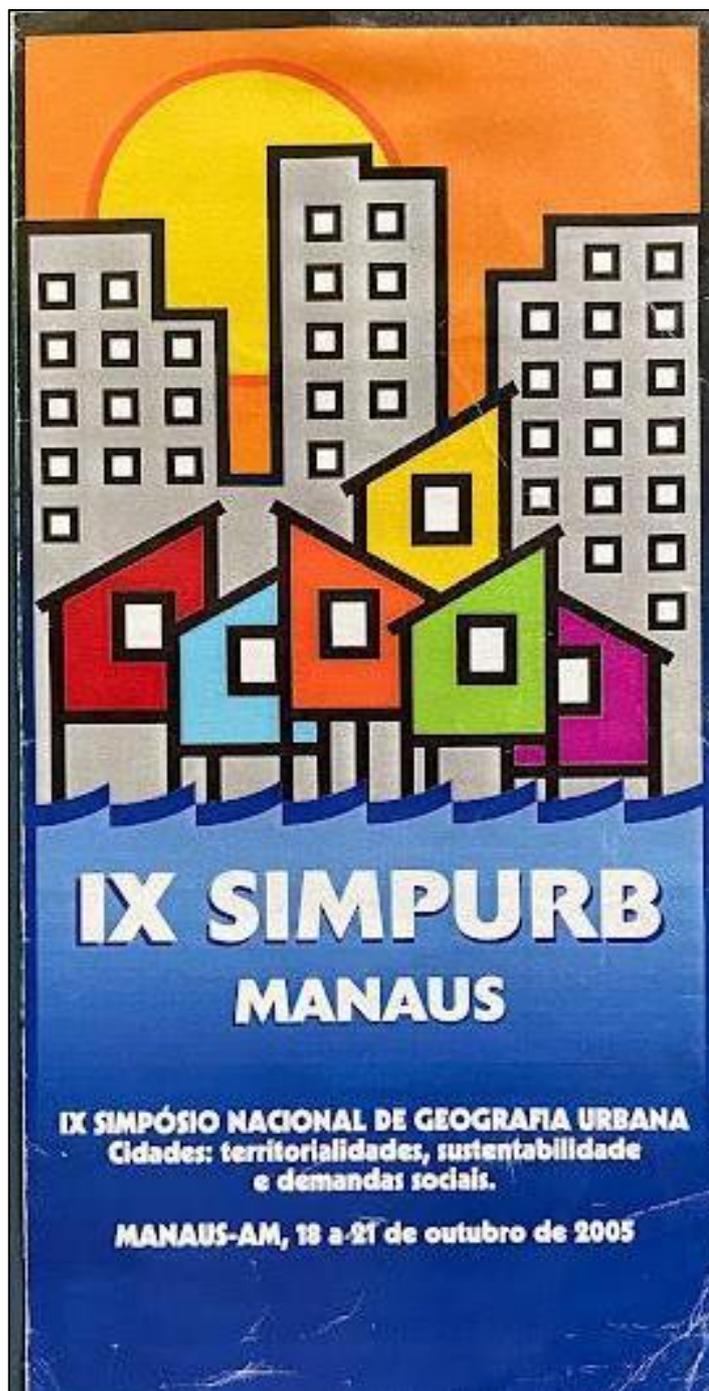


Fonte: Jornal do Commercio²⁴

Como em todo SIMPURB, o evento visa fomentar discussões referentes à questão urbana na Geografia. Estampado no folheto (figura 22), o evento teve como tema “Cidades: territorialidades, sustentabilidades e demandas sociais” e para a ocasião, foram convidados, como de praxe, professores de notoriedade nacional, como a professora Tereza Barata Salgueiro, a professora Ana Fani Alessandri Carlos e John Browder.

²⁴ A notícia foi extraída do site da Biblioteca Nacional Virtual do Brasil, no periódico Jornal do Commercio (AM), no período correspondente aos anos de 1980 a 1989. Disponível para consulta em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Figura 22: Capa do folheto de divulgação do SIMPURB realizado em Manaus, 2005.



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Os eixos temáticos do evento, elencados no folheto (figura 23), eram: Desafios teóricos e metodológicos; Manifestações culturais e identidades urbanas; Políticas urbanas e as demandas sociais; Planejamento e gestão urbana: poder e democracia; Rede urbana: configurações, transformações e perspectivas; (Re)produção das periferias urbanas; Área central: permanências e transformações; Regiões metropolitanas: dinâmicas recentes; Pequenas

e médias cidades; Espaço da cidade e questão ambiental urbana e Aplicação de geotecnologias no planejamento da cidade.

Figura 23: Apresentação, objetivos e eixos temáticos do SIMPURB realizado em Manaus, 2005.

Apresentação:

A cada dois anos, no intervalo dos encontros e congressos da AGB, são realizados simpósios visando apresentar e discutir temas específicos da geografia. Coordenados por departamentos de Geografia de diferentes universidades brasileiras e das seções locais da AGB, desde 1989, tem sido realizado o Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em que são apresentadas novas pesquisas, estabelecendo a avaliação crítica da produção geográfica brasileira relacionada à cidade e ao urbano. Chegamos ao IX SIMPURBB e, ao retomarmos algumas questões postas no I Simpósio, tais como: A produção geográfica é significativa e importante para a explicação da realidade urbana brasileira? A pesquisa urbana abriu caminhos para o entendimento da cidade? Caminha-se para a construção de um quadro teórico capaz de entender as contradições que emergem da realidade? Embora os avanços dos estudos da geografia urbana tenham sido importantes, algumas ou a totalidade dessas questões ainda são pertinentes e a elas se somam outras relacionadas à violência, ao ambiente e ao não-atendimento das demandas sociais urbanas.

Nesse IX SIMPURB, além da apresentação, avaliação das pesquisas e das novas metodologias da geografia urbana brasileira, abre-se a possibilidade de intercâmbios com pesquisadores estrangeiros ligados à geografia urbana.

Objetivos:

- Apresentar e debater a produção da geografia urbana contemporânea produzida no Brasil e em outros países, constituindo-se num fórum privilegiado para a discussão do estado d'arte dos estudos geográficos sobre a cidade e o urbano;
- Estabelecer intercâmbio da produção em geografia urbana entre pesquisadores das diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e de outros países;
- Dar continuidade ao aprofundamento da reflexão sobre os problemas e as questões da cidade contemporânea.

Eixos Temáticos:

- Desafios teóricos e metodológicos;
- Manifestações culturais e identidades urbanas;
- Políticas urbanas e as demandas sociais;
- Planejamento e gestão urbana: poder e democracia;
- Rede urbana: configurações, transformações e perspectivas;
- (Re) produção das periferias urbanas;
- Área central: permanências e transformações;
- Regiões metropolitanas: dinâmicas recentes;
- Pequenas e médias cidades;
- Espaço da cidade e questão ambiental urbana;
- Aplicação de geotecnologias no planejamento da cidade

Fonte: Acervo AGB seção Manaus

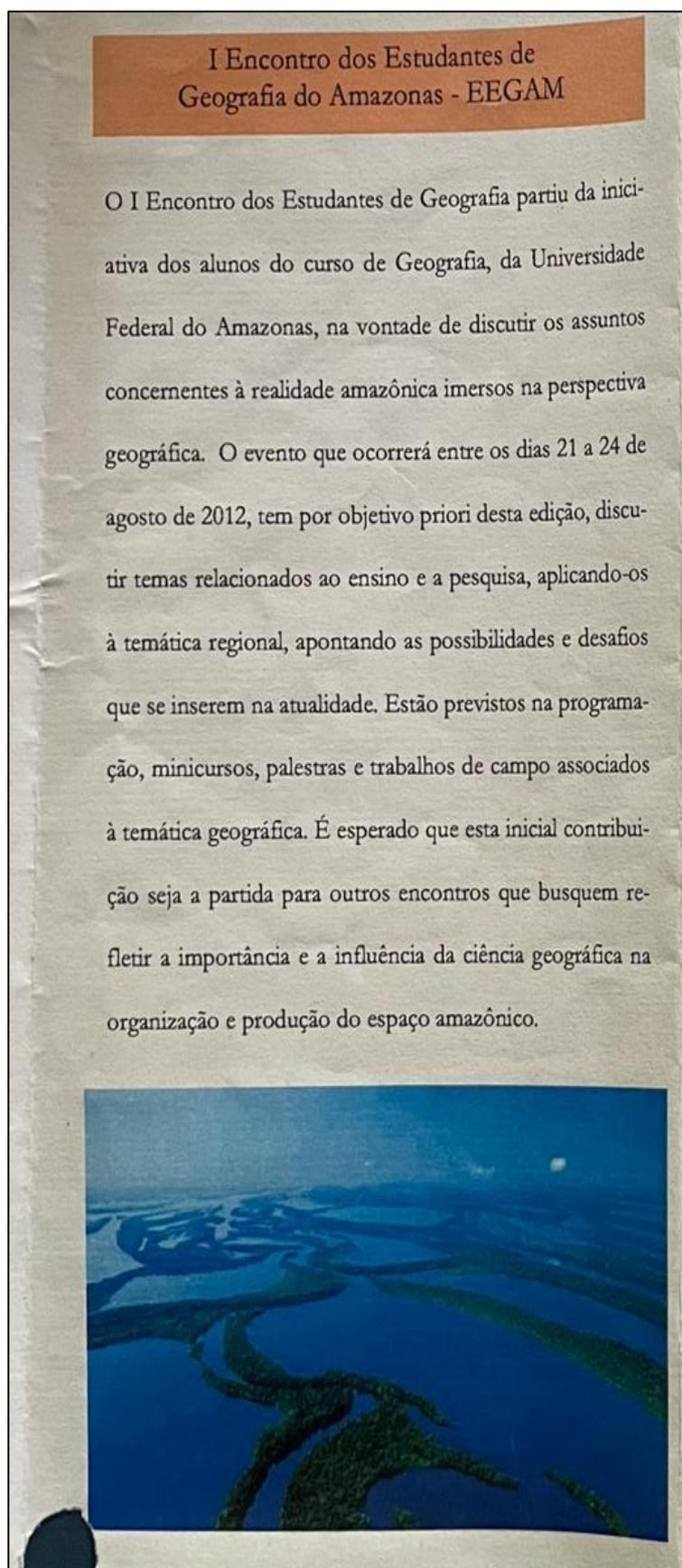
A realização do SIMPURB, maior evento da Geografia Urbana brasileira, em Manaus, denota a tentativa de descentralização do debate geográfico sobre as cidades no Brasil, e sua edição manauara marcou o Departamento de Geografia pelos intensos debates e mesmo pela responsabilidade do Núcleo de Pesquisas sobre a Cidade e o Urbano na Amazônia – NEPECAB – que será mencionado no tópico seguinte – de, naquele momento, ser o único núcleo de estudos sobre a cidade e o urbano no Amazonas²⁵.

5.7 Outros eventos

Apesar do recorte temporal desse trabalho se ater ao ano de 2007, não se pode deixar de considerar que após a implementação do mestrado, a Geografia no Amazonas recebeu mais visibilidade e, por conta disso, recebeu outros eventos que contribuíram para a difusão do pensamento geográfico que aqui se faz, sendo alguns: o Congresso Internacional de Geografia Física, em 2012; o 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, em 2012 (folheto do evento – figuras 24, 25, 26); o 5º Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, em 2012; o 2º Simpósio Nacional de Geografia Política, em 2013 (cartazes do evento – figuras 27 e 28); o 10º Simpósio Nacional de Geomorfologia, em 2014 e o 5º Congresso Internacional de Geografia da Saúde, em 2014.

²⁵ Atualmente o NEPECAB divide a responsabilidade de pesquisar as temáticas urbanas no Amazonas com o Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional (NPUR), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Os professores fundadores do NPUR (Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa e Prof. Ma. Susane Patrícia Melo de Lima), inclusive, são ex-pesquisadores do NEPECAB em níveis de graduação e pós-graduação.

Figura 24: Apresentação do 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, ocorrido em 2012.



Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 25: Programação do 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, ocorrido em 2012.

Programação

21-08-2012 - Terça-feira
Credenciamento

Mesa de abertura (08:30 às 09:15h)

Memorial ao geógrafo Aziz Ab'Saber (09:30 às 10:00h)

Coffee Break

1º Mesa: Epistemologia da Geografia e seus conceitos (10:15 às 12:00h)
Dr.ª Amélia Regina Batista Nogueira (UFAM) - Palestrante
Msc. Isaque Sousa (UEA) - Palestrante

2º Mesa: Amazônia e suas realidades (17:00 às 19:30h)
Dr. Nelcionei José de Souza Araújo (UFAM) - Coordenador
Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (UFAM) - Palestrante
Dr. Ricardo José Batista Nogueira (UFAM) - Palestrante
Msc. Tiago Maiká Muller (UFAM) - Palestrante

3º Mesa: Manaus: o Ontem, o Hoje e o Amanhã (19:45 às 21:00h)
Msc. Edinea Mascarenhas (UEA) - Palestrante
Msc. Marcos Castro (UFAM) - Palestrante

◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆

22-08-2012 - Quarta-feira

4ª Mesa: Questões Geofísicas no Amazonas (18:00 às 21:00h)
Dr. Antonio Fábio Guimarães Vieira (UFAM) - Coordenador
Dr. Naziano Pantoja Filizola Júnior (UFAM) - Palestrante
Msc. Deivison Carvalho Molinari (UFAM) - Palestrante
Marco Antônio de Oliveira (CPRM) - Palestrante

◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆

23-08-2012 - Quinta-feira

5ª Mesa: Ensino de Geografia no Brasil (17:00 às 21:00h)
Msc. Maria Angélica Bizzari Cavicchioli (UFAM) - Coordenador
Dr. Nilson César Fraga (UEL/DEGEO - UFPR/PPGEO - Paraná) - Palestrante
Msc. Estevan Bartoli (UEA - Parintins) - Palestrante
Dr.ª Ivani Ferreira de Faria (UFAM) - Palestrante
Msc. Helenice Aparecida Ricardo (UniNorte) - Palestrante

Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 26: Minicursos ofertados no 1º Encontro dos Estudantes de Geografia do Amazonas, ocorrido em 2012.

Mini-cursos

Introdução a GPS e QGIS
Data: 21-08-2012 (Terça-feira) e 22-08-2012 (Quarta-feira)
Horário: 14:00 - 16:30
Local: Laboratório de Cartografia

Metodologia da pesquisa
Data: 21-08-2012 (Terça-feira)
Horário: 14:00 - 17:00
Local: Sala de Aula 18

Google Earth: do básico ao avançado
Data: 22-08-2012 (Quarta)
Horário: 08:00 - 12:00
Local: Laboratório de Cartografia

Metodologias Participativas de Pesquisa
Data: 22-08-2012 (Quarta-feira)
Horário: 09:00 - 12:00 e 14:00 - 17:00
Local: Auditório Rio Solimões

Introdução à análise granulométrica
Data: 22-08-2012 (Quarta-feira) e 23-08-2012 (Quinta-feira)
Horário: 09:00 - 12:00
Local: Laboratório de Geografia física

Tratamento de dados hidrológicos no software Hydraccess
Data: 23-08-2012 (Quinta-feira)
Horário: 09:00 - 12:00 e 14:00 - 17:00
Local: Laboratório de Cartografia

Geógrafos anarquistas
Data: 23-08-2012 (Quinta-feira)
Horário: 09:00 - 12:00 e 14:00 - 17:00
Local: Auditório Rio Solimões

Trabalhos de Campo

Trilhas da UFAM
Data: 24-08-2012 (Sexta-feira)
Horário: 08:30 - 12:00
Local de Encontro: Hall ICHL

City Tour
Data: 24-08-2012
Horário: 08:30 - 12:00
Local de Encontro: Hall ICHL

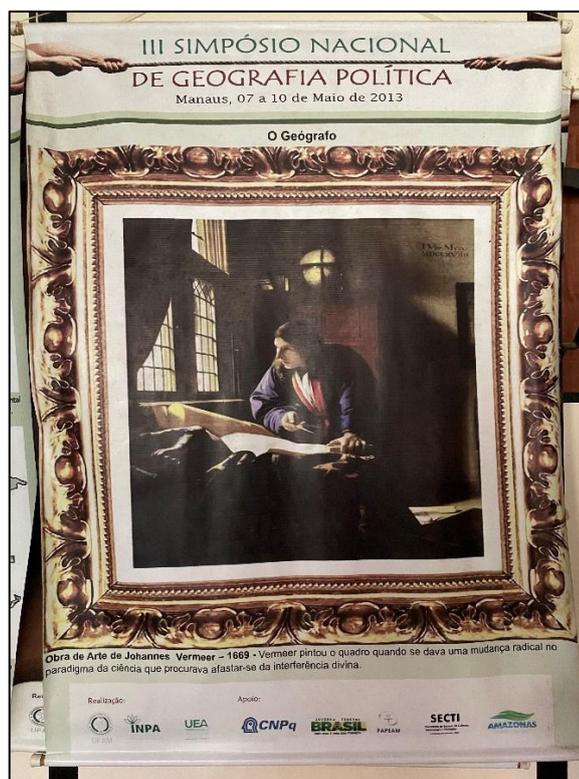
Fonte: Acervo AGB seção Manaus

Figura 27: Banner do 2º Simpósio Nacional de Geografia Política apresentando o “Quadro de Goya”, 2013.



Fonte: Acervo do Laboratório de Geografia Humana da Universidade Federal do Amazonas

Figura 28: Banner do 2º Simpósio Nacional de Geografia Política apresentando a pintura “O Geógrafo”, 2013.



Fonte: Acervo do Laboratório de Geografia Humana da Universidade Federal do Amazonas

Além disso, cabe mencionar também o evento “1978: 40 anos depois – A Geografia da Crítica”, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e idealizado pelos então estudantes de mestrado do programa Eduardo Henrique Freitas Braga, Fernando Monteiro Melo e Thiago Oliveira Neto. As palestras (Figura 29) giraram em torno de uma discussão sobre a Geografia Crítica e o estado atual dos debates, envolvendo temáticas ambientais, urbanas, agrárias e mesmo epistemológicas.

Figura 29: Banner do evento “1978, Quarenta Anos Depois: A Geografia da Crítica”, 2018.

The banner features a light beige background with a subtle pattern. At the top left is the UFAM logo, a circular emblem with a tree and the text 'UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ' and 'SISTEMA EDUCACIONAL'. To its right is the large number '1978' in black, with 'QUARENTA ANOS DEPOIS' in red below it, and 'A GEOGRAFIA DA CRÍTICA' in large black letters. On the top right is the PPCEOG logo, a stylized globe with green and blue segments. Below the title, a horizontal line separates the event details: 'Auditório Rio Javari' and 'Faculdade de Tecnologia (FT - UFAM)' on the left, and 'Site/Inscrição' and 'doity.com.br/geografia1978' on the right. The main content is organized into sections: 'Mesa de abertura (8h30 - 9h)' listing Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva, Prof.ª Dr.ª Mírcia Ribeiro Fortes, and Eduardo Henrique Braga, Fernando Monteiro, and Thiago Neto; 'Mesa 1: 1978 e o lugar da Geografia Crítica no pensamento geográfico brasileiro: marxismo e urbanização (8h30 - 9h)' listing Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira, Prof.ª Dr.ª Paola Verri de Santana, and Prof. Dr. Eudes André Leopoldo de Souza; 'Mesa 2: A produção do espaço e da natureza: perspectivas críticas na Geografia Humanista, Física e Agrária (14h - 17h)' listing Prof.ª Dr.ª Amélia Regina Batista Nogueira, Prof.ª Dr.ª Natacha Cíntia Regina Aleixo, and Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz; and 'Conferência (18h - 21h)' listing Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva.

UFAM

1978
QUARENTA ANOS DEPOIS
A GEOGRAFIA
DA CRÍTICA

PPCEOG

Auditório Rio Javari
Faculdade de Tecnologia (FT - UFAM)
21 de novembro de 2018 - 08h30

Site/Inscrição
doity.com.br/geografia1978

Mesa de abertura (8h30 - 9h)

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG - UFAM)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva
Diretor do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS

Prof.ª Dr.ª Mírcia Ribeiro Fortes
Chefe do Departamento de Geografia - UFAM

Eduardo Henrique Braga; Fernando Monteiro; Thiago Neto
Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFAM

Mesa 1: 1978 e o lugar da Geografia Crítica no pensamento geográfico brasileiro: marxismo e urbanização (8h30 - 9h)

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)
1978: O Marxismo e sua influência sobre a Geografia e os geógrafos

Prof.ª Dr.ª Paola Verri de Santana (UFAM)
Estudos Urbanos Críticos em Geografia

Prof. Dr. Eudes André Leopoldo de Souza (UNIFESSPA)
A escola de Geografia Urbana de São Paulo e potência do pensamento teórico e crítico

Mesa 2: A produção do espaço e da natureza: perspectivas críticas na Geografia Humanista, Física e Agrária (14h - 17h)

Prof.ª Dr.ª Amélia Regina Batista Nogueira (UFAM)
As Geografias Radicais: Renovação Humanista e a Geografia Crítica Marxista

Prof.ª Dr.ª Natacha Cíntia Regina Aleixo (UFAM)
Recepção e possibilidades de uma leitura crítica na Geografia Física

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (UFAM)
O campesinato nas discussões da Geografia Crítica

Conferência (18h - 21h)

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva
O Encontro de Geógrafos Brasileiros de 1978: Fatos, personagens, bastidores

Fonte: Eduardo Henrique Freitas Braga (2018)

A participação do professor doutor José Borzacchiello da Silva, professor titular e emérito da Universidade Federal do Ceará (UFC) conferiu ao evento uma relevância dentro da Geografia nortista, que naquele momento pensava o nacional como escala de análise. Além disso, o evento resultou na entrevista do Professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, utilizada como fonte no presente trabalho.

5.8 Grupos de pesquisas

Ao elencar momentos, encontros e eventos que fazem parte da história do pensamento geográfico no Amazonas, ou da Geografia institucionalizada, é indispensável considerar a atuação dos grupos de pesquisas acadêmicos. Neste caso, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB, que anteriormente ao ano de 2005, era chamado de Grupo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – GEPECAB, ganha destaque, principalmente pelo seu pioneirismo. Idealizado pelo professor José Aldemir de Oliveira no ano de 1995, o núcleo foi pensado por ele, inicialmente, como um ponto de encontro de professores e alunos interessados na temática urbana, sobretudo relacionando os estudos da cidade a uma perspectiva lefebvrea.

Entretanto, como aponta o professor José Aldemir em texto sobre a trajetória do NEPECAB, disponível no site do núcleo²⁶, não foi por essa perspectiva, inicialmente, que o grupo foi se construindo, pois “faltavam pessoas interessadas em Lefebvre”. Além disso, “Predominava o interesse em estudar a Amazônia a partir da natureza”, demonstrando resquícios da era onde o naturalismo era privilegiado nos estudos sobre a Amazônia. Então, é a partir dessa reflexão, que se pode constatar que o NEPECAB, liderado pelo professor José Aldemir, inspirado por uma Geografia Crítica, que tinha recém defendido sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, movimentou a Geografia da UFAM para um caminho de novas teorias e métodos.

O grupo foi certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em meados de 2001 e em 2005, com a realização do SIMPURB, coordenado pela equipe do NEPECAB, o grupo ganhou visibilidade nacional. Portanto, o NEPECAB como núcleo e grupo de pesquisa, se configura como um agente difusor da Geografia amazonense. E nesse trabalho, o grupo merece destaque por todas as contribuições

²⁶ As informações contidas nesse trabalho em relação ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB, estão disponíveis no endereço web: <https://nepecab.weebly.com>

feitas ao longo de quase três décadas, proporcionadas pelos professores que atuaram como mestres e orientadores e pelos alunos-pesquisadores atuais e egressos, que hoje constituem boa parte dos profissionais geógrafos do Amazonas.

Inicialmente, o grupo era liderado pelos professores José Aldemir de Oliveira e Geraldo Alves de Souza, porém após o falecimento do professor José Aldemir em 21 de novembro de 2019, o grupo passou a ser liderado e coordenado pelos professores Geraldo Alves de Souza²⁷ e Tatiana Schor²⁸.

5.9 Livraria Nacional

Todos estes eventos supracitados acima definem à Geografia amazonense um caráter de importante articulação com a Geografia nacional – tanto pelos eventos antes citados, quanto os ocorridos após 2007. Nesse sentido, a centralidade da Geografia na região norte encontra no curso de Geografia da UFAM um importante lugar de debates, que nestes momentos, estabeleciam-se em alinhamento com questões contemporâneas – da natureza ou da sociedade.

Ainda, é importante considerar algo interessante que foi percebido nas duas entrevistas realizadas, a menção à Livraria Nacional, especialmente o proprietário, o Sr. José Maria Monteiro Mendes. Assim como a professora Mírcia Fortes, o professor Ricardo Nogueira, fez questão de mencionar a importância da Livraria Nacional para o curso de Geografia e para os estudantes e professores.

Fundada por José Maria Monteiro Mendes, a Livraria Nacional se consagrou como uma das mais antigas em funcionamento na cidade de Manaus. Em atividade desde 1975, a livraria é referência em livros antigos e raros, e trabalha especialmente com as temáticas que envolvem as ciências humanas e sociais. Já esteve alocada em diversos pontos na área central de Manaus, como a rua Alexandre Amorim, no bairro Aparecida, na 10 de julho, no Centro, e na rua 24 de maio, também no Centro, onde se encontra até hoje.

²⁷ Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em 1989, com mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 2001 e doutorado em Engenharia de Transportes pelo Programa de Engenharia de Transportes do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 2009.

²⁸ Professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Graduada em Economia pela Universidade de São Paulo – USP, em 1994, com mestrado em Geografia Humana, em 1999, pela mesma instituição e doutorado em Ciência Ambiental, concluído em 2005, também pela Universidade de São Paulo – USP, e pós-doutorado City University of New York – CUNY, em 2010.

Quanto a sua participação no processo histórico levantado no trabalho, a professora Mírcia Fortes lembra o apoio da Livraria Nacional tanto aos eventos promovidos pela Geografia, quanto à AGB, cedendo espaços para as reuniões e debates da associação:

Um que sempre apoiou também foi a Livraria Nacional. Sempre apoiavam a Geografia. Inclusive, quando eu participei da AGB, nós íamos fazer reuniões na Livraria Nacional, eles sediam o espaço, quando ficamos sem espaço. Nós saímos lá do Centro, a AGB era ali quando era a Faculdade de Ciências Sociais lá no Centro onde hoje é a Uninorte na Ramos Ferreira.

Por outro lado, o professor Ricardo Nogueira, ao comentar sobre as realizações dos eventos, relembra a parceria estabelecida com o Sr. José Maria, ao conseguir, inclusive, passagens aéreas para o transporte dos convidados dos eventos:

Arranjávamos recursos financeiros fora da universidade, com políticos, com prefeitos, como José Maria da Livraria Nacional, que ajudou muito os eventos, não só da Geografia, mas aí de várias áreas. Então a Livraria Nacional promoveu, por exemplo, nesse período de 86, acho que de 87, a vinda do Carlos Walter pra cá pra Manaus... Ele conseguia passagens para realização de eventos que eram realizados dentro da universidade, mas também dentro da livraria, porque ele tinha um salão só para discussões, reuniões, debates, palestras, então, assim, eu acho que hoje a gente deve uma homenagem à Livraria Nacional pela ajuda que deu para diversos cursos da Universidade do Amazonas.

Portanto, levando em conta que o atual trabalho propõe desenhar, brevemente, a história do pensamento geográfico, ou mesmo da Geografia no Amazonas, cabe aqui registrar a importância da Livraria Nacional. O próprio Sr. José Maria comenta sobre a sua atuação como colaborador aos eventos promovidos especialmente nos anos iniciais do curso:

Eu fui patrono de duas turmas de Geografia, em 92... eu acho que 92 e 93. E realmente naquela época – final dos anos 80, nós tínhamos muitas dificuldades em relação a livros e a trazer professores de fora, então eu me esforcei muito pra trazer professores de fora pra dar palestra, ajudando também a universidade, que na época não tinha muito recurso, ou ajudando normalmente pagando hotel e a universidade pagava avião... Então a maioria dos professores hoje doutores, na época eram estudantes de graduação, e eu tinha um envolvimento muito próximo, muito junto mesmo. Eu acho que foi em 1990 ou 91 que eu trouxe o Carlos Walter Porto-Gonçalves, que é um dos maiores geógrafos brasileiros - que inclusive assessorou o Chico Mendes no Acre – e ele veio três vezes, eu patrocinei três vindas dele aqui. O auditório do IEA²⁹ lá na Praça do Congresso lotava, sabe, de professores pra assistir as palestras... sempre foi um envolvimento muito forte e muito grande, entendeu? E a gente, na Semana do Geógrafo, trazendo estes professores, nós trouxemos também até o que agora é muito famoso na Globo News³⁰, fizemos inclusive passeio de barco no encontro das Águas... Era muito prazeroso nosso envolvimento (JOSÉ MARIA MONTEIRO MENDES, via WhatsApp áudio, 2022).

²⁹ Instituto de Educação do Amazonas

³⁰ Demétrio Magnoli

Nesse sentido, o Sr. José Maria, representante da Livraria Nacional, atuou como contribuinte e agente da difusão do pensamento geográfico em Manaus, sobretudo no Amazonas, seja cedendo espaço aos encontros, seja contribuindo financeiramente, fazendo parte dessa história e, portanto, difusão do pensamento e conhecimento geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS DE UMA GEOGRAFIA CONSTANTE

Não se pretende aqui, ao chegar neste ponto, de supor uma consideração final à pesquisa realizada. Não se trata, portanto, de nenhuma conclusão ou fechamento da análise, como se as areias de uma ampulheta cessassem de cair. Trata-se mais de uma abertura, uma fresta que foi aberta e que aqui, parece iluminar brevemente o chão a ser trilhado por reflexões do futuro.

Nesse sentido, tempo e espaço são um casamento mais-que-perfeito, mutuamente distintos, mas com uma ideia potente: pensar a Geografia nos *tempos* de transformação, em um *espaço* negligenciado pelo pensamento científico-geográfico nacional. Ao compreender os processos que formaram a Geografia amazonense, compreendemos ela não como um espelho que duplica a imagem original, mas como uma imagem viva, que com autonomia construiu uma identidade própria – de natureza e sociedade específicas.

A ciência, então, é manifestação da sociedade que pensa, fala, codifica e questiona seu próprio espaço. Nada mais geográfico. Coube aqui, durante o decorrer de toda a redação deste trabalho, pensar uma Geografia no norte do Brasil, compreender seus elementos distintivos e ao mesmo tempo condicionados por uma Geografia nacional em ebulição e na busca também de sua própria originalidade, ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Pensar o pensamento (geográfico) se converteu, ao final, em um *pensar o movimento* – da sociedade, das teorias e métodos, e da própria existência de uma Geografia amazônica.

E tal pensar não se fez sem esforços metodológicos: a regressão a momentos da história foi feita estrategicamente com o objetivo de responder questões do presente, caracterizando uma Geografia recente, porém rica. O objetivo de regredir a fim de buscar respostas não foi uma simples captura de trechos e eventos da história, mas uma apreensão de momentos reveladores de uma Geografia – até então – sem biografia.

Ao localizar os momentos reveladores, desvendou-se pouco a pouco a natureza da Geografia amazonense, que pelos seus docentes, mostrou-se consciente de seu contexto dentro dos movimentos da Geografia nacional. E ao entender a origem da Geografia local, compreendeu-se um pedaço (jamais separado do restante) da Geografia no Brasil, e de seu contexto de crise – a passagem de uma Geografia tradicional/quantitativa à uma Geografia crítica.

São tais observações que levaram a pesquisa a enveredar pela institucionalização da Geografia amazonense, porém não se contendo nela. Se assim o fizesse, a totalidade aberta da análise seria desperdiçada, cobrindo a perspectiva de construção de uma Geografia que se move

constantemente. Retrato disso é a criação da UEA e seu próprio curso de Licenciatura em Geografia em 2001, implementado primeiramente no interior, em Parintins (2001), Tefé (2001) e Tabatinga (2003), posteriormente em Manaus (2007), que fruto de seu processo de amadurecimento, hoje conta com o grupo de pesquisa NPUR, certificado em 2014 pelo CNPq, pelos líderes Isaque dos Santos Sousa e Susane Patrícia Melo de Lima, geógrafos formados pela UFAM, egressos do NEPECAB.

Vale ressaltar que a atuação da UEA no interior do Amazonas, com os cursos especiais, presentes nos municípios de Eirunepé, Humaitá, Lábrea, Novo Aripuanã, Boca do Acre e Ipixuna e o PARFOR, presente nos municípios de Tonantins, São Paulo de Olivença, Caapiranga, Itacoatiara e Marã (em Geografia), atrelado ao recém criado curso de Especialização em Geografias da Amazônia Brasileira (2021) são extensões da Geografia que se institucionalizou nos anos 1980 – principalmente pelo fato dos docentes pesquisadores serem ex-estudantes da UFAM, em sua maioria. Além disso, também se destacam como os novos agentes dessa difusão, ou até mesmo, fruto daquela iniciada na década de 1980.

Além disso, o Doutorado em Geografia pelo PPGG-UFAM (2018) representa também um salto qualitativo dentro do ensino superior no Amazonas. Com essa mudança, surge a possibilidade de se pensar a geografia do lugar pelo lugar, além de propiciar maiores fluxos de pesquisadores nacionais e internacionais – que podem encontrar na Geografia amazônica, um potente meio de difusão do pensamento científico.

No trabalho, a palavra-chave talvez tenha sido essa – a difusão do pensamento geográfico e as formas dessa difusão. Percebeu-se, no decorrer da temporalidade escolhida, que a Geografia amazonense foi atravessada por diferentes instituições e personagens, não se restringindo apenas na dimensão acadêmica. Desse modo, pensar a institucionalização da Geografia no estado é pensar sobre o lugar da Amazônia no século XX.

Ao final, o que se buscou não foi a tentativa de enquadrar a história da Geografia amazonense, mas capturar seus momentos de transformação – seus paradigmas e suas rupturas, como anunciou-se no primeiro capítulo. Buscou-se compreender as teses e os eventos não como produtos, mas como pilares, sustentando uma ciência que se desenvolve no norte do Brasil, mas que não deixa de conversar com o mundo, sobre o mundo – apreendendo nos lugares da Amazônia, movimentos da sociedade moderna em constituição.

REFERÊNCIAS

AGB MANAUS. AGB Manaus Breve Histórico. Disponível em: <http://agbmanaus.blogspot.com/2015/01/agb-manaus-breve-historico.html>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

AGUIAR, Francisco Evandro Oliveira. **Análise climática da província petrolífera do Rio Urucu (AM): identificação de possíveis impactos no clima de uma área de floresta tropical sob processo de intervenção antrópica e seus reflexos em meso e macroescala**. Tese de doutorado – USP. São Paulo. 2002.

ALBUQUERQUE, Adoréa Rebello da Cunha. **Aplicação de Técnicas Geoambientais Para Reabilitar Áreas Degradadas na Base Geólogo Pedro De Moura: Bacia Do Rio Urucu (Coarí-Am)**. Tese de doutorado – UFRJ. Rio de Janeiro. 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o Pensamento Geográfico no Brasil. In: ANDRADE, Manuel Correia de. Uma geografia para o século XXI. 4ª ed. São Paulo: Papirus, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade**. Editora Universitária UFPE, 2006.

BARTELMEBS, Roberta Chiesa. Resenhando as estruturas das revoluções científicas de Thomas Kuhn. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 14, n. 03, p. 351-358, set-dez, 2012.

BOLSHAW, M. Breve história da epistemologia. **Temática (João Pessoa. Online)**, v. 11, p. 16-25, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma leitura sobre a cidade. **Revista Cidades**, v. 1, n. 1, p. 11-30, 2004.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de doutorado – USP. São Paulo. 2007.

GEHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. **Método de Pesquisa**. 1ª edição, editora UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GUIMARÃES, Iza Vanesa Pedroso de Freitas. Na Planície Amazônica (1926): De “... humilde oferta intelectual da radiosa Amazônia” a experimento renovador da literatura regional. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis - SC. Anais Eletrônicos do SNH2015 - XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis- SC, 2015.

JABUR, A.; RUZISKA, L.; VILLALOBOS, J. Ruptura e continuidade no pensamento geográfico. In: **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra (org.) Paraná: Eduem, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. São Paulo: Atlas, 5ª ed, 2003.

LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 1, n. 2, p. 7-19, 1995.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia-Londrina** vol. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em 01 maio de 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Sistematização da Geografia: Humboldt e Ritter. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2009.
MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988). **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 14, p. 5-39, 1992.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e Geografia**. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente - SP, v. 1, n. 11-12, pp. 27-41.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Percepção e Representação Gráfica: A "Geograficidade" nos Mapas Mentais dos Comandantes de Embarcações no Amazonas**". EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da "monstruosidade geográfica"**. EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVEIRA NETO, Thiago; BRAGA, Eduardo Henrique Freitas; VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga Falcão. 2020. Entrevista com Professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos: Interview with Professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos. **Revista Geonorte**, 11(37), 292–313.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na Selva: Urbanização das Amazonas**. Tese de doutorado – USP. São Paulo. 1994.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Um paraíso selvagem: A Amazônia e os romances regionalistas de Raimundo Moraes. **Tempo Social**, v. 28, p. 229-246, 2016.

QUINTANILLA, Miguel A. **Breve Dicionário Filosófico**. Tradução de Laura Nair Silveira Duarte. Rio de Janeiro: Editora Santuário, 1996, p. 73-76.

SILVA, José Borzacchiello. **França e a escola brasileira de Geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SOUZA, Matheus Pinto; SOUSA, Isaque dos Santos; LIMA, Susane Patrícia Melo de. Contribuições da Literatura Regionalista na Formação Do Pensamento Geográfico no Amazonas. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 21, p. 253-262, 2020.

SPOSITO, E. **Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP. 2004.

VERDI, Elisa Favaro. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.